



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

HERBENIA FREITAS RIBEIRO

**CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO PROCESSO DE “IMPEACHMENT”
DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA
NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *THE GUARDIAN***



FORTALEZA – CEARÁ
2018

HERBENIA FREITAS RIBEIRO

CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO PROCESSO DE “*IMPEACHMENT*” DA
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NOS JORNAIS
FOLHA DE S. PAULO E THE GUARDIAN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Estudos Críticos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Ribeiro, Herbenia Freitas.

Construção discursivo-midiática do processo de
?impeachment? da presidenta Dilma Rousseff: uma
Análise de Discurso Crítica nos jornais Folha de S.
Paulo e The Guardian [recurso eletr?nico] /
Herbenia Freitas Ribeiro. ? 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ? pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 184 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) ? Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa
de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza,
2018.

área de concentração: Estudos da Linguagem.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. Impeachment. 2. Discurso. 3. Mídia. I. Título.

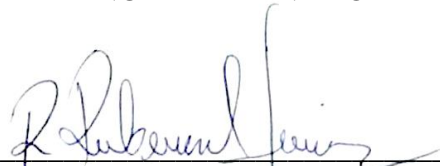
HERBENIA FREITAS RIBEIRO

CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO PROCESSO DE “IMPEACHMENT” DA
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NOS
JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *THE GUARDIAN*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.
Área de concentração: Estudos da Linguagem.
Linha de Pesquisa: Estudos Críticos da Linguagem.

Aprovada em: 16 de março de 2018

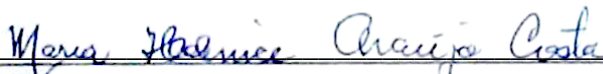
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof^ª. Dr.^a. Maria Helenice Araújo Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de mestrado, de crescimento intelectual e humano, agradeço a Deus por ter me concedido uma vida tão plena de aprimoramentos, por ter me dado a oportunidade de crescer e por crescendo, não enrijecer. Deus nos inspira a ter empatia pelo outro, só assim nos salvamos das dificuldades da existência. Sob o exemplo de Deus espero ter adquirido para além de um título, mas ter-me tornado uma pessoa melhor, capaz de ajudar tantos quantos recorrerem a mim.

Agradeço ao meu pai José Heronildo, tão querido, que desde meus primeiros passos não mediu esforços para que eu estudasse, permitindo-me estudar em boas escolas. Nesse percurso difícil do mestrado, meu pai foi fundamental também, sempre me acolheu, fazendo-me sorrir, trazendo-me algum agrado e sendo um pai generoso e protetor;

À minha mãe Maria de Freitas, com sua agudeza de espírito, generosa, atenta aos meus estudos, não me deixava esmorecer nos momentos de cansaço. O coração delicado de minha mãe sempre me inspira a ser uma pessoa melhor;

Ao meu irmão, Mairton, a alegria da nossa família, sempre com sua forma cativante de me fazer sorrir, quero poder cuidar dele tão bem quanto meus pais o fazem;

À minha avó, Cristina Pires Ribeiro (in memoriam), com seu jeito muito particular, sempre foi uma mulher forte. Convivi com ela desde criança, mas nos últimos anos de nossa convivência, tivemos a oportunidade de nos aproximar mais e, por fim, eu pude perceber algumas sutilezas de sua personalidade que antes que não percebia, a fragilidade que a idade nos impõe

À Isadora Ribeiro, a moça das tecnologias, a presença mais inteira nessa fase, por me ajudar em difíceis jornadas e em belas aventuras. Devo a ela meu ingresso no Mestrado e tantas outras coisas;

Aos meus amigos, que perdoaram minhas ausências e permaneceram comigo;

Ao meu orientador, Ruberval Ferreira, que me apoiou desde o começo com suas significativas contribuições intelectuais. Suas palavras são vivas e cheias de perspicácia intelectual;

À professora Claudiana Alencar, docente ímpar, generosa, pelas grandes contribuições em minha qualificação;

À professora Dina Ferreira, por me ensinar que “é preciso sempre estar com o arado na mão”. Seu entusiasmo docente torna o conhecimento algo muito mais valioso, engrandece;

À Maria Clara Gomes, por participar de minha qualificação trazendo excelentes contribuições;

À CAPES, pelo apoio financeiro.

“Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data.”

(Luis Fernando Veríssimo)

“A melhor coisa é abrir os jornais e não achar a gente neles.”

(George Harrison)

“Ai, palavras, ai palavras
Que estranha potência a vossa!
Todo o sentido da vida
Principia a vossa porta.”

(Cecília Meireles)

“É muito fácil perder o sabor da vida quando se come muita informação estragada.”

(Wesley D'Amico)

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise da construção discursivo-midiática do processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff, que ocorreu no ano de 2016, acontecimento que contribuiu para aumentar as tensões sociais que vinham se acirrando nos últimos anos. O objetivo desta pesquisa é analisar como o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* e o jornal britânico *The Guardian* constroem sentidos para o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff. Investigamos se tais sentidos concorreram ou não para uma narrativa semelhante sobre tal processo. A análise foi orientada pela Teoria Social do Discurso proposta por Norman Fairclough. Em vista disso, examinamos os mecanismos discursivos mobilizados pelos dois dispositivos midiáticos, quanto à representação de atividades, por meio da representação de eventos sociais e quanto à identificação dos atores sociais pelo uso da modalidade, categorias propostas por Fairclough. Além da ADC, também lançamos mão da discussão de Bourdieu sobre campo, *habitus* e capital, para entender como foram construídos sentidos para o processo em questão, protagonizado no campo político, analisado a partir do discurso que perpassa o campo dos *media*, nos dispositivos referidos acima. Em nossa análise discursiva, pudemos perceber que, quando a *Folha de S. Paulo* se reporta a Dilma e à organização política do Partido dos Trabalhadores, as representações discursivas dos eventos se dão no sentido de responsabilizar diretamente esses atores políticos pelo processo em questão, e as identificações constroem essas identidades de maneira desprestigiada, comprometendo-as quanto à competência política e quanto à moralidade, incidindo diretamente na impugnação das identidades desses atores políticos, de maneira que tal desaprovação apresenta-se como prova cabal do quanto o processo de “*impeachment*” era legítimo. No entanto, ao reportar-se à condução política do governo de Michel Temer, o jornal brasileiro constrói um discurso conciliatório sobre o contexto político e econômico brasileiro. Em outra perspectiva, o *The Guardian*, em suas representações sobre os eventos, remete às atividades considerando determinantes a conjuntura e as práticas políticas brasileiras, e quanto à identificação, responsabiliza outros atores políticos, como a elite financeira, figuras políticas do Congresso Nacional e os grandes grupos midiáticos brasileiros por forjarem a crise e o “*impeachment*” a favor dos seus interesses. Por fim, a partir de observações sobre como se deu a produção dos sentidos nos dispositivos midiáticos em questão, enfatizamos o vínculo entre a dimensão linguístico-discursiva e as dimensões ideológicas, políticas e institucionais que concorreram para certa construção desse evento na sociedade brasileira.

Palavras-chave: “*Impeachment*”. Discurso. Mídia.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the discursive-mediatic construction of the “*impeachment*” process of President Dilma Rousseff which took place in 2016, as an event that has contributed to increase the social tensions that have been increasing in the last few years. The aim of this research was to analyze how the Brazilian newspaper *Folha de S. Paulo* and the British newspaper *The Guardian*, two vehicles with different profiles, built senses to the referred process. We investigate whether such senses contributed or not to a similar narrative about the process. The analysis was guided by the Social Theory of Discourse proposed by Norman Fairclough. In the light of this, we examine the discursive mechanisms mobilized by the two media devices, regarding the representation of activities, through the representation of social events and the identification of social actors using the modality, categories proposed by Fairclough. In addition to the CDA, we also use Bourdieu's discussion of the field, habitus, and capital to understand how senses were constructed for the referred process, played in the political field, analyzed from the discourse that permeates the media field in the devices mentioned above. In our discursive analysis, we could see that when *Folha de S. Paulo* reports to Dilma and to the political organization of the Workers' Party, discursive representations of events take place in the sense of directly blaming these political actors for the referred process, and identifications construct these identities in a discreditable, compromising them as to political competence and morality, directly affecting the impugnation of the identities of these political actors, so that such disapproval is a clear proof of how legitimate the “*impeachment*” process was. However, when referring to the political leadership of Michel Temer's government, the Brazilian newspaper builds a conciliatory discourse on the Brazilian political and economic context. In another perspective, *The Guardian*, in its representations about the events, refers to the activities considering determinants of the Brazilian political conjuncture and practices, and regarding identification, it makes other political actors responsible, such as the financial elite, political figures of the National Congress and the large mediatic Brazilian groups for forging the crisis and “*impeachment*” in favor of their interests. Finally, from observations on how the production of the senses occurred in the referred media devices, we have emphasized the link between the linguistic-discursive dimension and the ideological, political and institutional dimensions that contributed to a certain construction of this event in Brazilian society.

Key-words: “*Impeachment*”. *Discourse. Media*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Concepção tridimensional do discurso em Fairclough	23
Quadro 2 -	Recontextualização da LSF na ADC	29
Quadro 3 -	Composição do corpus	61
Quadro 4 -	Enquadre metodológico da ADC	62
Quadro 5 -	Enquadre metodológico da ADC no estudo de Ribeiro (2018)	63
Quadro 6 -	Comparativo de representações nos jornais	102
Quadro 7 -	Quadro de afirmações	129
Quadro 8 -	Declarações categóricas com modalidade epistêmica	144
Quadro 9 -	Modalidade deôntica	144
Quadro 10 -	Editorial – Uma tragédia e um escândalo – The Guardian	152
Quadro 11 -	Editorial – A razão real que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment - The Guardian	162

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA	16
2.1	A EMERGÊNCIA DE UM MODELO DE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	16
2.2	O MODELO TRIDIMENSIONAL	21
2.2.1	A importância do diálogo da ADC com a Linguística Sistêmico Funcional	23
2.3	A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO	26
2.4	DISCURSO COMO MODO DE REPRESENTAR: A REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS	30
2.4.1	Representação de eventos sociais	32
2.5	DISCURSO COMO MODO DE IDENTIFICAR: A QUESTÃO DA MODALIDADE	33
2.5.1	O comprometimento dos dizeres – A modalidade	34
3	AS TENSÕES ENTRE CAMPO POLÍTICO E O CAMPO MIDIÁTICO	36
3.1	<i>HABITUS</i> , CAMPO E CAPITAL	37
3.2	CAMPO POLÍTICO	41
3.3	CAMPO MIDIÁTICO	45
3.3.1	A autonomização do discurso dos <i>media</i>	49
3.3.2	A dimensão discursiva do campo dos <i>media</i>	50
3.4	INTERFERÊNCIAS ENTRE CAMPO POLÍTICO E CAMPO MIDIÁTICO	51
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
4.1	OBJETO DE PESQUISA	56
4.2	TIPO DE PESQUISA	57
4.3	A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	58
4.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	61
4.5	CATEGORIAS DE ANÁLISE	65
5	ANÁLISE DOS DADOS	66
5.1	A CONJUNTURA DO “ <i>IMPEACHMENT</i> ”	66
5.2	A PRÁTICA PARTICULAR SOCIAL DA MÍDIA JORNALÍSTICA	72
5.3	O “ <i>IMPEACHMENT</i> ” DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NA GRANDE MÍDIA: MODOS DE REPRESENTAÇÃO	77
5.3.1	Discurso como modo de representar	77

5.3.2	Modos de representar o processo de “impeachment” na Folha de S. Paulo	78
5.3.2.1	Discurso desfavorável à presidenta Dilma Rousseff e ao projeto político do PT ...	80
5.3.2.2	Discurso favorável a Temer e a práticas políticas de direita	83
5.3.2.3	Discurso de incriminação	87
5.3.3	Modos de representar o processo de “impeachment” no The Guardian	96
5.4	O “IMPEACHMENT” DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NA GRANDE MÍDIA: MODOS DE IDENTIFICAR	120
5.4.1	Modalidade	122
5.4.2	Modos de identificar o processo de “impeachment” na Folha de S. Paulo	123
5.4.2.1	Personagens do novo capitalismo: Dilma, a desastrada	144
5.4.3	Modos de identificar o processo de “impeachment” no The Guardian	146
6	CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS	175
	ANEXOS	179
	ANEXO A – EDITORIAL O FIM E O PRINCÍPIO	180
	ANEXO B – A FARSA DO GOLPE	181
	ANEXO C – THE GUARDIAN VIEW ON DILMA ROUSSEFF’S IMPEACHMENT: A TRAGEDY AND A SCANDAL	182
	ANEXO D - A VISÃO DO THE GUARDIAN NO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UMA TRAGÉDIA E UM ESCÂNDALO	183
	ANEXO E - THE REAL REASON DILMA ROUSSEFF’S ENEMIES WANT HER IMPEACHED	184
	ANEXO F - A RAZÃO REAL QUE OS INIMIGOS DE DILMA ROUSSEFF QUEREM SEU IMPEACHMENT	186

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, cujo objeto consiste na construção dos sentidos para o processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff pelo Jornal *Folha de S. Paulo* e pelo britânico *The Guardian*, tem como objetivo analisar como os referidos jornais constroem sentidos para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, processo este, para o qual existem duas formas de designação: “*impeachment*”, designação utilizada na grande mídia, e golpe, designação utilizada em mídias alternativas e por especialistas de diversas áreas que questionam a legitimidade de tal processo. As questões que orientaram o trabalho foram: Que sentidos foram construídos pelas mídias em questão para o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, do poder? Há diferenças substanciais na forma como as duas mídias construíram sentidos para tal processo? O trabalho é parte do projeto “Mídia, política e luta social na história recente do Brasil: linguagem, violência e antagonismo, coordenado pelo professor Dr. Ruberval Ferreira.

O processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff ocorrido entre o final de 2015 e agosto de 2016 ainda é um fato complexo, que não foi inteiramente aceito por uma parte da sociedade brasileira. Tendo sido permeado por muitas dúvidas em relação à sua legalidade jurídica, este processo foi empreendido em meio a um cenário político de grandes tensões sociais.

Primeiramente entendemos que as formas de construção discursivo-midiática de tal processo são parte integrante dele, uma vez que não podemos conceber tal processo sem suas formas de mediação. Assim, na constituição midiática desse evento social, pelo menos no que diz respeito à grande mídia brasileira, em função do seu próprio *modus operandi*, das determinações desse campo social e das disputas intercâmpis, há um abandono da função social que tal campo reivindica para si e a indução de uma percepção fragmentada, permeada pelo senso comum e por perspectivas unilaterais dos fatos em relação à legitimidade de tal processo.

Assim, um estudo sobre como os usos linguístico-discursivos da mídia, em referência à política, incorporam visões específicas ou teorias da realidade, o que implica consequentemente compreensões específicas, tem muito a nos dizer sobre diversas questões

que permeiam esse evento na sociedade brasileira e requer de nós uma reflexão crítica a qual nos propomos neste trabalho.

Dessa forma, a importância desta pesquisa relaciona-se à necessidade de se empreender uma crítica (da linguagem), que implica mostrar conexões e causas ocultas e nos permite lançar um olhar não ingênuo à prática social da mídia, no sentido de problematizar como os dispositivos midiáticos comportaram-se nesse evento em particular, dada sua importância para uma compreensão da conjuntura social brasileira, justificando-se assim a presente pesquisa. A importância desse trabalho também se justifica pela necessidade de compreender melhor a (re)organização política e jurídica em torno do processo de “*impeachment*”.

O valor social e científico de uma pesquisa sobre o processo de afastamento de Dilma Rousseff extrapola a dimensão factual, uma vez que tal processo assinalou sérias consequências ético-políticas para o Brasil, de maneira que nossa leitura sobre esse evento pode contribuir para o debate público, para que tal evento não seja naturalizado pela ideologia, uma vez que foi produzido pela história.

A importância histórica desse evento na sociedade brasileira merece relevo; não podendo se limitar apenas aos jornais e aos livros de história que estão sendo escritos, urge também a necessidade do registro histórico-político e do estudo científico desse evento, haja vista sua importância para a transformação na conjuntura política e social brasileira.

Esta pesquisa pode ser considerada inédita, no sentido de que privilegiamos mídias com perfis distintos para empreender nossa análise. Para isso, fizemos o cotejo de dois dispositivos midiáticos com perfis bastante distintos, *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*, através de uma perspectiva analítico-comparativa.

Uma vez que analisamos dois dispositivos midiáticos, é necessário determinarmos seu significado, levando em conta primeiramente como prerrogativa para o discurso, que ele nunca aparece solto no espaço, mas em uma relação intrínseca com dispositivo que o aloja. Essa relação estabelece-se de modo a conferir algumas limitações ao texto, configurando-o à maneira do dispositivo, ou seja, a mensagem é predisposta conforme o dispositivo. É nessa relação dispositivo-mensagem que se estabelece o espaço de contato entre a informação e o receptor.

Para que os sentidos sejam estabelecidos é preciso que haja uma série de condições para além do texto. Assim, o dispositivo exerce sua função para o estabelecimento dessas condições, uma vez que o leitor, ao lidar previamente com as formas nas quais o texto aloja-se e adequa-se ao dispositivo, instaura-se o reconhecimento através do qual será permitida a interpretação do texto, o que nas palavras de Patrick Charaudeau chama-se contrato de informação.

Para tanto, ao considerar o dispositivo midiático, também saímos da visão reducionista que enquadra dispositivo apenas como a mídia considerada como uma instituição única, mas como um mecanismo complexo de diferenciados formatos e fins, de natureza heterogênea.

Sob a consideração de que a língua também intervém nas práticas sociais, através de um olhar teórico direcionado e socialmente comprometido como pretende à ADC, podemos refletir sobre como os recursos linguístico-discursivos mobilizados pela mídia na construção dos sentidos sobre o afastamento de Dilma Rousseff adquiriram papel determinante, ao produzir efeitos sociais.

Ao apresentarmos como foram construídos os sentidos para o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff por duas mídias com perfis bem distintos, representadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pelo jornal britânico *The Guardian*, buscamos analisar os mecanismos pelos quais sentidos foram construídos para o referido processo com base nos aspectos sociais e discursivos do evento, tomando como ponto central da análise as práticas sociais que estão interligadas aos textos, como a prática política e a midiática utilizando duas categorias analíticas propostas por Fairclough (1999), a modalidade e a representação de eventos sociais.

Tendo em vista a centralidade da informação e conseqüentemente da linguagem, tratamos do discurso concebido como um momento da prática social, a fim de emprendermos nossa análise, mostrando como textos jornalísticos produzidos pela grande mídia adquiriram determinadas configurações na representação do processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Como os textos são considerados parte do evento específico do “*impeachment*”, analisamos as estratégias discursivas que se articulam com a prática jornalística de modo a produzir determinados sentidos para o evento; bem como fazendo reflexões sobre o conceito

de campo político e campo midiático, noções fundamentais para compreender as restrições do discurso imbricadas ao campo de atuação de onde parte.

Para empreender a análise, o percurso teórico-metodológico foi realizado por meio da análise qualitativa, com uma viés interpretativista, com base na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica proposta por Norman Fairclough em suas obras de 1999 – “*Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*” e 2003 – “*Analysing Discourse: Textual analysis for social research*”, que consiste em “dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico; identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido (no caso problematizado); considerar se a ordem social é problemática em algum sentido ou não; identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos; refletir criticamente sobre a análise” (FAIRCLOUGH, 2005).

O material empírico é composto por quatro textos, sendo um editorial e um artigo de opinião tanto da *Folha de S. Paulo* como do *The Guardian*. A disposição dos tipos de textos deu-se no sentido de verificar como o Jornal se posicionou no editorial e como seus jornalistas, no artigo de opinião. O recorte temporal considerado na escolha dos textos foi sob a consideração dos textos terem sido produzidos ao longo do processo de “*impeachment*”, privilegiando os momentos de maior tensão social. A escolha por esses dois dispositivos midiáticos deve-se ao fato de ambos serem jornais de grande circulação e de grande expressividade no cenário político.

A perspectiva epistemológica da Análise de Discurso Crítica (ADC) conjuga transdisciplinarmente teorias e métodos da Linguística e da Ciência Social Crítica na análise de problemas sociais parcialmente sustentados por textos. Essa abertura às ciências sociais permitiu a convocação da voz de Pierre Bourdieu para compreendermos melhor o que houve de problemático na relação estabelecida entre o campo da política e o campo dos media.

Nosso ponto de partida analítico é a parte discursiva, mas não podemos esquecer que todo discurso é parte de uma prática social vista contra um pano de fundo social, político e econômico mais amplo. Para tanto, objetivamos mostrar as representações enquanto mecanismos que sustentam o aspecto problemático na prática particular midiática, tendo em vista a possibilidade de problematizá-la e mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação

(CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Trata-se de uma questão fundamental para este trabalho que investiga a construção midiática do processo de “*impeachment*”, em como essas lutas são travadas na dimensão do discurso. A seguir, fazemos o plano dessa dissertação e a composição dos capítulos.

Neste primeiro capítulo trata da introdução do trabalho, buscando contextualizar a organização da pesquisa, os conceitos e interpretações apresentadas.

O capítulo 2 é dedicado à explanação teórica da pesquisa, apresentando o panorama geral da teoria de Fairclough, posteriormente, o modelo tridimensional de análise e, por fim, o enquadre teórico-analítico mais recente, bem como as categorias que foram utilizadas para a análise dos dados – modalidade e representação de eventos sociais.

No capítulo 3 comentamos sobre a tríade conceitual de Pierre Bourdieu – habitus, capital e campo, delineando especialmente as tensões que se estabelecem entre campos político e midiático.

O capítulo 4 trata dos aspectos metodológicos deste trabalho. Apresentamos o objeto e o tipo de pesquisa, além da constituição do corpus, procedimentos e categorias de análise.

No capítulo 5, analisamos os dados, fazendo inicialmente uma análise conjuntural, pois Fairclough enfatiza que a análise textual é apenas um momento da análise semiótica e, portanto, deve localizar-se dentro de uma abordagem mais ampla do objeto de pesquisa. Sendo assim, consideramos o contexto político, econômico e social em que se deu o processo de “*impeachment*” para fazer essa primeira análise. Utilizando as categorias modalidade e representação de eventos sociais da teoria de Fairclough, seguimos fazendo uma análise discursiva dos textos analisados.

Por fim, no capítulo 6, apresentamos uma síntese das principais observações feitas na análise.

Nosso intuito com este estudo é contribuir para uma reflexão crítica para a conscientização de como a linguagem, atua no processo de representação de eventos políticos e na identificação dos partícipes desses eventos, na sociedade de maneira a estabelecer valores, crenças e padrões de conduta social cuja legitimidade pode ser questionada pelos agentes sociais.

2 O PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho é analisar como o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* e o jornal britânico *The Guardian* constroem sentidos para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, processo este, para o qual existem duas formas de designação: “*impeachment*”, designação utilizada na grande mídia, e golpe, designação utilizada em mídias alternativas e por especialistas de diversas áreas que questionam a legitimidade de tal processo. As questões que orientaram o trabalho foram: Que sentidos foram construídos pelas mídias em questão para o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, do poder? Há diferenças substanciais na forma como as duas mídias construíram sentidos para tal processo?

2.1 A EMERGÊNCIA DE UM MODELO DE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Considerando que esta pesquisa pretende mostrar como a grande mídia brasileira representou discursivamente o evento de forma a mostrar diferenças e semelhanças com outra abordagem do evento feito por uma mídia estrangeira, no caso, *The Guardian*, cabe esclarecer o modo de compreensão da relação entre linguagem e mundo que conduz o olhar analítico responsável pela estruturação dessa teia. Por esta razão, nesta seção, elucidamos o estatuto da teoria da qual nos apropriamos, enquanto perspectiva teórica que relaciona linguagem e prática social, entendendo que práticas sociais são constitutivas da linguagem.

Mais especificamente, examinamos os mecanismos discursivos mobilizados nas narrativas jornalísticas para a construção dos sentidos do processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff empreendidos pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *The Guardian* com o objetivo de analisar como os dois jornais construíram sentidos para tal evento, verificando se existem diferenças substanciais na forma como as duas mídias significam o processo.

As ideias de Fairclough (2001) tornam-se profícuas para esta pesquisa na dimensão em que seu trabalho é permeado por três questões centrais: a relação dialética entre discurso e prática social.

Fairclough (2001 p. 28) esclarece que o uso do termo “crítica” “implica mostrar conexões e causas ocultas; implica também intervenções – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”. Magalhães

(2016, p. 98) traz mais um esclarecimento teórico-epistemológico a esta questão quando compreende que a ADC exerce sua prática crítica ao fazer a mediação entre Linguística e Ciências Sociais, para colocar questões à Linguística, como é constituída em seu caráter de negação da historicidade e da materialidade, e do mesmo modo, interpela as Ciências Sociais, interrogando-as em seu caráter de consideração de que a linguagem, o sujeito e os sentidos são transparentes.

Fairclough e Wodak (1997) sintetizam as continuidades da ADC dessa forma:

- a) A ADC aborda problemas sociais;
- b) As relações de poder são discursivas;
- c) O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- d) O discurso realiza um trabalho ideológico;
- e) O discurso é histórico;
- f) A relação entre texto e sociedade é mediada;
- g) A análise do discurso é interpretativa e explanatória;
- h) O discurso é uma forma de ação social.

Mediante tais fundamentos, que garantem as continuidades da ADC, seus teóricos ainda asseveram que ela não perde seu caráter aberto, conforme afirma van Dijk (2010, p. 114):

A Análise do Discurso Crítica não é na verdade uma diretriz, uma escola, nem uma especialização semelhante a tantas outras abordagens nos estudos discursivos. Antes a ADC objetiva oferecer um 'modo' ou uma 'perspectiva' diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos.

De outro modo, Wodak e Meyer (2009) asseguram:

Nesse ponto, é importante enfatizar que a ADC nunca foi e nem tentou ser ou apresentar uma teoria única ou específica. Também não há uma metodologia específica característica da ADC. Muito ao contrário, os estudos em ADC são diversificados, pois derivam de teorias bem diferentes e são orientados por diferentes dados e metodologias.

Tais considerações sobre a abertura teórica da ADC não se restringem ao nível teórico, fazendo-se operacionalizar também metodologicamente e permitindo relacionar, transdisciplinarmente, Linguística e Ciência Social Crítica. Assim, entendemos que a Análise de Discurso Crítica é, hoje, uma perspectiva de investigação e de aplicação que interessa não apenas às áreas que podemos considerar afins, mas fornece, igualmente produção teórica e

analítica que afirma-se muito relevante para áreas como Administração, Direito, Medicina, Jornalismo e Política.

Tal característica de rompimento de fronteiras disciplinares presta-se ao reconhecimento de que, para se analisar problemas sociais discursivamente manifestados, é preciso operacionalizar conceitos e categorias desenvolvidos pelas Ciências Sociais (WODAK, 2004). Isso não significa que haja um embate epistemológico entre suas mais variadas abordagens, ou quando existem, este não é salutar, pelo contrário, promove o diálogo e o aprimoramento, uma vez que o campo da ADC conta com continuidades consistentes que garantem sua coerência e o aperfeiçoamento de suas ferramentas de análise.

Tais argumentos corroboram a ideia de que a ADC não é considerada um campo fechado em duas perspectivas. Num primeiro olhar, por não se tratar de uma perspectiva teórico-metodológica homogênea, mas das mais distintas propostas teóricas sobre discurso e sua relação com a vida social, com entende Resende (2009, p. 85). Dessa forma, seu caráter heterogêneo permite à Análise de Discurso Crítica (ADC) fornecer um amplo escopo de aplicação aos seus estudiosos por se constituir um modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Para seu idealizador mais proeminente, Norman Fairclough, “a constituição discursiva na sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social firmemente enraizada em estruturas sociais materiais concretas, orientadas para elas” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 93).

O primeiro enquadre proposto por Fairclough foi o modelo tridimensional, apresentado nas obras *Language and Power* (1989) e *Discurso e Mudança Social* (2001). Tal modelo será explanado no próximo tópico.

Para realizar esta pesquisa, que exige diálogo com outras áreas do saber pelo seu caráter dinâmico que envolve política, mídia e linguagem, optamos pela Análise de Discurso Crítica, na vertente de seu maior expoente, o linguista britânico Norman Fairclough, no enquadre metodológico (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 e FAIRCLOUGH, 2003), pois se entende que tal perspectiva teórico-metodológica distingue-se entre as principais abordagens para a análise de textos por dar especial relevo às ordens do discurso e por conceber o discurso como um momento de prática social.

Ao considerar a relevância da prática social para esse estudo, ela atua desde os aspectos mais locais como os mais globais, de forma que considera que uma prática social mais complexa, ao difundir determinadas posições políticas por meio do discurso, contribuem para a sedimentação de determinadas práticas por determinados grupos sociais, instaurando novas tomadas de posição. Sendo assim, os aspectos mais locais e mais globais do discurso participam na realização das práticas sociais. Desse modo, o estudo do discurso como ação pode se concentrar nos detalhes interativos da fala ou da escrita, mas pode adotar uma perspectiva mais ampla e pôr em evidência as funções sociais, políticas ou culturais do discurso dentro das instituições, dos grupos, ou da sociedade e da cultura em geral (SILVA, 2016).

Esse interesse por problemas sociais parcialmente discursivos é outra continuidade notável na ADC, pois ela assume uma agenda de pesquisa engajada com problemas relativos a distribuição de recursos materiais e simbólicos nas sociedades contemporâneas (RESENDE, 2009).

Uma segunda característica da ADC, segundo Resende (2009), é seu caráter posicionado, assumindo, assim, uma posição explícita em face dos problemas sociais parcialmente discursivos, ou seja, não simula ‘imparcialidade científica’, o que permite ao pesquisador assumir sua posição política enquanto pesquisador. Teun van Dijk (2010, p.113) diz que “com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito, e assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social”. Corroborando com a ideia de van Dijk, como são reforçadas práticas sociais de dominação através da linguagem, pretende-se assim, através de seu papel de pesquisador, desvelar tais estruturas e práticas, promovendo a emancipação dos cidadãos a elas submetidos.

Essa assunção pela pesquisa engajada aos problemas sociais parcialmente discursivos é uma continuidade cara a ADC, pois entende-se assim que de determinada maneira a linguagem pode ser utilizada para manter relações exploratórias, também é potencialmente um recurso promotor da mudança social, portanto a adoção pela ADC é também uma opção política.

Assenta-se assim um dos objetivos da ADC, que consiste em desvelar discursos midiáticos que servem de suporte a estruturas de dominação ou que limitam a capacidade de transformação dessas estruturas. As ideias de Bourdieu vem corroborar com essa ideia:

Cabe entender a influência que os mecanismos desse campo jornalístico cada vez mais sujeito às influências de mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem em primeiro lugar sobre os jornalistas e em seguida e em parte através deles sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico, campo científico. Trata-se então de examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo ele próprio dominado pelas pressões do mercado modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos, afetando o que aí se faz e o que aí se produz e exercendo efeitos muito semelhantes nesses universos fenomenicamente muito diferentes. Isso sem cair em um ou outro dos dois erros opostos: a ilusão do nunca visto e a ilusão do sempre assim. (BOURDIEU, 1997, p. 101)

Partindo de tais considerações, chegamos ao conceito de discurso e compartilhamos da ideia de Fairclough (2005) que considera que o termo discurso pode ter dois sentidos, um abstrato, de forma mais “dilatada” – considerando o discurso não apenas em seu modo textual e sim multimodal, como uma categoria designativa de elementos semióticos, abrangendo assim, signos linguísticos e não-linguísticos, e um *strictu sensu*, considerando os modos particulares de representações específicas da vida social, ou seja, como cada indivíduo entende as manifestações sociais. Podemos corroborar isso quando Fairclough (2001), afirma que “ao usar o termo ‘discurso, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.”

Embora a noção de discurso tenha essa acepção em todas as abordagens da ADC, inclusive no modelo tridimensional, ele perde sua centralidade no novo enquadre e passa a constituir um dos momentos da prática social, o que permite o diálogo com diversas disciplinas, tornando tal perspectiva analítico-discursiva cada vez mais voltada às práticas sociais. Isso significa que o “uso da linguagem dá sua própria contribuição à reprodução ou à transformação da sociedade e da cultura, incluindo-se as relações de poder. É aí que reside o poder do discurso; e é por isso que vale a pena lutar por ele” (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997). A ADC amplia assim, seu caráter de vislumbre à emancipação.

É importante destacar que esta pesquisa, que trata de como o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff foi significado pela grande mídia brasileira e pela mídia internacional, analisado sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica coaduna-

se com o campo da Linguística Aplicada, a qual toma como objeto de investigação a língua como prática social; Kaplan afirma que (1985, p.4) “a noção de que a língua deve ser estudada em relação a um contexto tomou conta do pensamento dos linguistas aplicados”. Dado ao caráter interdisciplinar da Linguística Aplicada e sua abertura para a exterioridade linguística, com vistas ao social, assim, consideramos que:

Uma linguística política e socialmente compromissada começa a partir da observação de inspiração foucaultiana, reiterada por Cameron, de que uma boa parte das nossas ditas “ciências” sociais são erguidas sob “regimes opressivos de verdade”, que elas constantemente alimentam e até ajudam a naturalizar. (RAJAGOPALAN, 2010)

Há ainda outro ponto de inserção da ADC na Linguística Aplicada: o fato de as pesquisas nesse campo de estudos se alinharem com abordagens da teoria social, de modo que adota uma posição dialética para explicar a relação entre prática social e discurso (OLIVEIRA, 2013).

2.2. O MODELO TRIDIMENSIONAL

Para uma compreensão mais global da teoria de Fairclough, faz-se necessário compreender o projeto inicial de Norman Fairclough de uma Teoria Social do Discurso. Esse projeto inicia-se com um modelo tridimensional por meio das obras *Language and power* (1989) e *Discurso e Mudança Social* (2001), obras que esclarecem esse modelo por meio do qual distingue-se três dimensões no discurso a considerar: texto, prática discursiva e prática social. A centralidade dominante nas análises, nesse enfoque, volta-se para discurso, no qual a análise é dividida em três dimensões que podem estar dispersas na análise (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999).

Esse modelo foi se modificando gradativamente conforme o diálogo com as Ciências Sociais foi se estreitando. Na obra *Discurso e Mudança Social*, esse enlace já é proposto por Fairclough (2001) metodologicamente quando convida seus estudiosos a “reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social”.

Ao alinhar mais sistematicamente seu modelo teórico-metodológico com as ciências sociais, Fairclough considera o discurso como o “uso de linguagem na forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Isso traz implicações no sentido de compreender o discurso como ação e como um modo de representação. O discurso também é moldado e restringido pela estrutura social em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares como o direito ou a educação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Pensando nas três dimensões consideradas para os fins analíticos de modelo teórico-metodológico, a linguagem, quando concebida como uma prática de representação, moldada por aspectos e ações concernentes ao mundo e aos sujeitos, exigiu a apreensão do conceito de formação discursiva, de Foucault, de modo que o discurso surge como um elemento constituinte do social e constituído por ele, dialeticamente, possibilitando através da ação individual e social, caminhos para a mudança social.

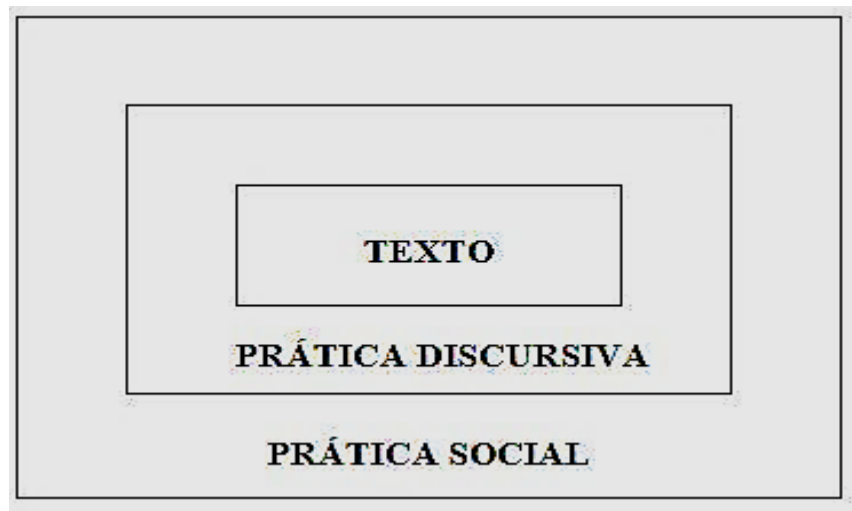
Quanto à prática social, ela ocorre como uma dimensão do evento discursivo, bem como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

Oliveira (2013 p.292) afirma que “a análise da dimensão textual é a descrição das propriedades formais do texto e dos significados dessas propriedades”. Para dar tratamento à materialidade linguística, o analista conta com quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. O vocabulário concerne nas escolhas lexicais feitas pelos produtores dos textos, que fornecem “pistas” para questões ideológicas importantes. Quanto aos mecanismos gramaticais, as nominalizações e as vozes verbais devem ser levadas em consideração (OLIVEIRA, 2013).

Quanto ao consumo do texto, há variáveis a considerar, tais como, se o consumo do texto realiza-se no âmbito individual ou coletivo, haverá implicações diretas nas escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo produtor.

Essas três dimensões de análises condensam a indissociável relação entre discurso e sociedade, que pode ser visualizada nesse esquema elaborado por Fairclough:

Quadro 1 - Concepção tridimensional do discurso em Fairclough



Fonte: Ramalho; Resende, 2004, p. 188

O quadro 1 mostra a tríade composta por essas três dimensões inter-relacionadas, sendo a prática discursiva a promotora da mediação entre a dimensão textual e a prática social.

2.2.1 A importância do diálogo da ADC com a Linguística Sistêmico Funcional

A concepção do modelo tridimensional foi uma tentativa bem sucedida de seu autor de conciliar três tradições analíticas indispensáveis para os propósitos de uma teoria social do discurso, que são: tradição de análise textual e linguística, tradição macrossociológica de análise da prática social e tradição interpretativa ou microsociológica da ideologia, conforme Fairclough (2001, p. 100) assevera. Esclarecendo a relevância de tais tradições para esta perspectiva, vale ressaltar que a Linguística, enquanto disciplina que tem como objeto a *langue* (sistema linguístico), como requer tradição saussureana (da qual a Linguística ainda não se desprende), prima por uma análise que contemple a materialidade linguística, por isso a necessidade de atender aos preceitos da “disciplina-mãe” - Linguística. Quanto às duas últimas tradições, van Dijk (2010, p. 116) esclarece que “no uso da linguagem, o discurso e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade

entre grupos sociais pertencem ao macronível de análise”. Assim, as pesquisas em Análise do Discurso Crítica precisam conciliar essas três tradições.

Essas considerações levam a ADC a um percurso teórico que a vincula à necessidade de atrelar-se à exterioridade linguística ou a alguma tradição de estudos linguísticos que contemple os aspectos que a ADC prima, que possua funções externas ao sistema e responsáveis pela organização interna do sistema linguístico.

O Funcionalismo linguístico vem a ser frutífero para a ADC, porque assenta-se na relação entre as funções sociais da linguagem e a organização do sistema linguístico como um traço geral da linguagem humana. Ao investigar a interface entre essas funções e o sistema interno das línguas, assume uma posição dialética e não se desvincula totalmente da consideração à forma. Analisa funções via forma (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 13), considerando textos, tanto como estruturados no sistema como inovadores do sistema, investigando como a forma atua no significado e como as funções influenciam a forma. O foco da ADC é justamente investigar como os sistemas funcionam na estruturação das relações sociais, na representação de eventos no discurso e na contestação ou manutenção das hegemonias, adotando assim, uma orientação linguística e social, assumindo um caráter de rupturas de fronteiras epistemológicas, procurando, dialeticamente, dar a mesma relevância tanto ao aspecto textual quanto ao aspecto social e discursivo.

Sob a consideração de Fairclough de que “textos materializam discursos e assumem um papel relevante para a ADC por serem vistos como partes de eventos sociais”, podemos chegar à percepção de que as categorias linguísticas aplicadas à análise de textos orais ou escritos trazem uma compreensão sobre o modo de operação da linguagem em termos de representações do mundo e sobre como os atores sociais legitimam ou impugnam essas formas de ver o mundo.

No gesto de introduzir como a ADC lida com a materialidade linguística via LSF, Halliday (1991) registra três macrofunções que atuam simultaneamente em textos: ideacional, interpessoal e textual. Atendo-se à função ideacional da linguagem, ela corresponde à representação da experiência, porém delimitada por modos particulares e, portanto, direcionados pautados na consideração de aspectos da realidade na língua. Na função interpessoal, o significado se constitui a partir de sua função social, de modo a expressar as

relações sociais que se estabelecem. Na função textual, o significado se constitui a partir de aspectos semânticos, gramaticais e estruturais que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57-58). Eles representam na prática social de três formas: gêneros, discursos e estilos, que concernem aos três significados concebidos por Fairclough (2003) – acional, representacional e identificacional.

Como se trataram de eventos que se realizam no terreno das práticas sociais e a análise é textualmente orientada, os textos fazem-se importantes, na medida em que, segundo Fairclough (2003, p.8):

Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais, isto é, produzem mudanças. Em um primeiro contato, os textos podem provocar mudanças em nosso conhecimento (nós podemos aprender coisas novas a partir deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e etc. Os textos também têm efeitos em longo prazo. Pode-se dizer, por exemplo, que a experiência prolongada com propagandas contribui para moldar as identidades das pessoas como “consumidoras”. Os textos também podem iniciar guerras, contribuir com mudanças na educação, mudar relações industriais e muito mais. Seus efeitos podem incluir mudanças no mundo material, como mudanças em modelos urbanos, ou arquitetura e design de tipos específicos de prédios.¹

Em um nível abstrato, concebe-se o discurso como categoria que designa os elementos semióticos na sua totalidade multimodal, abrangendo, assim, não apenas os signos não linguísticos, como imagens, cores, sons e gestos. Já num sentido mais restrito, o termo discurso designa modos particulares de representações específicas da vida social (OLIVEIRA, 2013, p. 284).

A complexidade das relações dialéticas que discurso e práticas sociais estabelecem entre si é tão grande, que Fairclough (2001) afirma que o discurso é a língua concebida como uma forma de prática social (OLIVEIRA, 2013, p. 286). A característica determinante desse modelo é, segundo Fairclough (2001, p. 35-36):

¹ Text as elements of social events have casual effects – i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and forth. They also have longer-term casual effects – one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people’s identities as ‘consumers’, or their gender identities. Text can also start wars, or contribute to change in education, or to changes in the material world, such as changes in urban design, or the architecture and design of particular types of building.

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto.

Nessa abordagem metodológica, a centralidade é do discurso enquanto a análise da prática social se dá pelo texto (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Assim, mediante algumas explicações necessárias sobre o modelo tridimensional, trataremos do novo modelo analítico que, na próxima será mencionado, em que esclarecerei algumas mudanças de olhar do autor em relação à ênfase na prática social e nos processos emancipatórios.

Ao refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social (RESENDE; RAMALHO, 2004), Fairclough abandona esse primeiro enquadre, em que a centralidade do discurso é a base da teoria, para propor um novo enquadre, localizando o discurso no contexto da Modernidade Tardia.

2.3 A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

Esta seção trata do enquadre mais recente da Teoria Social do Discurso, esclarecendo como funciona este modelo, em que medida ele apresenta um novo enfoque e como se relaciona com a LSF.

Considerando os aspectos da Teoria Social do Discurso, de acordo com Pedro (1997, p. 28) “dada a complexidade dos problemas sociais, a abordagem adotada na ADC deve ser necessariamente multidisciplinar”. Tal assertiva enfatiza a necessidade de uma abordagem mais dialogal da ADC com outras áreas do conhecimento, em vista da densidade dos problemas sociais abordados.

O enfoque teórico-metodológico proposto em *Discourse in Late Modernity* (1999), em parceria com Lilie Chouliaraki, e em *Analysing Discourse* (FAIRCLOUGH, 2003) amplia a abordagem da dimensão macro e microssociológica do discurso e, conseqüentemente, passa por algumas revisões, que serão discutidas a seguir. Aprimora-se ainda a proximidade da ADC

com a Ciência Social Crítica e tenta-se incorporar a visão de língua como um elemento integrante do processo social material.

Como compreende Resende e Ramalho (2006), no enquadre mais recentemente apresentado, Chouliaraki e Fairclough (1999, 2003) mantêm as três dimensões do discurso, contudo de maneira mais pulverizada na análise e com o fortalecimento da análise da prática social, que passou a ser mais privilegiada nesse modelo mais recente.

Percebemos que houve na passagem do modelo tridimensional para este, entre um deslocamento do discurso para a prática social. A prática social, enquanto forma estabilizada de atividade social, compreende os elementos: atividades, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores e discurso. Com destaque para este último, que é inserido com certa primazia nesse conjunto, pois sem ele não há práticas sociais. Tal mudança de enfoque ressoa na condução metodológica, uma vez que a teoria e a análise linguística advêm de uma prática interpretativa e explanatória.

O ponto de partida para o enquadre metodológico de 1999 é que o discurso passa a ser concebido como um dos momentos da prática social. A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Tendo em vista que esse enquadre procura refletir sobre questões sociais e políticas contemporâneas, a ADC assenta-se no contexto da Modernidade Tardia, que consiste na fase da modernidade em que se tornam exacerbadas as características já perceptíveis na Modernidade, em que vemos a separação de espaço e tempo, os mecanismos de desencalxe e a reflexividade institucional, cujas práticas sociais desse momento dão-se de maneira que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do novo capitalismo (RESENDE; RAMALHO, 2014).

A partir desse modelo, atenta-se, com mais ênfase às ordens do discurso, uma vez que se considera a regulação social sobre o que pode e deve dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada (MAINGUENEAU, 1997), trazendo à tona relações interdiscursivas e relações entre o discursivo e o não-discursivo, ou, em outras palavras, a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição.

No que concerne à passagem do modelo tridimensional para o enquadre de Chouliaraki e Fairclough (1999), a apropriação da LSF por Fairclough aprimorou-se de maneira a operacionalizar conceitos e categorias de forma mais contundente, propondo expansões na teoria de acordo com seus propósitos analíticos. Percebe-se que, em *Discurso e Mudança Social* (1992), Fairclough rompeu com a ideia de função interpessoal de Halliday, bifurcando-a em duas outras funções, a função identitária e a função relacional. A função identitária da linguagem “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; a função relacional, por sua vez, refere-se a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Tal mudança foi realizada para que fosse dada mais ênfase à função da identidade até então marginalizada. Essa modificação na teoria permite no que consiste identificar o discurso em sua constituição, reprodução, impugnação e criação de identidades, aspecto tão caro às ideias de Fairclough (FAIRCLOUGH, 2001, p. 209).

Pode-se ilustrar de forma mais didática como Halliday (2004) estabeleceu os componentes funcionais da língua conforme as três metafunções: (a) metafunção ideacional, (b) metafunção interpessoal, (c) metafunção textual, em que:

- a) Ideacional: é a representação da experiência, modo de refletir a “realidade” na língua através de relação simbólica;
- b) Interpessoal: é o significado do ponto de vista de sua função no processo de interação social;
- c) Textual: aspectos semânticos, gramaticais, estruturais que devem ser analisados com vistas ao fator funcional. A gramática é o mecanismo linguístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções linguísticas.

Percebe-se que o estreitamento da ADC com a LSF vai se aprimorando gradativamente, a considerar a obra *Analysing Discourse*, de 2003, quando é proposta a ampliação do diálogo teórico-metodológico entre as macrofunções e os conceitos de discurso, gênero e estilo, permitindo a gestação dos significados: acional, representacional e identificacional, como se pode visualizar no quadro de recontextualização abaixo:

Quadro 2 – Recontextualização da LSF na ADC

LSF - Halliday (1991)	ADC - Fairclough (1992)	ADC - Fairclough (2003)
F. Ideacional	F. Ideacional	S. Representacional
F. Interpessoal	F. Identitária	S. Identificacional
	F. Relacional	
F. Textual	F. Textual	S. Acional

Fonte: Resende; Ramalho, 2006, p. 61

Ao observar esse quadro de recontextualização das macrofunções da Linguística Sistemática Funcional ressignificadas nos tipos de significado da ADC, podemos agora adentrar aos significados que são explorados em termos metodológicos, o significado representacional, identificacional e acional ou relacional. O significado representacional refere-se a maneiras particulares de representar aspectos do mundo associados aos discursos. O significado identificacional é relativo a maneiras de identificar e de identificar-se, associando-se aos estilos. Quanto ao significado Acional ou Relacional, refere-se a modos de agir discursivamente, por meio dos gêneros. Neste ponto, Ramalho e Resende (2011) nos lembram que os três significados do discurso (ação, representação e identificação) associam-se aos três grandes eixos da obra de Foucault (1994): o eixo de poder, o eixo do saber e o eixo da ética.

É necessário fixar a compreensão de que os significados não são considerados de modo independente, mas de forma dialética, havendo uma correspondência entre representação, gêneros e discursos, uma vez que cada significado internaliza traços de outros de maneira que nunca se excluem nem se reduzem a um (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 50) Dito de outro modo, vemos que:

A análise de discurso deve ser, simultaneamente, a análise de como os três tipos de significado são realizados em traços lingüísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos. Gêneros, discursos e estilos ligam o texto a outros elementos da esfera social - as relações internas do texto a suas relações externas -, por isso a operacionalização desses conceitos mantém o cerne do pensamento de Halliday. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 162)

Os três significados se realizam simultaneamente na análise do discurso, pois são considerados de forma dialética, ou seja, cada um internaliza traços do outro, sem se reduzirem a um (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112), mas para fins desta pesquisa irei primar pelos significados representacional e identificacional, tendo em vista que o significado acional para esta pesquisa seria irrelevante, pois os gêneros que circulam na mídia, inseridos na ordem do discurso da esfera jornalística, relacionam-se a práticas sociais específicas com articulações instáveis, fluidas por isso trata-se de gêneros situados com grau de estabilização relativamente baixo. Apesar disso, temos o entendimento de que o significado acional está internalizado nos outros significados. Trataremos, portanto, do significado identificacional e representacional, sobre os quais falaremos nas próximas subseções.

Ao apoiar-se na Linguística Sistêmico Funcional para análise, entende-se a comunicação como função primordial da linguagem. Essa concepção traz facilmente a macrofunção interpessoal, em que a interação verbal é a promotora dos eventos discursivos. Essa função foi bifurcada em função identitária e relacional. O motivo de tal ruptura é justificado por Fairclough devido à função interpessoal não captar a relevância da linguagem na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades (RESENDE, 2009, p. 36).

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) propõe um rico arcabouço de categorias linguístico-discursivas de análise textual. Essas categorias auxiliam o mapeamento de relações dialéticas entre o social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais, e vice-versa. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 111).

2.4 DISCURSO COMO MODO DE REPRESENTAR: A REPRESENTAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS

Considerando que esta pesquisa pretende tecer certo conhecimento sobre a prática discursiva empreendida pela mídia sobre o “*impeachment*” de Dilma Rousseff, cabe esclarecer o estatuto dos significados que tratamos para fins dessa análise. Atemo-nos a duas dimensões do significado: identificacional e representacional e nesta subseção, ao significado representacional, bem como a categoria correspondente a esse significado que foi utilizada no capítulo de análise.

Primeiramente trazemos uma compreensão do que são as categorias analíticas, o que é o significado representacional e como o arcabouço da ADC trata dessa dimensão do significado representacional que, inspirado na Linguística Sistêmico Funcional, oferece tais categorias relacionadas a aspectos textuais moldados por discursos.

Categorias analíticas, conforme o pensamento de Ramalho e Resende (2011, p. 112) são formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de interagir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas.

É importante esclarecer que a opção por uma categoria analítica para o tratamento da materialidade linguística não deve ser realizada *a priori*, mas depois de leituras dos textos e identificação dos processos discursivos que neles ocorrem. O que norteou a escolha das categorias foram o próprio texto e as questões de pesquisa. Outro aspecto a considerar é a quantidade de categorias analíticas a se utilizar, dependendo da extensão do texto em análise

Uma análise discursiva crítica considera as dimensões do significado de forma dialética, de modo que um internaliza traços de outro, mas embora essa relação seja dialética, cabe lembrar que discursos são realizados no significado representacional, e estilos, no significado identificacional. Em vista de tais categorias, o analista mapeia as conexões entre o discursivo e o não discursivo, a fim de chegar aos efeitos sociais de tais textos (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 116).

Partindo para as considerações sobre a relação estabelecida entre as categorias e os significados, observamos que há certa especificidade, certo encaixe das categorias com os significados, mas há também certa flexibilidade, o que pode levar uma categoria que normalmente está relacionada a um tipo de significado, poder migrar para outro tipo de significado, a depender da perspectiva analítica.

O foco volta-se agora para os modos de representação da realidade que relaciona textos ao conceito de discurso como modos de representação de aspectos do mundo, ou seja, ao significado mais concreto de discurso, que, nesse sentido, se constitui o momento de práticas sociais, ao lado de gêneros e estilos, na configuração das ordens do discurso.

Por outro lado, apesar de as ordens do discurso estarem ligadas a contextos específicos, não significa que haja homogeneidade entre elas, uma vez que a ordem do discurso inclui um número de diferentes discursos, diferentes gêneros e estilos.

2.4.1 Representações de Eventos Sociais

Fairclough (2003) entende que o mundo social pode ser representado de diversas formas, do modo mais concreto ao mais abstrato, do modo mais generalizado ao mais específico, de modo que, a depender da representação adotada, determinados aspectos podem ser contemplados ou apagados. Para compreender como se dão essas representações, devemos incluir como eventos sociais, as formas de ação, objetos, meios tecnológicos, relações sociais, meios institucionais.

Para a compreensão dessa categoria, refletimos brevemente sobre o sistema de transitividade de Halliday, para quem a macrofunção ideacional, que correspondente ao significado representacional, simboliza a forma como experienciamos o mundo. O sistema de transitividade funciona por meio do sistema léxico-gramatical. Esse sistema congrega três processos principais: processos, participantes e circunstâncias. Os processos materiais, comportamentais, mentais, verbais, relacionais e existenciais são expressados por meio de grupos verbais; os participantes, por meio de grupos nominais e as circunstâncias, por grupos adverbiais (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 139) através da instância considerada para fins de análise textual: a oração.

Tomando a oração, no que se refere a aspectos da análise textual, Fairclough (2003) sinaliza que os processos geralmente se realizam sob a forma de verbos, os participantes sob a forma de sujeito, objetos diretos ou indiretos e as circunstâncias sob a forma dos diferentes tipos de elementos adverbiais, como adjuntos adverbiais de tempo ou lugar. Podemos diferenciar os tipos de cada elemento (por exemplo, tipos de processo) e as orações se diferem na seleção dos tipos de processo, dos participantes e das circunstâncias.

Para Halliday (2004, p. 172), os processos principais são os materiais, através dos quais se representam ações, eventos; os mentais, que representam percepções, emoções; e os relacionais, que identificam, caracterizam participantes. Os secundários, que se encontram nas fronteiras entre os principais, são os comportamentais, que representam comportamentos humanos; os verbais, que representam ações de dizer, pronunciamentos, e, por fim, os existenciais, que representam o que existe.

Em suma, Fairclough (2003) afirma que o discurso figura na representação de aspectos do mundo, das práticas sociais ou das representações auto-reflexivas da própria prática particular, que se realizam discursivamente e que variam conforme as diferentes perspectivas ou posições dos atores nas práticas sociais (RAMALHO, 2006).

2.5 DISCURSO COMO MODO DE IDENTIFICAR: A QUESTÃO DA MODALIDADE

Nesta subseção, buscamos apresentar o significado identificacional que se relaciona ao conceito de estilo que, por sua vez, incorpora traços da função interpessoal da LSF (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27). Esse significado é considerado o aspecto discursivo de identidades, em outras palavras presta-se a identificar os atores sociais, objetos, eventos e entidades ao que Fairclough (2003) afirma que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções, acerca do que se é. Assim, o discurso figura como identificação em práticas sociais, ou seja, na constituição de modos particulares de ser, que se relacionam a estilo. Para Resende (2009, p.40), estilos constituem o aspecto discursivo das identidades.

Ampliando a discussão, vemos que no processo de legitimação das identidades de alguns sujeitos ou grupos, outros sujeitos acabam sofrendo a impugnação de suas identidades, porque a afirmação das identidades confere um exercício de poder por se tratarem de construções simbólicas que estão sujeitas a certa instabilidade em seu dimensionamento, podendo acarretar conflitos entre grupos sociais assimetricamente situados nesse processo de legitimação das identidades.

Nesse contexto não há uma determinação estrutural do sujeito. Os sujeitos são criativos e capazes de mudar a realidade em torno, na forma como participam dos eventos e das interações.

Nesse contexto, resumidamente, reitera-se ainda a dialética entre os três tipos de significados. A distinção entre identificação e representação é fluida, sem fronteiras rigorosas. A distinção se faz apenas para fins analíticos.

2.5.1 O comprometimento dos dizeres – a modalidade

A linguagem não só apresenta um mundo de experiência, mas também tem uma função interativa, comunicacional, e é por meio dessa relação entre os sujeitos que se pode compreender como o significado identificacional se manifesta na categoria modalidade. Para Halliday, (1985, p 75) significa "o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz". Em outras palavras, essa categoria funciona mediante as condições de verdade, ou necessidade (modalidade deôntica); ou ainda, envolvimento dos partícipes na comunicação com seus dizeres (modalidade epistêmica).

Em qualquer enunciado proposicional, o produtor deve indicar o que Hodge e Kress (1988) denominam como grau de afinidade com a proposição, mas não só. Demonstra também o sentido de solidariedade com os agentes sociais como prevê Fairclough (2001, p. 201).

A expressão da solidariedade também pode se realizar não só através de assertivas categóricas, mas também por meio de perguntas na réplica cotidiana a exemplo de uma pergunta negativa e uma asserção positiva com uma pergunta final negativa que antecipa uma resposta positiva, pressupondo um alto teor de afinidade com o que se propõe a dizer (FAIRCLOUGH, 2001, p. 200).

Em outra dimensão, para Fairclough (2001, p. 201), a baixa afinidade com uma proposição pode demonstrar falta de poder, e não falta de convicção e conhecimento. Dessa forma, pode-se dizer que a modalidade é o ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais.

Na dimensão gramatical propriamente dita, a modalidade costuma a ser associada com os verbos auxiliares modais que concernem aos verbos “dever”, “poder”; em outra via de pensamento, Hodge e Kress (1988) entendem que os verbos modais são apenas um aspecto da modalidade, entre tantos outros. O tempo verbal também é um aspecto de assunção da modalidade, pois pode-se ser categórico em determinados tempos verbais. Outro aspecto a considerar é o uso de advérbios e adjetivos modais.

O uso desta categoria é importante na dimensão do discurso, um ponto de intersecção entre a significação da realidade e a representação das relações sociais. Tais relações sociais constituem-se na dimensão de lutas hegemônicas. A modalidade é determinada por fatores ideológicos ou culturais, que congregam valores sociais, pois a modalidade das proposições é

um aspecto aberto à luta e à transformação. A mídia tem papel fundamental nas transformações de suas proposições.

Como foi visto no capítulo 2, que trata do campo midiático, podemos perceber que ela está muito presente na prática particular do campo midiático, que, por seu caráter vicário, de delegação de outros campos, assume o papel de tratar de fatos de verdade e de questões do conhecimento, associando-se à busca por um acesso à realidade através da objetividade. “Ela passa assim, sistematicamente, a transformar em fatos o que frequentemente não passa de interpretações de conjuntos de eventos complexos e confusos”, como nos afirma Fairclough (2001, p. 201). Podemos concluir assim que a mídia, por aspectos de objetividade que sua prática requer tem predileção por modalidades objetivas que permitem apenas perspectivas parciais que são tomadas como universais. Uma declaração feita por alguma autoridade política pode se realizar em termos de uma baixa afinidade, mas, ao ser escrita num título de manchete de jornal, pode se tornar categórica, comprometendo o grau de afinidade.

A categoria modalidade, que faz parte do significado identificacional, abre um arsenal de possibilidades para uma análise linguístico-discursiva, torna-se uma ferramenta para a identificação de identidades dos atores que, no exercício de seus papéis sociais, investem esses papéis com sua personalidade.

3 AS TENSÕES ENTRE CAMPO POLÍTICO E O CAMPO MIDIÁTICO

Compreender a tríade conceitual proposta por Pierre Bourdieu, considerado um dos maiores sociólogos e um dos mais importantes pensadores do século XX, é essencial para o entendimento de como o conjunto de fatos no âmbito político, econômico e social levaram ao processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff. A referida tríade diz respeito aos conceitos de *habitus*, campo e capital.

Para o sociólogo, os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre a sociedade e os indivíduos em uma relação de interdependência. Ou seja, a posição social/poder que os agentes detêm na sociedade dependem não só do volume de dinheiro que acumulam ou do prestígio que gozam por possuir qualquer particularidade de destaque social, mas na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

A importância da apreensão do conceito de *habitus* fica mais evidente ao relacioná-lo com a estrutura do campo e seus agentes. Estes envolvem-se em lutas e disputas por uma posição no campo, ou seja, pela distribuição de capital simbólico. Isso, através da mediação das disposições constitutivas de seu *habitus*, colocando-os em posição de modificar as regras do jogo ou mantê-las.

O conceito de capital será importante para compreender como ocorre a mobilização de forças dentro dos campos. O entendimento do conceito de campo é primordial para entender como se dão as relações entre os campos político e midiático, compreendendo sua autonomia, hierarquia e autonomia.

Para fins desta pesquisa, esses conceitos virão contribuir de maneira nos fazer refletir sobre como se dá a dinâmica do campo da política e do campo da mídia, nos quais, seus agentes sociais lançam mão dessas forças para mobilizar suas ações dentro de seus respectivos campos e nas lutas intercampi.

Além do mais, no decorrer do capítulo de análise, por várias vezes recorreremos a esses conceitos para as questões políticas e midiáticas que envolveram o processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff, de forma mais imediata, localizada. Sabendo que a Análise do Discurso Crítica prima pela relação entre o social e as formas linguísticas, em vários

momentos da análise refletimos sobre os processos sociais e políticos que se evidenciam por meio da linguagem.

3.1 *HABITUS*, CAMPO E CAPITAL

O *habitus* pode ser definido como o conjunto de propensões que permite aos indivíduos agir dentro de uma estrutura social determinada com vistas à manutenção de sua dinâmica organizacional.

Para Bourdieu (1983), o *habitus* é um sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

Podemos dizer que o *habitus* é um sistema de disposições duráveis. O agente social, no decorrer de seu percurso social incorpora tais esquemas de percepção e ação que se encontram presentes em sua subjetividade e que vão, ao longo da trajetória social, orientando o sentido de suas ações. Assim, rompe-se com a antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista, uma vez que esse conceito está relacionado à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes sociais em suas disposições (tendências, aptidões, inclinações, talentos, expressões, percepções).

Ao inserir o conceito de *habitus* enquanto “estruturas estruturadas”, Bourdieu (1983) pretende firmar a ideia de que o *habitus*, enquanto esquema de percepção e ação, encontra-se estruturado e organizado na subjetividade do agente social tendo assim, o poder de estruturar suas práticas sociais e de condicionar práticas discursivas futuras no processo de elaboração dos bens simbólicos, que sustenta o *habitus* adquirido, bem como as posições que os agentes sociais ocupam na estrutura de um determinado campo no espaço social.

Sendo o *habitus* um conjunto de disposições que se situam entre o individual e o público, a atividade jornalística está sujeita às influências dos próprios jornalistas, da própria instituição jornalística, além dos fatores externos às suas práticas que são restringidas pelas exigências do mercado, dos anunciantes, da concorrência, o que tensiona as relações de força dentro e fora desse campo.

O jornalista está comprometido com a veracidade da informação, de acordo com o código de ética jornalística, porém, está ainda mais comprometido com o seu jornal que, por sua vez, está comprometido, na maioria das vezes, com interesses econômicos, o que pode causar grande conflito entre mostrar os fatos como o são ou como os interesses do jornal (ou o que pode estar por trás desses interesses) veiculam os fatos. É importante ressaltar que os jornais possuem códigos editoriais, os quais impõem padrões de escrita e comportamento a todos os profissionais, interferindo assim, no *habitus* jornalístico.

Bourdieu (1998) iniciou seu trabalho sobre capital social a partir do estudo sobre a teoria da ação. O autor inaugura a chamada teoria do senso prático, em que o homem não faz escolhas refletidas, e sim, age de acordo com as exigências da vida prática, que demandam por ações urgentes, e segundo o seu *habitus*.

O conceito de campo é um complemento do conceito de *habitus*, pois, para Bourdieu (2001), o campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, espaço este sempre dinâmico e com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animada sempre pelas disputas ocorridas em seu interior, e cujo móvel é invariavelmente o interesse em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas).

Em síntese, o campo é um espaço social estruturado de posições definidas, que são ocupadas por agentes em disputa, numa teia de relações objetivas e subjetivas cuja finalidade é o estabelecimento de uma visão de mundo.

Os agentes são classificados em dominantes ou pretendentes. Aqueles que ocupam o centro do campo, ou seja, as posições hierárquicas superiores são consideradas dominantes, ao passo que aqueles que almejam essas posições são denominados pretendentes.

Essa classificação deixa claro que existe um embate constante de forças no mundo social - entre os que desejam manter sua posição dentro da hierarquia, buscando a manutenção das regras vigentes no campo, e os que almejam essas posições, que lutam pela alteração das regras em vigor. Neste pensamento, Bourdieu (2004) afirma que "todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (...)".

Na tendência pela manutenção ou alteração da hierarquia, as ações dos agentes são definidas pelo grau de força de cada um em oposição ao grau de força daqueles com os quais disputa a hierarquia e a posição que cada um exerce dentro do campo.

Martino (2003) defende que a autonomia relativa de um campo depende do reconhecimento dos indivíduos e das instituições que o compõem, dos procedimentos estimulados e proibidos e das atividades desenvolvidas em seu meio.

Para Bourdieu, a principal questão na apreensão da autonomia de um campo é a observação de sua forma de lidar com interferências exteriores; quanto mais autônomo for o campo, maior será sua capacidade de refratar demandas e pressões externas.

Segundo Bourdieu, quanto maior o grau de consagração atingido pelos agentes do campo e maior legitimidade reconhecida em suas ações, tanto mais destaque este terá no mundo social. O autor diz ainda que os campos “são relativamente ligados. Existem conexões sociais entre todos, com maior ou menor grau de aproximação entre eles, dispondo-os em uma hierarquia definidora do prestígio decorrente da vinculação a qualquer um deles”.

Esse pensamento explica porque grandes instituições têm a tendência de estabelecer ou reafirmar a intersecção entre diferentes campos, a fim de aumentar o seu prestígio em vários setores do mundo social.

Os campos sociais dotam duas modalidades de legitimidade, conforme Rodrigues (1999): a própria – cuja legitimidade é atribuída ao campo dentro de seu próprio domínio de experiência – e a vicária – quando um campo a possui num domínio de experiência que não lhe é próprio, por delegação de outro campo.

Admitindo que campo é um espaço de relações sociais, o que significa que ele funciona num espaço abstrato, os processos que se estabelecem nele também têm caráter simbólico, o que permite pensar que todo campo estrutura-se em torno de “troféus” que, em outras palavras, são objetos comuns de desejo e, nesse sentido, o campo assume a forma de um espaço de jogo, onde os jogadores estão em disputa pelos troféus. Os troféus também garantem essa especificidade, de maneira que os troféus do campo político não se confundem com os troféus do campo acadêmico. Os troféus estão investidos de um valor considerado óbvio, a essa obviedade do troféu, Bourdieu nomeia *illusio*.

No campo da política, por exemplo, o objeto de luta comum poderia ser descrito como a obtenção do poder; já no campo da mídia, pode-se afirmar que o que está em disputa é a consagração dos agentes como intérpretes da realidade, de fiel tradutor dos fatos que ocorrem no cotidiano e que estão além do conhecimento das pessoas comuns.

O que dita a posição de cada agente em um determinado campo é a acumulação do capital. Os capitais possuem volume (quantidade) e estrutura (tipo de capital). Para Bourdieu, existem quatro principais tipos de capital: econômico, cultural, social e simbólico.

Bourdieu (1998, p.67) define o capital social como:

[...] um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

O volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que este pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada membro desse grupo. Nesse contexto, Bourdieu observa que, mesmo considerando-o totalmente distinto, o capital social não é de todo independente do capital econômico e cultural possuído por um indivíduo ou pelo grupo a quem está ligado, uma vez que as trocas que instituem a confiança mútua exigem a pré-existência de um mínimo de homogeneidade entre os que o possuem com exclusividade, exercendo um efeito multiplicador sobre esse capital possuído.

Em síntese, para Bourdieu, o capital social é um ativo individual que determina as diferenças de vantagens extraídas do capital econômico que um indivíduo possui, adquirido através das redes de conhecimentos e influências que ele estabelece ao longo de sua vida.

O capital tem sua importância no campo social na medida em que é capaz de orientar as práticas sociais, com suas disputas de poder entre diferentes instituições, objetivando o prestígio concernente ao campo considerado. Nessa perspectiva, o prestígio alcançado é exercido de modo impor as determinações dos agentes que se encontram na posição de dominantes. Nesse sentido as determinações, as tomadas de posição dentro de um campo são investidas de estratégias para a continuidade do exercício de poder e lucro simbólico.

A acumulação do capital social leva seu detentor à propriedade do poder simbólico e à posse desse pelos dominantes tende a ser percebido como natural pelo grupo.

3.2 CAMPO POLÍTICO

Miguel e Biroli (2010) definem a política como um campo social hierarquizado em que a capacidade de influência dos agentes está em disputa muito mais que sua posição propriamente dita. Isso se explica na perspectiva em que dois atores, ocupando um mesmo cargo, ainda assim estarão em disputa entre si pelo reconhecimento dos demais agentes, considerando que a “(...) concorrência entre os agentes no campo político é uma concorrência pelo direito de falar em nome dos outros”.

Thompson (2000) define o campo político como um espaço social em que os agentes disputam a aquisição e o exercício do poder político, entendido como o poder “interessado na coordenação de indivíduos e na regulação de seus padrões de interação”. Embora possam ser encontrados em praticamente todos os campos sociais, o autor esclarece que é no campo político em que estas atividades alcançam sua forma mais pura - através do Estado.

Para que o Estado se estabeleça como tal, faz-se necessário o reconhecimento da autoridade, que é a capacidade de ditar regras (leis), assim como impor o seu cumprimento. A obediência é garantida por duas formas de poder: coercitivo e simbólico.

Para Max Weber (1991), o poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Bourdieu ateu-se ao poder simbólico que seria o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem.

O poder coercitivo está relacionado a ser possível o uso da força física pelo Estado para fazer com que o poder político seja exercido contra ameaças, tumultos e desobediências. O uso constante da coerção revela-se insustentável nas sociedades modernas para estabelecer a autoridade, sendo reservada a situações pontuais.

No cotidiano, recorre-se a uma forma mais sutil para estabelecer a ordem: a “instauração de formas simbólicas que tem por objetivo cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político. Em um sentido fundamental, portanto, o poder político depende do uso do poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade” (THOMPSON, 2000, p. 131).

Em sua interpretação do poder simbólico, Bourdieu (2000) entende que este é uma forma invisível de dominação, que só pode ser exercida na medida em que haja cumplicidade tácita entre aqueles que não desejam saber que se sustentam a ela e aqueles que não querem saber que a exercem.

As relações que ocorrem entre os usuários da língua nas diversas práticas sociais são permeadas por um elemento muito importante para os estudos do discurso: o poder, que existe em diferentes formas, desde a modalidade da força física bruta até o poder simbólico, considerado por Bourdieu (2000, p. 179) como o “poder de fazer ver e de fazer crer” e, portanto, de obter a obediência voluntária.

Segundo Rodrigues (2001, p. 161), a vida política pode assumir a lógica de mercado, tendo em vista a ausência do método de distribuição dos dispositivos de produção de reprodução do mundo social. O campo político molda-se à lógica publicitária e do marketing em detrimento de sua função ideológica tradicional.

Nas sociedades democráticas, generaliza-se hoje a ideia de que o poder político tende para a transparência total de seus atos, esquecendo-se de que a lógica do poder, ao contrário da lógica da informação não é função de transparência, mas do segredo, que detém o poder aquele que for detentor do segredo, de modo que partilhar a informação não é deter o poder, mas disseminá-lo (RODRIGUES, 2001, p. 161-162).

Tomamos agora como os discursos funcionam no âmbito do campo político e entendemos que a instância do discurso predominante no campo político é concebido como os proferimentos produzidos pelos profissionais da política e, mais recentemente, por assessorias publicitárias especializadas (conhecidos popularmente como marqueteiros políticos) em construir a imagem de políticos e redigir e limitar seus discursos para evitar proposições inadequadas ou que prejudiquem a imagem de seu profissional da política. Assim, o próprio campo político exerce o efeito de censura ao limitar o âmbito do que pode ou não ser proferido.

A linguagem tem sua prerrogativa no que é dizível politicamente, desde seus rituais de ingresso até o exercício dos cargos mais proeminentes no campo político, contudo a depender dos interesses dos profanos (cidadãos, eleitores), pode-se flexibilizar o quadro de permissão quanto a produção dos discursos.

O sucesso de tais proferimentos depende do capital político que determinado profissional da política armazena, pois todo político deve estar investido de certo prestígio, reconhecimento e respeitabilidade, normalmente atribui-se tal capital à denominação de reputação que se constitui como um capital simbólico, mas, em outra via, impõe ao profissional da política restrições quanto aos seus discursos à risco de diminuição ou perda desse capital simbólico, portanto:

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por conseguinte, política, lhe assegura (BOURDIEU, 2000).

Outro aspecto distintivo do campo político é a sua ação e interação com as instituições do Estado, dentro do qual o campo político é modelado e restringido (THOMPSON, 2002). Esse poder regulatório sobre o campo político valida-se em todas as instâncias, desde os poderes mais locais até as mais globais, inferiores ou superiores ao Estado.

A manutenção do poder simbólico dos profissionais da política é subjacente ao exercício do poder político. É ele que sustenta o poder político, é ele que mantém a crença na legitimidade, porque o ideal é que a autoridade política se mantenha através do poder simbólico e não do poder coercitivo, por ser uma estratégia arriscada, como prevê Thompson (2002, p. 131-32).

As caracterizações do campo político valem para diferentes formas de Estado e de regimes políticos, mas em relação às democracias liberais, implicam um número de instituições que conformam o campo político de diferentes formas. Estruturalmente as democracias liberais compõem-se de um parlamento – Câmara dos deputados e casa dos comuns, instituições que constituem um subcampo político, esfera composta exclusivamente pelos profissionais da política. Numa segunda instância, as democracias liberais envolvem um sistema partidário regido pela competição que modela, através de sua forte atuação, a formulação de políticas e

mobiliza posições de apoio ou oposição e numa terceira instância, encontramos o sistema de eleições regulares, através das quais depende a permanência ou retirada dos políticos do jogo político (THOMPSON, 2002).

Essa caracterização nos leva a firmar uma dupla lógica sobre a qual repousa o campo político, constituída em parte pelos representantes políticos enquanto membros do subcampo político, cujas posturas, condutas, ações desempenhadas por seus membros são governadas pela lógica interna desse subcampo, ou seja, pelos jogos que se constitui para adquirir os troféus pertinentes a esse subcampo. A lógica que predomina não é a que prima pela representação política, pelo contrário, a relação eleitor/político não é considerada em que pese os interesses do eleitor/cidadão. O eleitor só atua no jogo quando concede sua aprovação esporádica, permitindo a chancela à permanência do político no jogo. Os valores pertinentes para o político/jogador são os postos que se constituem como objeto de desejo, a lealdade partidária, a construção de coalizões; em resumo, as articulações que perfazem o jogo político (THOMPSON, 2002, p. 133).

Surge, no entanto uma contradição que precisa ser conciliada pelo profissional da política (e políticos habilidosos conseguem fazer essa articulação), o interesse pelos troféus não pode ser completamente assumido no campo político à custa de ferir o princípio de representação tão aclamado pelos eleitores. Os políticos têm que demonstrar que estão dispostos a primar por um trabalho altruísta de representar os interesses do povo; a isso se chama: ilusão da representação

É justamente essa dupla lógica que faz do trabalho político um trabalho em que sistematicamente se escondem os interesses concernentes à disputa dos troféus no campo em nome de interesses socialmente aceitáveis. Em outras palavras, existe uma espécie de “fraude inicial” em todo o princípio da representação, pois todo profissional da política que quer se manter no jogo se diz interessado em defender os direitos e o bem-estar do cidadão, mas, na realidade “podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo” segundo Bourdieu (1999).

Para Bourdieu (1999), o campo político nunca se autonomiza completamente já que, em suas lutas internas, remete permanentemente às clientelas, que lhe são externas e que podem ter a palavra final nessas disputas. Nas relações entre os campos, há co-determinações,

movimentos, negociações, agenciamentos, disputas e tensões fazendo com que se relativize essa autonomia de regular um determinado domínio da experiência (RODRIGUES, 2001).

A compreensão da política brasileira passa pela leitura da herança sociocultural, fundadora das práticas do jogo político brasileiro, através da criação de normas e regras que estruturam o funcionamento do campo político. No entanto, com as transformações ocorridas a partir da redemocratização do país na década de 80, surgem novos atores e contextos políticos, os quais modificam as relações dos fluxos de poder da política brasileira. Um dos principais atores da política contemporânea são os meios de comunicação, os quais incorporaram maior visibilidade à práxis política e aos atores do campo político.

Uma das consequências da ação da mídia é a transformação da visibilidade, com o público e o privado adquirindo um novo sentido: com a publicidade midiática, o evento, as ações e os acontecimentos terão sua importância e seus efeitos afetados pelas novas formas de comunicação. Assim, Thompson (2002, p. 12) ressalta a importância dessa transformação para os líderes políticos e para a política em geral. Desenvolveu-se para os políticos um novo tipo de relacionamento com seus possíveis eleitores, que o autor chama de “intimidade não recíproca a distância”. Apesar disso, a visibilidade midiática tem dois lados: a apresentação dos políticos pode ser feita tanto de forma positiva, como negativa, ou seja, a visibilidade se torna um risco e pode revelar a fragilidade dos políticos.

3.3 CAMPO MIDIÁTICO

Nesta seção, voltamos para a questão de particularizar o campo dos *media*, investigando as relações teóricas, conceituais e metodológicas oferecidas por Pierre Bourdieu que incidem nas elaborações e reelaborações das relações entre mídia e sociedade e, por meio desse caminho, investigar as relações entre campo midiático e campo político e assim, o lugar ocupado pelo jornalismo nos processos sociais contemporâneos.

Inicialmente podemos dizer que a mídia é um objeto teórico que emergiu recentemente, portanto, trata-se de um objeto de investigação particularmente controverso para todas as áreas que se propõem a investigá-la. O avanço da tecnologia e o desenvolvimento acelerado de novos dispositivos técnicos de comunicação e de informação são fatores determinantes na formação do campo midiático.

O campo midiático surge num contexto de secularização da sociedade, em que a religião não é mais a matriz unificadora e homogeneizante da totalidade da experiência (RODRIGUES, 2001). A formação deste campo decorre da necessidade de os campos sociais manterem-se unidos e ligados para fugir do isolamento e alcançar os domínios da experiência moderna, não mais marcada pela solidez, mas pela permeabilidade e pela fluidez. Para Bourdieu, existem, na área midiática, três campos interligados e influenciando um ao outro continuamente. São eles: o jornalístico, o econômico e o político.

Observando a conjuntura social contemporânea, permeada por veículos comunicativos dos mais variados suportes comunicativos, percebe-se que o campo midiático ocupa um lugar singular permeando de forma capilar a sociedade e a política contemporâneas, uma vez que se constitui de “valores de mediação entre os demais campos”, na compreensão de Rodrigues (2001, p. 152).

Para Rodrigues (2001), através dos processos de mediação, o campo dos *media* acaba por organizar a vida coletiva ao seu modo, sendo responsável pela produção dos sentidos que circulam nas sociedades, construindo a própria realidade social. Para tanto é necessário a este campo, fluidez e capacidade de disseminação pelo tecido social moderno.

Quando apresentamos a forte relação que se estabelece entre os *media* e a sociedade, enfatizando a capacidade de os *media* organizar e reorganizar a vida coletiva, os *media* passam a ser detentores do poder simbólico, o qual “é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2000), servindo-se de recursos e meios técnicos para a fixação e transmissão de seus conteúdos, além de ter acumulado competências e conhecimentos aplicados em sua *práxis* cotidiana, da mesma forma que contabilizou o reconhecimento como instituição produtora de bens simbólicos (THOMPSON, 2008).

A natureza do campo dos *media* é constituída pelo seu caráter vicário, isto é, pela legitimidade delegada dos restantes campos sociais. Seu funcionamento é estruturado, seguindo princípios de estratégia de composição dos objetivos e atendendo aos interesses dos diferentes campos. Essa relação estabelecida com os demais campos pode se concretizar tanto em termos de cooperação, visando o reforço da legitimidade desses outros campos, como em termos

antagônicos, estabelecendo também relações entre os media e os diferentes campos sociais que está na origem da emergência e da progressiva autonomização do campo dos *media*.

A legitimidade específica do campo dos *media* é levada à cabo quando articula de modo a elaborar, gerir, inculcar e sancionar valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência (seja coletiva ou individual) na sociedade. Dessa maneira, Rodrigues (2001 p. 155):

Instaura-se normas de apagamento cuidadoso e de sistemática obliteração das dimensões simbólicas que integram o processo de enunciação, dimensões simbólicas susceptíveis de pôr em causa o direito à representação e à transparência universal do campo, assim como de travar ou, pelo menos, de parar o processo de instauração desses valores.

Quando, por exemplo, um editorial da *Folha de S. Paulo* é encabeçado pelo título “Para Lula, batalha será domingo, no plenário”, retomamos toda uma série reminiscências que envolvem o processo secularizante das sociedades modernas, em torno do significado de batalha em seu caráter icônico. Para Rodrigues, (2001, p. 153) é o fato de o campo dos media ser regido pelo princípio da mediação que lhe permite servir-se de dimensões arqueológicas particularmente inesgotáveis, recorrendo ao fundo arcaico, que enterrado na memória vem à tona, de modo reciclado, retirando a forte carga dramática que contém a ideia de batalha e em outra dimensão, dessacralizando-a, trazendo novos efeitos de sentido que provém de instituições e/ou legados históricos de momentos bélicos que penetraram na experiência coletiva, mas que podem ser reatualizados, ressignificados. Assim, os mais antigos mitos são relançados ao espaço público.

É esse *modus operandi* que instaura o campo dos *media* operando enquanto “dispositivo por excelência de retorno do antigo no moderno, de alimento da modernidade com recursos enterrados no fundo primitivo da tradição”, no entendimento de Rodrigues (2001).

No que concerne à hierarquia do corpo social dos *media*, apesar de haver uma hierarquização ditada bem como em outros campos, a sua organização é menos rígida, mais fluida. Percebe-se isso na dimensão em que seus profissionais da mídia não necessitam de formação universitária comprovada na área. Haja vista esse caráter pertencente à modernidade que repousa sob a égide da dessacralização, sua ordem axiológica se justifica por sua íntima relação com a modernidade e sua natureza vicária, delegada.

Rodrigues (2001, p. 157) afirma que a dessacralização e a transparência são mecanismos que presidem ao processo de ritualização do campo dos *media*. A ritualização consiste na geração de modalidades estereotipadas de funcionamento de um campo e de reciclagem dessacralizante moderna da correspondência simbólica. O campo dos *media*, tende a priorizar a periodicidade formal e estereotipada com uma uniformidade temporal. Ao propor esse ritmo com uma periodicidade prevista imbrica-se com a estratégia de habituação e transparência. Seu funcionamento tende a ser acelerado.

A máquina discursiva dos *media* repousa sobre a lógica da transparência, que está relacionada ao processo dessacralizante da modernidade. Esse aspecto é fundamental à pretensão de caráter universal e formador de consensos. A máquina discursiva dos *media* engendra-se em meio a um paradoxo que constitui seu princípio regente: o princípio da transparência. Como sabemos, a capilaridade do campo dos *media* é tamanha que é capaz de penetrar nas instâncias menos prováveis do tecido social, e ao mesmo tempo ficar sujeito às intempéries de interesses destoantes que circundam esse tecido, o que conflua sistematicamente com seu princípio regente de transparência.

O campo midiático, por abarcar interesses divergentes, o que impõe ao campo midiático atuar sobre forte tensão, reforçada quando outras instâncias sociais questionam sua legitimidade. Contraditoriamente a essa fluidez, o que lhe permite uma capilaridade de transitar por outros campos que lhe permitem tal sanção e necessitam emergirem através da atuação midiática, em outra dimensão, o campo dos *media* submete-se à pressão dos interesses públicos.

A mídia se transformou em uma arena da disputa política democrática. Além de espaço para disputa política, a mídia também se tomou um ator relevante nas intermediações entre os políticos e os cidadãos ou, nas relações Estado x sociedade civil. A presença dos veículos de comunicação na esfera da política trouxe novas perspectivas e práticas para o jogo político brasileiro tradicional, principalmente em uma sociedade cujos meios de comunicação possuem uma posição central nas relações sociais. A atuação e presença da mídia no jogo político modificou a dinâmica social e política, alterando o funcionamento da cultura política tradicional.

3.3.1 Autonomização do discurso dos media

Em termos teóricos, é importante contextualizar que a autonomização do campo dos media só foi possível com o advento da modernidade tardia, ao que atende à fragmentação dos campos sociais que surgiram com a primeira modernidade.

Só é possível chegar à compreensão do processo de autonomização do campo dos *media* quando se entende a função aglutinadora, de tornar coeso o conjunto das esferas indivisas, que o campo religioso exerceu nas sociedades tradicionais. Recorrendo à etimologia do termo religião (do latim *religare*), de atar, unir, o campo religioso abarca essa função simbólica homogeneizadora do conjunto da experiência humana, devido em grande parte à sua natureza transcendente de sua legitimidade, que ela consegue agregar no conjunto da experiência humana.

A autonomização dos campos sociais na modernidade está assim intimamente relacionada com a ruptura em relação a esta ordem totalizante do religioso. Para Rodrigues (2001, p. 142):

Este processo apresenta uma dupla face. Por um lado, apresenta-se como uma reivindicação da razão humana iluminada com as suas luzes a proceder à descoberta das leis que explicam a origem, a natureza e o funcionamento dos fenômenos observados tanto no mundo objetivo da natureza como no mundo subjetivo da experiência individual ou no mundo das relações sociais. Por outro lado, aparece como aceitação da autonomia das ordens de valores de verdade em relação aos valores éticos e aos valores estéticos.

Essa ruptura com a ordem da experiência transcendental da religião também se deu na direção de uma ruptura para com a natureza da experiência tradicional, da mítica, da ancestralidade com o advento dos especialistas, creditados por seu diploma universitário, vindo a favorecer a autonomização dos campos sociais.

No entanto, quando pensamos no campo dos *media*, sua função não se restringe a mediar os diferentes domínios da experiência e dos diversos campos sociais, mas também funciona como promotora de novas questões como drogas, sexismo, empoderamento feminino, aborto, tensionando e movendo as fronteiras dos outros campos, mobilizando o debate público na esfera dos media, enquanto os outros campos se debatem nas suas dificuldades de propor

intervenções sociais mais ou menos consensuais para a sociedade. O campo dos *media* irá agitar tais questões, evidenciando assim, limitações e fragilidades dos outros campos.

Esses mesmos campos, percebendo a intrusão e força tensora do campo dos *media*, no entanto, não podem se furtar de apelar ao campo dos *media*, pois ele é o responsável por divulgar, promover os outros campos.

Dentro do campo midiático, temos algumas especificidades que, segundo Bourdieu (1997, p. 101), está cada vez mais sujeito às exigências do mercado de leitores e anunciantes, o que promove uma restrição estrutural a esse campo modificando mais ou menos profundamente as relações de força no interior desse campo. Para tanto, cabe incluir a questão de autonomia das mídias, reportando-se com mais ênfase aos jornais, pois seu grau de autonomia mede-se pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado e também pelo grau de concentração de anunciantes, segundo Bourdieu (1997, 102-03).

Atendo-se à autonomia particular de um jornalista, depende do grau de concentração da imprensa, isto é, a quantidade de empregadores potenciais, o que faz oscilar a instabilidade dos profissionais do jornalismo. Outro fator que vem concorrer para uma autonomia no subcampo jornalístico é a posição de seu jornal dentre os demais, ou seja, se o jornal se aproxima mais do polo intelectual ou do polo comercial e ainda, de sua posição empregatícia (efetivo, *free lancer*) (BOURDIEU, 1997).

3.3.2 A dimensão discursiva no campo dos *media*

Rodrigues (2001, p. 158) dimensiona o campo dos *media* como regido fundamentalmente pelas funções expressivas em detrimento das funções pragmáticas. Essa proeminência deve-se, em parte por sua função vicária, que faz recair sobre esse campo, as funções expressivas do restante dos campos. Dessa forma, os dizeres ganham proeminência sobre os fazeres. Tal importância dos dizeres deve-se ao fato de o discurso ocupar uma posição central na estruturação do tecido social.

Essa predominância dos dizeres, no entanto, traz em seu bojo uma controvérsia para a teoria da comunicação, no que compete à relação entre o estabelecimento da comunicação verbal e outras modalidades dos processos comunicacionais. Reduzindo-se ao filtro do

instrumental do qual se servem as comunicações, a comunicação verbal fica num segundo plano segundo Rodrigues (2001, p. 96). Mas a linguagem não pode ser colocada no “pacote” de outras modalidades de que se vale a área da comunicação, a risco de sofrer um corte redutor, de ser encarada como espelho da realidade, como transparente. Ao contrário, a língua se atualiza na interação entre os partícipes como previa Austin e, assim, é regida por variáveis díspares de outras modalidades de comunicação.

Segundo Rodrigues (2001), têm sido propostas algumas formalizações através da Semântica, Retórica, Estilística e Filosofia Analítica, mas procuramos, no entanto, nesta seção dar conta da dimensão discursiva da comunicação em direção à natureza estratégica do discurso, que também estão presentes nestas outras abordagens, para, assim, darmos conta de como o discurso trabalha na fragmentação dos espaços públicos modernos.

A escrita tornou-se estereotipada, eliminando cuidadosamente tudo o que exija esforço, obedecendo aos imperativos da circulação alargada a uma massa indiferenciada, definida mais como alvo do que como sujeito de palavra esclarecida.

Esse campo de mediação obrigatória exerce seu poder de modo capilar de modo que as mais variadas instâncias da esfera social não escapam à sua inscrição. Para Rodrigues (2001, p. 43), o campo dos *media* atingiu a dimensão do individual de forma imperceptível e onipresente instaurando uma pura forma discursiva, especular e abstrata e alerta que as sociedades atuais estão perdendo o sentido de privacidade.

Chegando a reflexão sobre como funciona a instância temporal, percebe-se através das reflexões desse autor que o advento do relógio mecânico criou as condições técnicas e discursivas para a emergência da questão comunicacional, pois tornou-se possível o processo de uniformização da experiência coletiva.

3.4 INTERFERÊNCIAS ENTRE CAMPO POLÍTICO E CAMPO MIDIÁTICO

Para analisar as tensões entre os campos político e midiático, podemos dizer que o papel da mídia no campo político, num primeiro momento, é de influenciar a opinião pública, bem como tensionar as estratégias discursivas adotadas pelos políticos (CHARAUDEAU, 2015, p. 28). Essa relação não se restringe a isso. Há muitos contornos que constituem essa

relação tensa entre os referidos campos. É necessário iniciarmos a discussão sobre as tensões entre campo político e midiático, com o entendimento do que é opinião pública, essa instância adventícia da Modernidade, que se legitima através do direito inalienável de constituição de uma razão separada da razão do Estado, razão considerada incontestável, pela adoção de estratégias coercitivas, estratégias pouco recomendadas, pois, no fluxo da vida social, a autoridade do estado é garantida de modo mais moderado, pela instauração de formas simbólicas, como ilustra Thompson (2002), operando através do poder simbólico através do qual se legitima.

A opinião pública é um advento do Iluminismo, no final do século XVII, quando também emerge a imprensa periódica, guiada pelo objetivo de conciliar estratégias contraditórias de imposição coercitiva das regras determinadas pelo Estado; como de autonomia da privacidade e da opinião livre do cidadão (RODRIGUES, 2001). Dotado de juízo crítico, o público torna-se, assim, uma instância de decisão e legitimidade, num autêntico sujeito de enunciação. Impondo o direito de informar e ser informado acerca dos fatos, da honestidade objetiva, da razão instruída, o campo dos *media* situa sua legitimidade sob o modo do saber e opõe-se à modalidade do querer, em que está assentado o poder do Estado (RODRIGUES, 2001, p. 40).

Nesse contexto, a reivindicação pela transparência dos atos executados pelo Estado, esse ideal de transparência exigido pela opinião pública, repousa, sobre uma espécie de falseamento, pois o jogo da informação se estabelece na busca pela notoriedade pública, a qual irá determinar ações e discursos advindos do Estado. Assim, os processos comunicacionais vieram dar vazão aos interesses dessa esfera pública, trazendo-lhe regularidades, alimentando e sendo alimentados por ela. Dessa forma a linguagem e a ações passaram a ser monitoradas por um agente mediador, conferindo um estatuto mais proeminente aos agentes sociais. Pode-se dizer que, em certa dimensão, a opinião pública possibilitou o advento dos *media* (RODRIGUES, 2001).

Rodrigues (2001, p. 161) ressalta que a relação que comumente se faz entre campo político e midiático trata de questões de manipulação de que os jornalistas são objeto por parte do poder e é, no que se refere a reivindicação quanto a autonomia da mídia, normalmente confundida com a instância da liberdade de expressão.

A liberdade de expressão acaba por ser tão reivindicada em decorrência de fatos históricos que ao longo da história da humanidade, e mais fortemente depois do advento da imprensa moderna, houve momentos de interdição e censura atrelados à violência institucional contra os meios de comunicação. Contudo, seus profissionais em grande parte são contra políticas de regulamentação da mídia, porque entendem tal processo como um ataque a liberdade de expressão. Com o advento dos grandes conglomerados comunicacionais, associados a outras instituições como empresas publicitárias que anunciam seus produtos na mídia, tem-se cada vez mais suprimida a autonomia midiática, instaurando limitações no acesso à informação, dentro do processo democrático (RODRIGUES, 2001).

O foco desse tipo de observação pode ter muitos contornos sobre o que se dá entre o poder político e a informação nos regimes democráticos, uma vez que para Rodrigues (2001, p. 161):

Os órgãos de informação tornaram-se nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de projetos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente, um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens políticos, em função de sua própria estratégia de diversão e sedução.

Outro fator a considerar sobre a atuação desses dois campos nas democracias nos leva a ver que estes campos resguardam interesses divergentes no que concerne aos objetivos que os governam. Segundo Rodrigues (2001), o campo dos *media* é regido pelo princípio da transparência que o conduz à uma prática de fluxo constante da informação para a esfera pública. Teoricamente, essa transparência significa disseminar o poder da informação e desvelar os segredos de Estado que perfazem o jogo político e são necessários para que ele se mantenha. Na prática, sabemos que a mídia dá visibilidade a questões que são de seu interesse com o objetivo de manipular a opinião pública. Cada campo considera essenciais diferentes formas de publicização de suas legitimidades. Da mesma forma, o campo midiático tem papel central na triagem destas legitimidades, o que resulta na legitimação de determinados assuntos e experiências compatíveis entre ambos e, muitas vezes, de acordo com os valores próprios dos integrantes do campo midiático

A existência da mídia tem sido a variável que mais influencia a estrutura da sociedade. A família, a escola, o Estado, a religião e o trabalho não podem ser mais analisados e interpretados sem levar em conta as irradiações midiáticas.

O tipo de interação que predomina no subcampo da política, entre seus profissionais, é face a face, pessoa a pessoa. Esse caráter personalizado nas interações conduz a uma espécie de fechamento desse campo. A mídia, no entanto, dispõe do que chamamos de quase interação mediada. O que faz da mídia o campo decisivo para a mediação entre profissionais da política e não profissionais, conforme pensa Thompson (2002).

A relação estabelecida entre políticos e jornalistas, embora ambos estejam interessados no poder simbólico, pode ser harmoniosa quando seus interesses convergem quando compartilham de projetos de mundo de modo semelhante e não podem se furtar dessa relação, uma vez que os políticos precisam da mídia para vender seu capital específico, e a mídia precisa do campo político, de onde extrai fontes oficiais para manter seu fluxo de notícias. Essa relação, entretanto, pode se tornar conflituosa na dimensão em que os jornalistas podem tomar posições contrárias aos ideais de determinados políticos ou grupos políticos. Quando os políticos sentem-se prejudicados por determinações que provêm da mídia e vão de encontro aos seus valores, os políticos tratam de monitorar suas falas e ações tendo cuidado com as imagens e informações que são disponibilizadas pela mídia. No entanto, os jornalistas também procuram monitorar a adesão e/ou mudança da opinião pública, bem como os níveis de apoio da opinião pública em se tratando de determinadas políticas públicas e figuras políticas.

O campo político não pode prescindir do campo dos *media* como promotor da sua visibilidade na esfera pública, mas o discurso midiático se mantém sob suspeição, a risco de atraí-lo.

No entanto, Bourdieu (1999) desacredita que essa relação venha a ser frutífera em que pese os interesses públicos, pois não encara com otimismo que a função dos jornalistas seja a de poder dar um acesso ao espaço político àqueles que ele denomina de profanos. Essa dificuldade inicia-se quando Bourdieu (1999, p. 212) nos leva a refletir sobre a representação que o campo jornalístico tem e dá de si próprio:

Há uma ideologia profissional do jornalismo segundo a qual os jornalistas proporcionam verdade, informação, crítica, subversão. Ora, essa autoimagem é contraditada pela análise e a observação; não é uma imagem fundada. Não penso que os jornalistas sejam os mais bem situados para dar acesso ao espaço político. Pelo contrário, eles contribuem bastante fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à *doxa* do campo político.

Como vimos, a autonomização do campo dos *media* coloca o mundo atual perante novas lutas que se situam nas fronteiras dos domínios da experiência que escapam ao domínio dos campos sociais instituídos. O papel mais importante do campo dos *media* será provavelmente cada vez mais a sua capacidade de tematização pública e de publicização do confronto entre os discursos especializados em torno das questões suscitadas por estes domínios. Em outra via, a tensão estabelecida entre esse campo e o campo político explica-se por ser conflituosa quando seus interesses divergem quando está em questão diferentes práticas sociais, mas nenhum pode abrir mão dessa relação, uma vez que um alimenta o outro. Haverá, no entanto, certa conformidade entre eles na dimensão que mídias aliadas a práticas específicas aliar-se-ão a grupos e ideias políticas semelhantes, a exemplo de jornais mais comerciais, associados a grandes conglomerados comunicacionais e dependentes de anunciantes, de publicidade, aliam-se a projetos e grupos políticos neoliberais. Enquanto jornais mais voltados para uma crítica contra-hegemônica aliam-se a projetos políticos mais progressistas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo dedica-se a traçar o percurso metodológico que orientou a análise feita neste trabalho, discorrendo acerca do objeto e do tipo de pesquisa, além dos procedimentos metodológicos de análise.

4.1 OBJETO DE PESQUISA

O objetivo deste trabalho é analisar como o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* e o jornal britânico *The Guardian* constroem sentidos para o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff. As questões que orientaram este trabalho foram: que sentidos foram construídos pelas mídias em questão para o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff do poder? Há diferenças substanciais na forma como as duas mídias construíram sentidos para tal processo?

Mais especificamente, examinamos os mecanismos discursivos mobilizados nas narrativas empreendidas pela grande mídia e pela mídia estrangeira na construção dos sentidos no processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff. Para isso, as ideias de Fairclough tornam-se profícuas para essa pesquisa na dimensão em que seu trabalho é permeado por três questões centrais: a relação dialética entre discurso e estrutura social, o nível de conscientização que as pessoas têm acerca dessa relação e o papel fundamental do discurso nas mudanças sociais. (OLIVEIRA, 2013).

Em consequência do que foi dito, é pertinente dizer que, acima de tudo, nosso objetivo é discutir a prática social do jornalismo, nas quais a linguagem é elemento central, produzindo e problematizando sentidos que possam ajudar a dar visibilidade a determinadas questões que julgamos importantes para a sociedade brasileira.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Situando esta pesquisa na linha de Estudos Críticos da Linguagem, no campo da Linguística Aplicada, corroboramos com Moita Lopes (2006) que a significação é construída de modo intersubjetivo através das práticas discursivas.

De forma mais detalhada, a Linguística Aplicada é uma área de estudos que volta seu enfoque para a prática e para o processo na realização das pesquisas, sem com isso relegar a teoria, superando assim a tensa relação ‘teoria/prática’, sobrelevada na LA em termos de conciliar ambas tradições de pesquisa aceitando-as dialeticamente, o que a encaminha a uma postura genuinamente crítica (RAJAGOPALAN, 2003, p. 80). Tendo em vista o problema de natureza sociodiscursiva considerado para esta pesquisa, a orientação crítica lhe permite lançar um olhar comprometido socialmente com o objeto de pesquisa e compreender a função não-isenta e não-neutra do analista.

O método analítico adotado em nosso trabalho foi proposto por Fairclough e Chouliaraki em 1999 na obra *“Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis”*. Norman Fairclough é professor emérito da Universidade de Lancaster e é um dos fundadores da Análise Crítica de Discurso, área de estudos que analisa a influência das relações de poder sobre o conteúdo e a estrutura dos textos, sobretudo os midiáticos.

O enquadre teórico-metodológico proposto na obra de Fairclough e Chouliaraki de 1999, sugere que a análise deve partir da percepção de um problema social, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.60); em seguida, deve-se verificar quais são os obstáculos para que o problema seja superado – quais são as características permanentes nas redes de práticas que sustentam o problema observado – através de três focos de análise correlacionados: análise da conjuntura, análise da prática particular e, finalmente, análise de discurso.

Tal enquadre faz parte do princípio de que a análise de discurso crítica é um processo interpretativo que envolve análises qualitativas de compreensão e explanação. A análise proposta pela ADC propõe uma compreensão do discurso como um elemento de práticas sociais, interconectado a outros elementos, tendo como um de seus objetivos desenvolver uma compreensão da mudança discursiva como um indicativo da mudança social.

Esta pesquisa adota um caráter descritivo-analítico que se ergue a partir do paradigma interpretativo crítico, que permite problematizar efeitos ideológicos, cujos sentidos fornecidos pelas instâncias discursivas presentes nos textos, são fornecidos pelas instâncias discursivas que podem incidir sobre as relações sociais.

A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa, a qual concerne em uma prática descritiva e interpretativa dos textos (análise orientada textualmente), os quais foram extraídos da mídia digital e elaborados por jornalistas e políticos.

O presente estudo é feito a partir da observação da esfera discursiva jornalística, analisando dois dispositivos midiáticos: um jornal brasileiro e outro internacional, único material empírico de análise desta pesquisa.

Resende (2009) afirma que “a pesquisa de natureza qualitativa lida com descrições e interpretações da realidade social a partir de dados interpretativos”. Nessa perspectiva, pode-se na pesquisa qualitativa focar representações, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes, atividade material relacionadas ao meio social.

A adoção da abordagem qualitativa, assim como a teoria da ADC, opõe-se, ao pressuposto que defende um único modelo de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências humanas têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, mais aberta, de caráter mais interpretativo.

Trata-se de uma pesquisa documental, a qual utiliza como principal material empírico, dados de natureza formal. O texto midiático se enquadra nesse critério, pois sua elaboração demanda competência de conhecimento especializado.

4.3 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A partir do nosso interesse em conhecer como se deu a construção de sentidos para o “*impeachment*” na mídia nacional e internacional, buscamos analisar como se deu a narrativa do “*impeachment*” no jornal britânico e no brasileiro sobre o mesmo evento, mapeando suas condições de produção também em dimensões ideológicas diferentes, que fornecem ferramentas para se analisar linguisticamente construções discursivas revestidas de ideologia (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.53).

Sabemos que a imprensa escrita é o domínio do texto escrito. Apesar de os textos escolhidos conterem algumas fotografias, sua seara é a palavra conceitual, portanto os textos foram escolhidos sem a consideração da imagem.

O critério para a coleta dos dados foi a fim de compor dados úteis para a análise contrastiva entre os jornais e o critério de levantamento dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa seguiu a orientação de que pudessem ser representativos de momentos significativos da disputa hegemônica travada entre duas narrativas que transitaram na mídia, ou seja, textos que fossem relevantes em função dos acontecimentos em torno do “*impeachment*”. Consideramos a cronologia do evento, pois a seleção dos textos se deu em função de momentos importantes, tais como 1) aceitação do pedido de “*impeachment*” pelo Presidente da Câmara Eduardo Cunha; 2) votação na Câmara dos Deputados; 3) votação no Senado; 4) execução do “*impeachment*”.

O *corpus* é constituído por um conjunto de quatro textos, sendo dois selecionados da grande mídia brasileira, mídia que, em outras palavras, também é conhecida como mídia hegemônica. A motivação da escolha pela grande mídia é por seu caráter de grande alcance para com o público leitor. Em Peixoto (2014, p. 152), encontramos a definição de mídia hegemônica como veículo de mídia que “têm alta média de circulação nacional, estando incorporados aos maiores conglomerados empresariais de comunicação do país e detêm poder de pauta jornalística”.

Assim, elegemos, para nosso estudo, o jornal *Folha de S. Paulo*, primeiramente por tratar-se de uma empresa importante, que tem um grande poder de alcance e inserção na classe média, sob a consideração de Jessé de Souza de que a mídia é o braço midiático da economia como representante da mídia hegemônica, haja vista ser um dos jornais de maior circulação nacional conforme dados da Agência Nacional de Jornais (ANJ). No ano de 2015 a *Folha de S. Paulo* foi o terceiro² jornal de maior circulação. Sua estabilidade, por estar atuando no jornalismo desde a década de 1920, atesta também sua relevância enquanto jornal que representa bem a grande mídia. Trata-se também de um jornal cuja versão impressa é entregue em todo o país, além de ter uma versão online.

² Dados retirados do site: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 10 de jan. de 2018

Escolhemos o jornal britânico *The Guardian*, para analisar como a imprensa internacional significou discursivamente o processo de “*impeachment*”, uma vez que o jornal em questão, apesar de também se enquadrar na perspectiva de um jornal hegemônico, tem grande notoriedade em termos de fazer frente a grandes questões políticas com função interventora e investigativa, tendo sido fundado em 1821, o *The Guardian* é hoje um dos mais importantes jornais do Reino Unido. Ganhou notoriedade ao dar dois grandes furos jornalísticos nos últimos anos: em 2011, noticiou o escândalo das escutas telefônicas que levaram ao fechamento do *News Of The World*; a partir de 2013, revelou ao mundo o delator Edward Snowden e o esquema de espionagem mundial do governo americano. Em 2014, foi nomeado “Jornal do Ano” pela *British Press Awards* por essa série de reportagens.

Assim, trabalhamos com esses dois dispositivos midiáticos, fazendo uma análise de como cada um representou discursivamente o “*impeachment*” de Dilma Rousseff.

Os textos encontram-se nos anexos deste trabalho e foram retirados da seção “Opinião” e “Poder” em que se nota uma subseção da *Folha de S. Paulo* dedicada exclusivamente ao “*impeachment*”, bem como subseções dedicadas aos escândalos de corrupção que o cercaram. No jornal *The Guardian*, os textos encontram-se nas seções: “*Opinion*” e “*Brazil*”.

Por fim, os textos escolhidos foram:

Quadro 3 – Composição do *corpus*

TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
The real reason Dilma Rousseff's enemies want her impeached ³	21 de abril 2016	https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/21/dilma-rousseff-enemies-impeached-brazil
<i>The Guardian</i> view on Dilma Rousseff's "impeachment": a tragedy and a scandal ⁴	18 de abril 2016	https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/18/the-guardian-view-on-dilma-rousseffs-impeachment-a-tragedy-and-a-scandal
O fim e o princípio	12 de maio de 2016	http://www1.Folha de S. Paulo.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770354-o-fim-e-o-principio.shtml
A farsa do golpe	31 de agosto de 2016	http://www1.Folha de S. Paulo.uol.com.br/opiniao/2016/08/1808624-a-farsa-do-golpe.shtml

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Ao procedimentar a análise, optamos por partir do Jornal brasileiro, *Folha de S. Paulo*, em comparação ao Jornal *The Guardian*, haja vista que o evento é de interesse central para nosso contexto imediato, o contexto político brasileiro.

Os aspectos de análise são tomados como diretrizes gerais, indicadoras dos principais elementos e das considerações que se aplicam à análise do discurso, conforme a posição teórica que apresentei anteriormente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275). Assim, como a ADC se traduz como uma perspectiva teórico-metodológica aberta e apresenta uma organização metodológica de interpretação de problemas sociais, reproduzimos abaixo o roteiro analítico de Fairclough e Chouliaraki no qual se apoiará a análise. Em seguida, detalharemos as etapas que regem tal roteiro.

³ A real razão que os inimigos de Dilma querem seu "impeachment"

⁴ A visão do *The Guardian* no processo de "impeachment" de Dilma Rousseff: uma tragédia e um escândalo.

Quadro 4 - Enquadre metodológico da ADC

I.	Problema
II.	Obstáculos a serem enfrentados <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise da conjuntura ▪ Análise da prática particular de que o discurso é um momento <ul style="list-style-type: none"> - Relevância da prática - Relação da prática com outros momentos ▪ Análise do discurso <ul style="list-style-type: none"> - Análise estrutural - Análise interacional
III.	Função do problema na prática
IV.	Possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos
V.	Reflexões acerca da análise

Fonte: Chouliaraki, L.; Fairclough, N., 1999

O arcabouço teórico-metodológico acima propõe que a análise deve partir da percepção de algum problema, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social. O problema que tratamos neste trabalho é como o processo de *“impeachment”* da presidenta Dilma foi significado nas mídias em questão e que problemas essas formas de significação implicam?

Seguindo estes procedimentos, a análise conjuntural realiza-se de forma a situar historicamente o processo de *“impeachment”* da presidenta Dilma mostrando como os fatores sociais, políticos e econômicos corroboraram para o encaminhamento de tal processo.

Dentro do primeiro momento da análise levaremos em conta a configuração de práticas das quais o discurso em análise é um dos momentos, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre e a análise da prática particular da mídia, dando atenção para as relações entre o discurso e os outros momentos.

O segundo passo consiste em identificar os obstáculos para que o problema seja superado. No caso do problema tratado nessa pesquisa, este não pode ser superado, mas problematizado. Nessa etapa levaremos em conta os aspectos que sustentam o problema verificado e que dificultam a mudança estrutural.

O terceiro passo envolve a análise do discurso, orientada para a estrutura por meio das instâncias enunciativas: modalidade e representação de eventos sociais. Tal análise linguística de recursos utilizados no texto pressupõe a relação com a prática social.

A última etapa de análise mostra por que os processos discursivos em questão são problemáticos do ponto de vista dos sentidos que foram construídos para o evento. Por fim, a

pesquisa irá contar com uma reflexão sobre a análise, uma etapa importante, pois as pesquisas em ADC contam com a reflexão e faz parte de análise.

Na nossa recontextualização do modelo analítico de Fairclough, mostraremos agora a partir do quadro 5, situando nosso objeto de pesquisa no enquadramento da ADC, uma vez que, pelas demandas desse objeto, algumas reconfigurações foram necessárias, sem escapar ou confrontar o enquadre de Fairclough, mas para esclarecer como os fundamentos desse modelo de análise contribuíram para a análise dos dados. Vejamos:

Quadro 5 - Enquadre metodológico da ADC no estudo de Ribeiro (2018)

I.	Problema – Prática discursiva da mídia brasileira ao construir sentidos para o processo de “ <i>impeachment</i> ” de Dilma Rousseff
II.	Obstáculos a serem enfrentados – posicionamento político das mídias, interferência da mídia no campo político <ul style="list-style-type: none"> • Análise da conjuntura • Análise da prática particular da prática da mídia de que o discurso é um momento • Análise do discurso - Análise estrutural – das ordens do discurso - Análise linguística
III.	Função do problema na prática – vida social, valores, identidades sociais, campo político
IV.	Problematização dos obstáculos
V.	Reflexões críticas acerca da análise

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao considerarmos o problema em questão, o processo discursivo através do qual o evento *impeachment* é construído pela grande mídia nacional na *Folha de S. Paulo*, percebemos que esse problema é de difícil solução, uma vez que jornais são grandes empresas e como tais, participam de uma luta hegemônica, para tornar hegemônica certas formas de compreensão e um jornal do porte da *Folha de S. Paulo*, que tem tamanha inserção na classe média, está inserido nessa luta pelo controle dos sentidos do mundo social.

Em outra perspectiva, para buscarmos compreender como foram construídos os sentidos pela qual luta a *Folha de S. Paulo*, fizemos uma análise comparativa com o Jornal *The Guardian*.

Quanto aos obstáculos, vemos que a grande mídia nacional nas suas tomadas de posição, pautados por interesses político-econômicos, vinha há tempos direcionando-se com mais ênfase aos erros do PT, a exemplo do escândalo do Mensalão. O PT, no entanto, devido a uma bem-sucedida política de inclusão social implementada com efetividade permitiu um ingresso mais atuante da classe média e seus segmentos mais conservadores em atores mais presentes no jogo político. Assim, abriu-se a manutenção de uma base para uma hegemonia política de longo prazo, que estava sendo contestada por essa mídia, nas palavras de Jessé de Souza (2016). Essas tomadas de posição da grande mídia brasileira, que sistematicamente esconde seus interesses de mercado, seria ingenuidade pensarmos que enquanto obstáculo poderá ser resolvido, no entanto, podemos problematizá-las em sua dimensão ética.

Ainda no segundo momento de análise realizamos a análise da conjuntura do processo de afastamento de Dilma e da prática particular da mídia, passando em seguida para a análise do discurso propriamente dita em que realizamos a análise linguística propriamente dita e a ordens do discurso, no eixo do saber e no eixo da ética, cujos elementos de tais ordens do discurso considerados foram os discursos e os estilos.

O terceiro momento de análise dilui-se ao longo da análise linguística, uma vez que fizemos considerações acerca dos problemas de ordem social, sobre os valores sociais que estiveram no bojo do processo de “*impeachment*”, como as identidades sociais foram contestadas ou legitimadas e o entrecruzamento dos campos político e midiático

O quarto momento também encontra-se diluído na análise linguística, pois em vários momentos fizemos reflexões sobre a problemática em torno do comportamento da mídia sobre os eventos políticos que cercaram o processo de afastamento de Dilma Rousseff.

O quinto momento coincide com o capítulo de conclusão, o qual presta-se a refletir criticamente sobre a análise

4.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para fazer a análise discursiva, utilizamos duas categorias propostas por Fairclough em sua obra “*Analysing Discourse: Textual analysis for social research*” de 2003: representação de eventos sociais e modalidade.

Dentro do significado identificacional, a modalidade consiste em um ator social exprimindo atitudes em relação ao seu enunciado por meio de expressões modalizadas. O comprometimento pode ser revelado mais ou menos, no que se refere à veracidade daquilo que que veicula; além da responsabilidade pelo posicionamento assumido no que se refere ao enunciado.

Nos textos escolhidos para análise, procuramos identificar frases declarativas, interrogativas ou negativas, estando atentos para possíveis avaliações com juízo de valor a fim de analisar a dimensão identificacional desses significados.

A representação de eventos sociais é uma categoria que está dentro do significado representacional, em termos de saber quais elementos são incluídos ou excluídos dos eventos.

A representação de eventos sociais pelo jornalismo é um processo construtivo, consciente e estratégico, onde nada se encontra por acaso. Isso implica um olhar atento nas motivações sociais e políticas das escolhas que são feitas em detrimento daquelas que poderiam ter sido feitas, mas que por algum motivo não foram. Com isso, a análise da representação fundamenta-se não só naquilo que está presente no texto, mas também nas ausências, nas coisas que poderiam estar no texto, mas não estão. É por isso que esse tipo de análise requer uma sensibilidade nas presenças e ausências do texto.

Para analisar como eventos sociais são representados nos textos, Fairclough (2003) propõe examinar as orações a partir de uma perspectiva representacional. Nessa perspectiva, toda oração indica como o sujeito concebe a realidade a sua volta e como a gramática é usada para representar suas experiências de mundo.

Sendo assim, buscamos analisar como os elementos da oração, os processos, participantes e circunstâncias; a exclusão ou inclusão dos elementos de eventos sociais; a representação concreta e abstrata de eventos sociais; representação dos atores sociais e tipos de processos.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista a articulação entre discurso e prática social para uma compreensão dos processos discursivos em si, por que eles acontecem de uma forma e não de outra, neste capítulo analisamos a forma como se empreendeu a construção de sentidos do “*impeachment*” nos dois dispositivos midiáticos, *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*. Para fins didáticos, sistematizamos a análise, de modo que esse capítulo está organizado em três seções principais, tendo num primeiro momento mostrado a configuração da conjuntura, na qual se empreendeu o discurso da grande mídia sobre o “*impeachment*”. Num segundo momento, voltamo-nos para compreender aspectos específicos que constituem o Jornalismo e especificamente o perfil editorial dos dois dispositivos midiáticos. No terceiro procedemos à análise dos textos de mídia, levando em conta que esses três momentos são relacionados, permitindo uma análise integrada.

5.1 A CONJUNTURA DO “*IMPEACHMENT*”

Para iniciar essa discussão, precisamos definir o conceito de “*impeachment*” para que haja melhor entendimento do que foi esse processo. Trata-se de uma palavra de origem inglesa, derivada do verbo “*To impeach*”, que significa impedir. Na prática, impedir que uma autoridade (no caso, o/a Presidente da República) que, comprovadamente, cometeu crime de responsabilidade, permaneça no cargo. “O “*impeachment*” nada mais é do que o impedimento da autoridade para o exercício do cargo ou mandato, em razão da prática de crime de responsabilidade.” (PAULO e ALEXANDRINO, 2017).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 não menciona o “*impeachment*”, mas, em seu artigo 85, define os crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

(BRASIL, 1988)

A Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950 define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

Primeiramente, nos ateremos aos fatos políticos, econômicos e sociais que levaram ao “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff.

Após deixar o governo, em 2010, com altos índices de aprovação, o ex-presidente Lula (PT) passa a faixa presidencial à Dilma Rousseff, primeira mulher a assumir a Presidência da República no Brasil: Dilma Rousseff (PT), que havia sido Ministra de Minas e Energia durante seu segundo mandato como presidente. O Brasil estava em pleno crescimento econômico, atingindo a marca de 7,5%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O governo de Lula caracterizou-se, no plano econômico, por gastos governamentais na tentativa de aumentar a demanda interna. Ou seja, o ex-presidente facilitou o acesso à habitação, criou empregos formais, aumentou os salários e transferiu recursos do setor público para as famílias mais carentes através de programas sociais como o Fome Zero e o Bolsa Escola (que depois se fundiriam em um único programa – o Bolsa Família), na tentativa de aumentar a arrecadação de impostos, para que pessoas antes excluídas da economia formal fossem integradas a esta. Em resumo, Lula aumentou a demanda agregada, que representa a demanda total de bens e serviços em uma economia em um determinado momento. Em resumo, o ex-presidente adotou medidas que aumentaram o consumo e ao mesmo tempo, elevou os impostos um pouco mais do que os gastos.

Dilma não permaneceu com essa estratégia, pois optou por fornecer incentivos macroeconômicos para que o setor privado liderasse o crescimento, de modo a gerar a independência dos *commodities*. A presidenta derrubou a taxa de juros, que chegou a marca de 7,25% entre agosto de 2012 e março de 2013, reduziu a conta de energia em janeiro de 2013 e promoveu a desoneração fiscal em vários setores da economia. As medidas visavam a retomada da produção industrial, mas a presidenta acabou sendo alvo de duras críticas pois grande parte do setor produtivo brasileiro era rentista. A crítica era de que a presidenta acabou por estimular a inflação (LAIDLER, 2016).

A mídia comercial, após essa estratégia malsucedida de Dilma, tratou de criar a imagem de uma presidenta desastrada na condução da economia do país, além de mostrá-la como uma gestora descontrolada e impaciente.

Em 2012, ano de eleições municipais, mesmo com a imagem “manchada”, o PT conseguiu eleger prefeitos em diversas cidades de São Paulo, inclusive na capital, além de outras capitais do País, porém perdendo as mais importantes, como Recife e Salvador.

Para conseguir a governabilidade, o PT precisou tecer alianças com partidos como o PMDB, de ideologias contrárias. Essa aliança é chamada de coalizão. Se por um lado, a aliança permitiu que o governo funcionasse de forma estável e eficiente, do outro, limitou seu raio de ação. A estabilidade política e a governabilidade são essenciais, porém não são suficientes para promover avanços socioeconômicos, é preciso enfrentar as crises de representatividade.

A onda de protestos em junho de 2013, também conhecida como Jornadas de Junho ou a Revolta dos 20 centavos, foi uma das crises de representatividade enfrentadas pelo governo de Dilma. A ideia inicial era protestar contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, que depois se alastrou para outras capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Natal, mas que acabou tomando proporções maiores, mudando a pauta – “cura gay”, gastos com as Copas, a PEC 37 e finalmente, a extinção da corrupção. Surpreendentemente, os protestos assumiram caráter reacionário, mesmo após a revogação do aumento das tarifas de transporte.

As manifestações tinham caráter pacífico, organizavam-se em forma de passeatas que fechavam o trânsito e “incomodavam a população” segundo a mídia jornalística. A presença de *black blocs*, que atacavam e depredavam símbolos do capitalismo, foi ampla e exaustivamente explorada pela grande mídia, buscando deslegitimar o movimento.

Com a mudança do caráter das manifestações, que agora protestavam a favor do fim da corrupção, a mídia jornalística começou a mostrar-se favorável ao movimento, criticando a presença da polícia repressora, mostrando a nova “cara” dos manifestantes: a elite branca de classe média e ainda esforçando-se para mostrar a pacificidade do protesto.

Com o crescimento da Operação Lava Jato, que é um conjunto de operações da Polícia Federal do Brasil e se iniciou em março de 2014, o sistema Judiciário alcançou grande prestígio perante a classe média, sobretudo representada pela ascensão do juiz Sérgio Moro,

que age como uma espécie de justiceiro contra a corrupção. A referida operação foi a grande mobilizadora para os protestos em 15 de março de 2015, quando aconteceu a primeira grande mobilização contra o governo da presidenta.

Nesse momento, a mídia, sobretudo o grupo Globo notadamente deixou de apenas noticiar os protestos, passando a promovê-los e divulgá-los na perspectiva em que os repórteres e âncoras jornalísticos enfatizavam o caráter pacífico das manifestações, transformando-as em verdadeiras “festas da democracia” repletas de famílias brancas de classe média e alta.

Na mesma noite do protesto, os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Miguel Rosseto (Secretaria-Geral da Presidência) concederam uma entrevista coletiva de imprensa e afirmaram que o Governo respeitava as manifestações. Nas palavras de Cardozo: “O governo assume como postura central o diálogo com todas as suas forças sociais. Pouco importa se são forças que estão com o governo ou se são contrárias a ele. O governo quer dialogar com todos”. A afirmação do ministro gerou revolta, sobretudo na classe média, gerando “panelaços” nas capitais e nas grandes cidades, principalmente no Sul e Sudeste do país.

No caso do processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff, o 28º pedido apresentado contra ela foi protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal e aceito pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

É importante enfatizar que Eduardo Cunha (PMDB) ascendeu ao quarto mandato graças a uma grande estrutura de financiamento de campanha, sendo capaz de criar até sua própria base parlamentar. O deputado tem sua trajetória marcada pela corrupção, estando envolvido em esquemas de pagamento de propina e lavagem de dinheiro.

Eleito em fevereiro de 2015, o deputado Eduardo Cunha, que durante sua posse como presidente da Câmara dos Deputados, afirmou sobre sua relação com o atual governo: “Não será uma Câmara de oposição e tampouco será submissa. O fato de a gente estar garantindo a governabilidade - que é necessária e precisa ser garantida - não significa que a gente vá ser submisso”. Esse clima de aparente cordialidade não permaneceu até o final do ano; em 2 de dezembro de 2015, Cunha acatou o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff como forma de retaliação em razão do PT não livrá-lo das acusações do Conselho de Ética da Câmara.

O aceite do pedido não foi mero “acerto de contas” entre rivais. A motivação para tal está centrada na elite financeira brasileira, que tem o poder de controlar as outras elites. A elite financeira é a mais importante, pois, de modo indireto, exerce poder político, social e econômico no país. (SOUZA, 2016). O processo, porém, está longe de ser mera luta pela hegemonia de ideias neoliberais *versus* desenvolvimentistas, trata-se de um conflito de classes, que também está além da simples luta da burguesia contra classe operária, ou socialismo contra capitalismo.

O Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, por Lula e outros tantos sindicalistas, líderes de movimentos sociais, católicos progressistas, intelectuais de esquerda e estudantes tem como ideologia o socialismo democrático, como está posto no Estatuto do Partido dos Trabalhadores em seu artigo 1º, e o desenvolvimentismo.

A divergência entre duas formas de organização político-econômicas do capitalismo – o desenvolvimentismo e o neoliberalismo econômico – fomenta todo o processo da crise que acarretou no “*impeachment*” da presidenta brasileira.

O desenvolvimentismo defendido pelo PT é uma ideologia que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e da taxa de crescimento. O capital para impulsionar o processo é obtido junto às empresas locais, ao Estado e às empresas estrangeiras (SANDRONI, 1999). Ou seja, para governar, foi necessária uma coalizão de classes voltada para o desenvolvimentismo, “que nas suas fases iniciais é apenas econômico, mas depois, graças à luta dos trabalhadores ou dos pobres, tende a ser democrático e social, e mais tarde ainda, ambiental” (BRESSER-PEREIRA, 2013).

O neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Atualmente, o neoliberalismo representa os que defendem a livre atuação das forças econômicas, o fim do intervencionismo do Estado, a privatização das estatais e de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial (SANDRONI, 1999). O “Neoliberalismo é um projeto político elaborado para facilitar a reestruturação e a reescala das relações sociais conforme as demandas de um capitalismo global desenfreado” (BOURDIEU, 1998). Esse projeto político tem sido imposto às economias

pós-socialistas, alegadamente como o melhor meio de transformação do sistema, renovação econômica e reintegração à economia global (FAIRCLOUGH, 2003).

O sociólogo Jessé Souza (2016) afirma que a elite financeira busca, primeiramente, dominar a elite intelectual – que será a principal articuladora que irá difundir os fatos para outras classes, através de escolas e universidades. Depois, busca os meios de divulgação para esses fatos – a elite jornalística e a mídia. Dessa forma, a sociedade recebe informações unilaterais, de modo que não é capaz de perceber os reais interesses que motivaram o “*impeachment*”. De acordo com essa ideia de Jessé, sendo cooptadas a elite intelectual e a jornalística, principais articuladoras do discurso, a elite financeira agora parte para a compra das que viabilizarão o golpe em sua forma político-jurídica – a elite política e a elite judiciária, esta última tendo especial proeminência, concebidos como os “heróis” na luta anticorrupção.

Bourdieu, ao tratar do subcampo político – aquele composto pelos profissionais da política – revela que ser um político é esconder o interesse financeiro e mostrar-se como um defensor social, compromissado com o bem comum, sem interesses pessoais e fazer com que o eleitorado acredite nisso, e vemos o quanto isso se conjuga com grande proeminência na política brasileira.

O pedido de “*impeachment*” protocolado por Bicudo, Paschoal e Reale Jr, acusa a presidenta de abrir créditos suplementares, de valores muito elevados sem autorização do Congresso Nacional, via decretos presidenciais em 2014 e em 2015. Segundo os juristas, Dilma sabia que a meta de superávit primário prevista não estava sendo e não seria cumprida e a prova disso é que a presidenta apresentou projeto de lei pedindo a revisão da meta com a intensão de criar um superávit artificial.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Nº 101/2000, em seu artigo 9º *caput* determina que, ao perceber que não será possível atingir a meta fiscal, estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo deve contingenciar verba, logo, segundo a acusação, a presidenta cometeu crime de responsabilidade fiscal ao ferir a referida lei.

A segunda acusação é a de que a presidenta teria executado uma manobra fiscal conhecida como “pedaladas fiscais”, que consistem em atrasar propositalmente o repasse para bancos e autarquias com o intuito de melhorar artificialmente as contas federais. O atraso referido foi o de repasses a bancos, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES,

que financiavam programas sociais. Essas instituições pagaram aos beneficiários desses programas mesmo sem receber em contrapartida, o que, para o Tribunal de Contas da União, caracterizou empréstimos, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 36º em seu *caput* “É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.”

A defesa da presidenta argumenta, sobre a acusação das pedaladas, que o procedimento já havia sido feito em mandatos dos dois últimos presidentes (Lula e Fernando Henrique). O advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, em seu discurso no Senado, afirmou ainda que o atraso nos repasses, juridicamente, é caso de inadimplência, o que não pode ser comparado a empréstimo.

Quanto à acusação dos decretos “ilegais”, a defesa afirma que a meta fiscal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 4º, é anual e os decretos foram baixados em julho e agosto, portanto, antes do suposto descumprimento da meta.

5.2 A PRÁTICA PARTICULAR SOCIAL DA MÍDIA JORNALÍSTICA

Para falarmos da prática particular da mídia, precisamos compreender alguns aspectos em particular de como é gerida a mídia hegemônica brasileira. Primeiramente, precisamos compreender o que se entende por mídia hegemônica. Encontramos em Peixoto (2014, p. 152) o conceito de mídia hegemônica como veículos de mídia que “têm alta média de circulação nacional, estão incorporados aos maiores conglomerados empresariais de comunicação do país e detêm poder de pauta jornalística”.

Segundo Lage (2014), o jornalismo é uma prática social que tem um compromisso ético e dupla representação social. Assim, os profissionais dessa área podem ser vistos, de maneira ampla, como intermediários no tráfego social da informação ou, de maneira estrita, como agentes a serviço de causas consideradas nobres.

Tendo em vista o conceito amplo (neutro), o jornalismo é uma atividade de natureza técnica caracterizada pelo compromisso ético peculiar (LAGE, 2014). De acordo com os Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, de 1983, o jornalista deve saber selecionar o que interessa e o que é útil ao público, buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível, sendo, obviamente,

verdadeiro quanto aos fatos e fiel quanto às ideias que transmite ou interpreta. Deve também admitir que existe uma pluralidade de versões para os mesmos fatos. E, por fim, o jornalista deve manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas e instituições por informação errada ou inadequada.

A crítica ao conceito amplo é a de que todo enunciado carrega associações semânticas e emotivas. Ao apenas reproduzir um certo discurso contrário ao que é justo, o jornalista seria também injusto. Ao priorizar apenas um lado dos fatos, o jornalista além de incorrer em dar proeminência a apenas uma perspectiva, ele pode incorrer em universalizar ideias particulares e assim, sua prática servir de reprodução de crenças e valores hegemônicos.

Lage (2014) ainda concebe a empresa midiática como um empreendimento de grande porte, dependente de um tripé: publicidade, tecnologia e financiamento (bancos, indústria, comércio, etc.). O compromisso com a informação precisa compor-se com a defesa dos interesses do tripé que sustenta a empresa. Dessa composição, resulta a representação teórica liberal do jornalismo como um poder fiscalizador ou quarto poder. Toda estrutura de poder teme ser investigada, esquadrihada e tende a proteger suas informações mais fortemente do que seria necessário.

O jornalismo é reconhecido como o quarto poder (junto do Executivo, Legislativo e Judiciário), pois exerce tanto poder e influência quanto os outros poderes do Estado Democrático.

No entanto essa estrutura própria do Jornalismo tensiona-se com forças externas como as do mercado dos leitores, do mercado de anunciantes, de modo que o grau de autonomia desse órgão de difusão é medido pela parcela de receitas que provém da publicidade e do Estado. Assim, essa restrição estrutural modifica mais ou menos profundamente as relações de força dentro dos diferentes campos e dele mesmo, e afeta o que se produz em forma de conhecimento.

O controle do conhecimento, por sua vez, imbrica-se ao controle dos sentidos e nos contextos contemporâneos, nos permite lançar um olhar sobre as atividades da mídia em seu poder simbólico, “de controlar a produção, a seleção, a organização e a distribuição do discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Atentar para o eixo do saber é algo importante porque o saber tenta conformar o mundo sob determinadas configurações e percorre o eixo da prática discursiva que constitui o conhecimento como dominação engendrando relações de poder. Na nossa sociedade contemporânea, a mídia é uma grande veiculadora de conhecimento construindo proposições, descrições, formando o antecedente na sociedade como uma verdade admitida, tomada como informação.

Chaparro (1993) destaca a cobertura da *Folha de S. Paulo* do movimento social Diretas Já, em 1984, como sendo um momento em que o jornal ultrapassou a instância mercadológica, classificando-o como “uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações”.

O jornalismo brasileiro é basicamente investigativo, exercendo a função de “cão de guarda”, assumindo um papel de vigia e fiscalizador do sistema político por meio da busca da verdade, se consolidando numa espécie de guardião dos direitos da sociedade (AZEVEDO, 2006). O que sabemos é que, na prática, essa teoria prova-se falsa, no sentido em que a mídia dá visibilidade ao que é de seu interesse, fazendo uso da abordagem que lhe é conveniente. Tomamos por exemplo, a visibilidade que o campo jornalístico dá ao campo político, buscando fatos, interpretando-os a seu modo e veiculando-os para a sociedade civil. Ou seja, recebem os fatos de acordo com a abordagem que a mídia jornalística quis mostrar.

Como mencionado no capítulo 2, o campo dos *media* e o campo político estão entrecruzados em vários níveis. O campo midiático está constituído por subcampos e, entre eles, está o campo jornalístico. A centralidade da mídia interfere nos diferentes processos e esferas da atividade humana, inclusive, na esfera política (LIMA, 2006)

Segundo Lima (2006), a política nos regimes democráticos é uma atividade eminentemente pública e visível, ou assim o deveria ser. É a mídia que define o que é público, ou seja, a mídia torna público tudo aquilo que for de seu interesse, com isso, para ter visibilidade, a política depende da mídia, assim como a mídia depende da política para se pautar e até mesmo por questões essencialmente mercadológicas.

Na perspectiva de Rodrigues (2001), a razão de ser do campo dos *media* é constituída pelas funções de mediação. A atuação das mídias na sociedade envolve ações que

garantem a existência pública de um acontecimento. O campo detém as modalidades de acesso, presença, circulação e permanência das diversas entidades na dimensão pública, o que conduz a realidade hoje ser confundida cada vez mais com aquilo que é midiaticizado. Segundo Rodrigues, o campo da comunicação autonomiza-se a partir da emergência da modernidade e passa a ocupar o espaço de centralidade na vida social. A instância comunicativa midiática evoca a tarefa de servir de mediação dos campos sociais, onde estes buscam visibilidade e transparência. Por isso, a política hoje para se realizar, tem que recorrer à esfera mediática.

Os políticos, buscando o poder simbólico, precisam recorrer a mídia para difundir sua imagem e suas ideias (símbolos), a fim de alcançar o maior número possível de eleitores. Por outro lado, ao fazerem isto, estão expostos à investigação de suas ações e de seu caráter pela mídia. Pode-se dizer que a visibilidade é o elemento que sobrepõe os campos da política e da mídia, numa relação que é, ao mesmo tempo, simbiótica e combativa (RODRIGUES, 2001).

Embora a visibilidade midiática tenha trazido a política, com seus agentes e ações, sob um grande holofote, esta mesma visibilidade não foi suficiente para garantir a transparência dos processos políticos (THOMPSON, 2000). Além da centralidade da mídia para a política, há um crescente personalismo na política, evidenciado na democracia de público, conforme argumenta Manin (1995). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Souza (2016) teoriza sobre a “fulanização” da corrupção. No caso dessa pesquisa, veremos como a mídia brasileira centrou seu discurso na “corrupção do PT, Lula e Dilma”, responsabilizando esses atores pela corrupção brasileira.

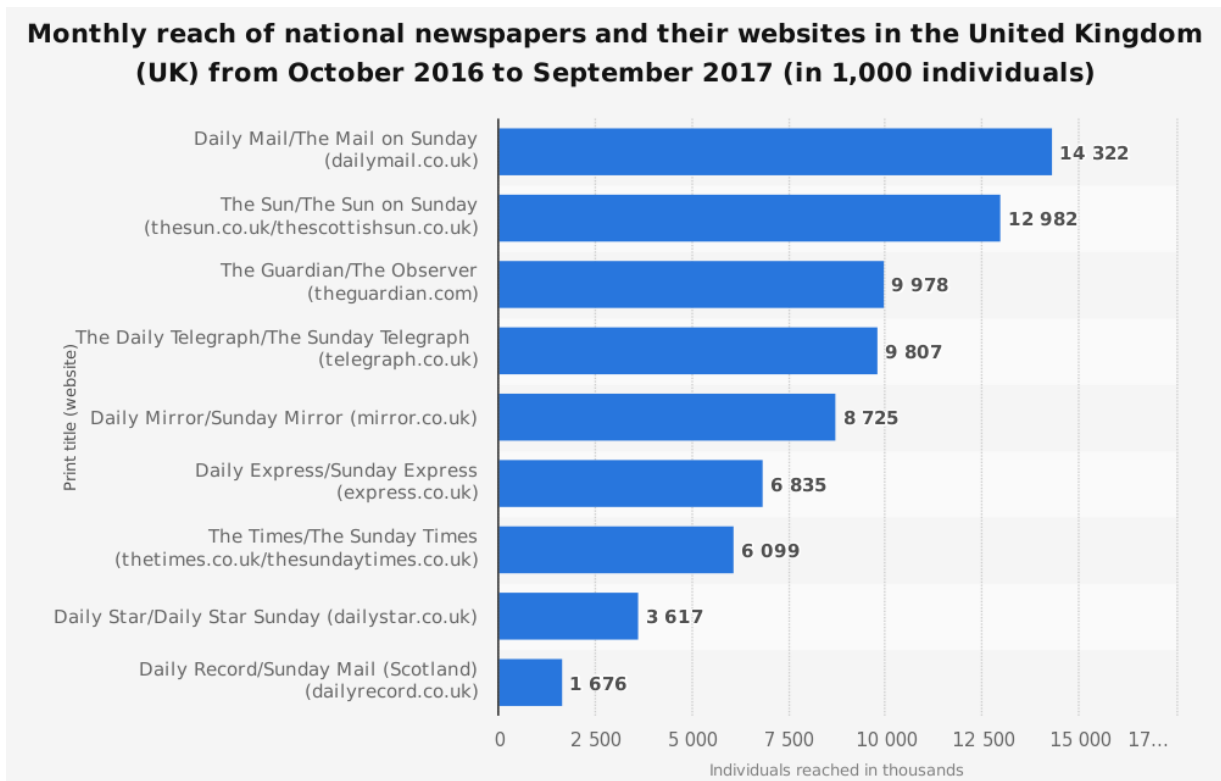
O jornal *Folha de S. Paulo* é um representante da mídia hegemônica, sendo o maior jornal de circulação do Brasil em formato digital e o terceiro no formato impresso, com médias diárias respectivas de 189.254 e 146.641 exemplares, no ano de 2015, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

A *Folha de S. Paulo* surgiu, em 1921, a partir do fechamento do jornal vespertino *Estadinho* e, para abarcar essa fatia do mercado, surgiu o jornal *Folha de S. Paulo da Noite*, destinado às classes populares, diferente de outros jornais de prestígio, como *O Estado de São Paulo*, que se destinava a pessoas que estavam nos setores mais altos da classe média, representados por profissionais liberais (MOTA; CAPELATO, 1981).

No ano de 1924, o então presidente Arthur Bernardes proibiu a circulação do jornal por este fazer oposição aberta a seu governo. No mesmo dia, o jornal circulou com o título *Folha de S. Paulo da Tarde*. Em 1925, o jornal lançou uma publicação matinal, denominada *Folha de S. Paulo da Manhã*, com o intuito de conquistar um público mais conservador, comerciantes, profissionais liberais e pequenos proprietários. Em 1960, o então presidente da *Folha de S. Paulo*, José Nabantino Ramos, unificou os três jornais sob o mesmo nome: *Folha de S. Paulo*.

O jornal britânico *The Guardian* foi fundado em 1821 por John Edward Taylor sob a alcunha de *The Manchester Guardian*. A intenção do jornal era a de promover os interesses liberais após o Massacre de Peterloo, em um contexto das crescentes campanhas contra as Leis do Milho que floresceram em toda Manchester durante esse período. De acordo com estatísticas do sítio Statista, o jornal é o terceiro maior do Reino Unido, como está posto no gráfico abaixo:

Figura 1 - Alcance mensal dos jornais nacionais e seus sites no Reino Unido (Reino Unido) de outubro de 2016 a setembro de 2017 (1.000 indivíduos)



Fonte: Statista, 2018

O jornal era publicado semanalmente aos sábados até 1836, quando foi adicionada uma publicação às quartas-feiras. A abolição da Lei do Selo nos jornais tornou possível publicar o jornal semanalmente, a um preço de capa muito reduzido.

O *The Guardian* é de propriedade do *The Scott Trust*, cujo objetivo principal é garantir a independência financeira e editorial do Guardian em perpetuidade. O *Scott Trust* foi estabelecido em 1936 para salvaguardar os valores liberais e a liberdade jornalística do *The Guardian*. Em 1959, o *Manchester Guardian* mudou seu nome para *The Guardian* com o intuito de mostrar a importância crescente das notícias nacionais e internacionais no jornal.

Ambos os jornais, *Folha de S. Paulo* e *The Guardian*, possuem um código de ética editorial que enfatizam o caráter pluralista, apartidário e independente. Veremos na análise discursiva como essas características se afirmam no empreendimento de suas práticas discursivas.

5.3 O “IMPEACHMENT” DE DILMA ROUSSEFF NA GRANDE MÍDIA: MODOS DE REPRESENTAÇÃO

Fairclough (2003) focaliza o discurso como um momento, uma parte da prática social. Isso implica que o discurso figura como um modo de ação, de representação e de identificação, de forma que esses três significados figuram de maneira simultânea e dialética em toda prática e incidem em estruturas semióticas e sociais.

5.3.1 Discursos como modo de representar

O significado representacional aponta para aspectos do mundo físico, social e mental em textos, constituindo-se, assim, no significado mais concreto de discurso. Cabe, portanto, mapearmos as conexões entre o discursivo e o não-discursivo a fim de chegarmos aos efeitos sociais dos sentidos construídos pela grande mídia em torno do “*impeachment*”.

O foco da nossa análise consiste em como foram construídas representações para o processo chamado pela grande mídia de “*impeachment*”. Para isso, consideramos o processo de transitividade a partir da compreensão de Fairclough, para explicar como os processos nas

ações e atividades dentro do evento maior, o “*impeachment*”, acontecem. Entendemos que um processo é formado por três componentes: o próprio processo (grupo verbal); os participantes no processo (grupo nominal); as circunstâncias associadas aos processos (grupo adverbial ou locução preposicional).

A importância do sistema de transitividade dá-se na medida em que os conceitos de processo, participante e circunstância são categorias semânticas que explicam como os fenômenos do mundo real são representados como estrutura linguística (HALLIDAY, 1985). No que conste à presença de determinados elementos do evento maior – o processo de “*impeachment*” - levaremos em conta os seguintes elementos: formas de ação, pessoas, relações sociais, formas institucionais e linguagem.

5.3.2 Modos de representar o processo de “*impeachment*” na *Folha de S. Paulo*

No editorial “O fim e o princípio”, publicado no dia 12 de maio de 2016, que coincide com a data em que o Senado Federal autorizou a abertura do processo de “*impeachment*” propriamente dito e determinou a afastamento da presidenta por 180 dias, a *Folha de S. Paulo* divulga o resultado obtido a partir dessa decisão. Essa circunstância, no entanto, não garantia o fim do governo de Dilma Rousseff, ao contrário do que o Jornal explicitou, tratando como certo o fim do governo da Presidenta. O texto trata de uma maneira geral dos aspectos que constituíram o Governo de Dilma Rousseff, fazendo também considerações à administração do Partido dos Trabalhadores e faz perspectivas ao governo de Michel Temer. Analisamos o trecho abaixo:

(1) Cercado de questionamentos técnicos, e sem incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do “*impeachment*” contou menos do que a situação econômica e política do país.

O texto inicia a representação do “*impeachment*” referindo o evento como “cercado”, estando esse verbo na voz passiva, junto à nominalização, forma-se uma consequente impessoalização do discurso, incidindo na exclusão dos agentes responsáveis por atuar no âmbito da validade técnica do evento. Assim, os agentes são apagados e suas ações também são excluídas.

Percebemos mais à frente que, mais uma vez, não se atribui a nenhum ator social o embasamento técnico-jurídico para o impedimento de Dilma, incorrendo mais uma vez em ocultar os agentes responsáveis por esse processo na esfera jurídica. Com isso a *Folha de S. Paulo* explicita sua estratégia discursiva de não fornecer explicações ao leitor sobre as razões para o “*impeachment*”, não adotando uma posição pluralista de ideias, a qual, no entanto, é defendida em seu código editorial.⁵

Ao pensarmos no “*impeachment*” como um evento que carece de uma legitimidade no âmbito jurídico, vemos que o único trecho, em todo o texto, em que esse assunto é tratado está no exemplo acima, e ainda de forma bastante generalizada e não atribuindo-lhe a devida relevância, mas minimizado em relação aos fatores políticos e econômicos. Percebemos, com isso, que a pouca relevância dada em relação ao aspecto jurídico, em prevalência do caráter político e econômico é um posicionamento ideológico do Jornal, que coincide com a crença fortemente arraigada na sociedade brasileira de que aspectos econômicos são a única via de solução para os problemas brasileiros, que dicotomizam-se, por sua vez, com os aspectos sociais (desigualdade social, fome, pobreza, desemprego) e, muitas vezes, são sobrelevados.

Souza (2015) reitera que esse pensamento, o qual chama “economicista”, permeia o senso comum brasileiro, o que faz com que, quando se fala em “níveis de renda” como correspondendo a “classes sociais”, as pessoas encarem com seriedade, mostrando que o economicismo superficial, frágil e pobre, enquanto visão científica da sociedade, é uma espécie de “visão oficial do mundo”, seja para o senso comum compartilhado por todos, seja para as “ciências da ordem”, que se utilizam dos pressupostos do senso comum para construir suas categorias e hipóteses.

Dessa forma, a motivação econômica torna-se uma variável que conta na consecução do “*impeachment*” para a grande mídia brasileira e assim, angaria a opinião pública em seu favor. Vejamos então os trechos seguintes, que fornecem mais corpo ao texto; vejamos em que aspectos relacionados aos eventos, eles se debruçam:

⁵ O projeto editorial mais recente da Folha de S. Paulo pode ser encontrado em: <temas.folha.uol.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introdução.shtml>

5.3.2.1 Discurso desfavorável à presidenta Dilma Rousseff e ao projeto político do PT

- (2) A presente derrocada não atinge apenas a figura da presidente; abate-se sobre todo o conglomerado petista.
- (3) Suas raízes vêm de longe.
- (4) Após um período de bonança, o partido reagiu com velhos vícios à conjuntura desfavorável iniciada com a crise de 2008.
- (5) Num paradoxo, ao mesmo tempo em que recorria a mofados preconceitos doutrinários, o petismo abandonava de vez sua resistência ética, mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática.
- (6) A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros.
- (7) Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar.
- (8) Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado.
- (9) Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas desconhecidas, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia.
- (10) Foi, ao que tudo indica, pessoalmente honesta e refratária ao toma lá dá cá, mas navegou sem remorsos num oceano de corrupção.
- (11) Não se trata, em todo caso, de um simples julgamento de sua conduta.
- (12) O modelo que Dilma representou com singular inabilidade provou-se contraditório: regressivo e cínico, enquanto se fazia de progressista e imaculado; imobilista e acomodaticioso, enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios.
- (13) O retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff. É também o de Lula, é o do PT, é o de tantos que, desde o mensalão, adiaram seu encontro com a verdade.
- (14) Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB), a conjuntura favorece, ironicamente, um clima de expectativas que, em outras circunstâncias, o peemedebista teria dificuldades em inspirar.

Nos excertos (2) e (3) pode-se considerar esses processos como sendo generalizadores, no que se refere a complexos eventos sociais e políticos, que envolvem pessoas e atividades, que deveriam ser considerados de forma mais cautelosa e não tão assertiva. Caberia levantar alguns questionamentos sobre em que consiste essa “derrocada”, sobre que agentes causais a promoveram. A agência, nesse caso, cede espaço a processos abstratos, como em (3), “suas raízes vêm de longe”.

No trecho (4), o circunstancial “após um período de bonança”, parece aludir às ações positivas do governo PT, no entanto, aparecem de forma muito abstrata. Em uma outra representação, essas ações poderiam aparecer como processos mais pormenorizados no sentido de descrever essas ações.

No trecho (4) e (5), há processo material, mas a meta, que corresponde aos feitos ou acontecimentos empreendidos pelo PT são abstratos como vemos nos grupos nominais “velhos vícios” e “mofados preconceitos”, de maneira a deslegitimar as ações políticas pelos governos do PT.

Os trechos (3), (4) e (5) naturalizam a ideia de que os valores políticos do PT são defasados, em desconformidade com as tendências de governo atuais ao tratar das circunstâncias de suas ações políticas com os grupos adverbiais “de longe” e locuções adverbiais, “com velhos vícios”. Ao representar as práticas políticas do PT, fazendo entender que isso faz parte da concepção política do PT, é feita uma naturalização, que privilegia determinados modos de ação política, inculcam sentidos negativos ao grupo político composto por Dilma, Lula, PT e possibilita a ação da ideologia por meio da violência simbólica, que consiste em impor ao leitor, seus instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, que o leitor desconhece e, portanto, não tem como contestar.

Para a análise da representação dos eventos, é preciso considerar também as informações que não estão presentes. Para tanto, no trecho (5), a atuação política do PT é representada de maneira bastante abstrata, sendo que uma política firmada no estilo pragmático, tem aspectos muito concretos a se considerar, como a atuação do Poder Legislativo, as formas de ação do Poder Executivo, a relação entre a Presidenta e o Congresso Nacional. O jornal, no entanto, desconsidera que essa prática política, com estilo pragmático, tem sido muito presente em outros governos dentro e fora do Brasil.

Ao omitir essa informação, o jornal cria um sentido nocivo associado ao pragmatismo, no uso da expressão nominal “lama”, mas o pragmatismo político existe para permitir a governabilidade, advindo da prática da coalizão, que por um lado garantiu a governabilidade, e por outro, manteve o PT dentro dos limites mais estreitos de ação.

Considerando os trechos (7), (8) e (9), levando em conta os processos materiais, que são processos de fazer e acontecer, nos exemplos, há uma contraposição nas ações de Dilma

em sua atuação governamental, ações que não chegam a ser concretizadas com êxito, mas o texto não esclarece o porquê. A ausência dos elementos circunstanciais é sintomática, pois são esses elementos os responsáveis por elucidar como se dão as informações, dando mais suporte informativo ao leitor. As ações, no entanto, centram-se em Dilma enquanto outros agentes sociais que poderiam aparecer, uma vez que também são partícipes do processo governamental, como atores dessas ações e possíveis responsáveis, são excluídos, como vemos em (7) através do grupo nominal “base parlamentar”, que remete a deputados e senadores, mas suas atividades são excluídas.

Sabemos, segundo Fairclough (2003), que os eventos sociais levantam diferentes elementos, que incluem formas institucionais e formas de ação. Desse modo, o que verificamos com os trechos de (2) a (14) é que o Jornal considera como concorrentes para o evento maior do “*impeachment*”, formas de ação que são erguidas sobre a incidência de erros atribuídos à Dilma, aos quais é dada bastante proeminência principalmente dos trechos (4) a (9). Esses trechos representam uma série de ações e atividades atribuídas a Dilma e ao Partido dos Trabalhadores, tais como “reagiu com velhos vícios”, “recorria a mofados preconceitos doutrinários”, “abandonava de vez sua resistência ética”, “mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática”. O discurso da *Folha de S. Paulo* refere-se a essas atividades de forma abstrata, sem explicitar do que elas de fato tratam e que práticas políticas realmente estão por trás delas, de modo que só o que fica explícito é a crítica à Presidenta e a um modelo político-econômico que é designado, de forma depreciativa, como “petismo” nos trechos (2), (3), (4), (5) e (10).

Sabendo que o significado representacional de textos é relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos de um evento, podemos considerar que os aspectos que concorreram para o “*impeachment*”, segundo o Jornal *Folha de S. Paulo*, são o projeto político-econômico empreendido pelo PT, como verificamos nos trechos (4), (5), (13) e (14) e o estilo de governo de Dilma, como verificamos nos trechos (6) a (12). Isso mostra que as estratégias discursivas da *Folha de S. Paulo* assumem a perspectiva de culpabilizar o PT e Dilma pelo acontecimento do “*impeachment*”. Para Resende e Ramalho (2006), quando representamos os eventos de uma maneira e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere afiliação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo.

Podemos concluir, quanto a esses excertos, que, dada a excessiva proeminência, apontada pelo Jornal, a ações políticas mal sucedidas, como restritas ao PT e à Dilma, evidencia-se a divergência do Jornal com o projeto político-econômico empreendido pelo PT, pois a forma como a *Folha de S. Paulo* representa os eventos e as identidades consideradas em seu discurso revelando marcas de antagonismo que incidem diretamente na impugnação dessas identidades e as comprometem moral e juridicamente.

Dessa forma, o discurso, construído pela *Folha de S. Paulo* em torno dos fatores concorrentes para o “*impeachment*”, não apenas representa o evento considerando a concretude dos fatos, mas também dedica-se a fazer projeções, prover perspectivas futuras, prevê projetos de mudança na condução da política brasileira de modo a banir a estrutura e as práticas políticas direcionadas pelo modelo de política representado por Dilma, PT e Lula. Analisaremos agora os trechos finais do texto “O fim e o princípio”.

5.3.2.2 Discurso favorável a Temer e a práticas políticas de direita

(14) Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB), a conjuntura favorece, ironicamente, um clima de expectativas que, em outras circunstâncias, o peemedebista teria dificuldades em inspirar.

(15) É logo nestes primeiros meses que se abre a oportunidade para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade, tanto na área econômica quanto no campo da reforma política.

(16) Por outro lado, Temer chegará ao cargo sem respaldo popular.

(17) Dispõe de expressiva maioria no Congresso, mas esta se marca por notórias tendências ao fisiologismo; vários de seus aliados, além disso, expõem-se às suspeitas e aos escândalos da Operação Lava Jato.

O trecho (14) atribui ao PT e a Dilma a situação da crise brasileira e através dos trechos de (2) a (5) e (12), (13) e (14), sustentam ideias contrárias a atuação política do Partido dos Trabalhadores, de maneira a criticar a política econômica empreendida pelo PT durante os 13 anos de sua vigência exercendo o poder executivo. No entanto, no trecho (15), conclui-se que o tipo de política econômica mais recomendada, segundo o jornal, para sanar a crise brasileira seria a que é representada por Michel Temer e seu partido, o PMDB.

A visão tríplice dos componentes da oração que engloba participantes, processos e circunstâncias, permite-nos identificar que a ideia de circunstância de tempo do advérbio “é logo nestes primeiros meses”, remete à necessidade de abreviar o quanto antes as medidas do novo governo. Ao caracterizar as ações empreendidas pelo novo governo como necessárias, fica evidente o posicionamento do Jornal.

Os trechos acima, ao reforçarem a ideia de mudança econômica, como algo que requer ajustes, medidas urgentes, reformas; de forma eficiente, a considerar o trecho, “é logo nestes primeiros meses”, mostrando ainda o caráter de coesão social de que Michel Temer dispõe por meio de, “clima de expectativas”, “a conjuntura favorece”, “dispõe de maioria expressiva no congresso”, mostram condescendência do Jornal com o discurso neoliberal, instaurando a ordem do discurso hegemônico da política neoliberal. Outro fator que reforça a defesa da perspectiva neoliberal é empenho com que o texto se esmera em desqualificar a perspectiva política do PT, que agiu um tanto mais em consonância com posturas mais progressistas e de atenção às classes socialmente desfavorecidas.

Ainda no trecho (15), ao remeter às ações iniciais a serem tomadas pelo governo de Michel Temer, através do processo indicado pela expressão “abre-se”, dá-se espaço para a ação, para os atributos indicados pelas expressões “de amplo fôlego” “indiscutível”, que revelam o posicionamento do Jornal quanto a necessidade de tomadas de posição em direção contrária às decisões de Dilma. A circunstância de tempo indicada pela expressão “é logo nestes primeiros meses” vem reforçar a necessidade que o Jornal considera, enquanto o participante da ação é suprimido, embora seja facilmente subentendido.

Num olhar mais global sobre os quatro trechos, os participantes são parcialmente incluídos, e suas atividades não tão bem asseguradas, revelando um estado de hesitação do Jornal quanto ao governo de Michel Temer.

O texto “O fim e o princípio”, da *Folha de S. Paulo*, ao significar o processo de “*impeachment*”, dá maior importância particularmente aos processos materiais com vistas às formas de ação, ao referir as ações de Dilma, representando uma série de atividades empreendidas por ela de maneira a desqualificar sua competência para o exercício do cargo de chefe de Estado. Quanto às metas de tais processos materiais, elas são configuradas discursivamente de forma bastante abstrata, de modo que não podemos, enquanto leitores,

apreender em que dimensão as ações políticas de Dilma são ou não prejudiciais à política e economia brasileira.

Quanto aos membros do PT, a *Folha de S. Paulo* construiu sentidos em torno deles de modo a deslegitima-los enquanto projeto político e enquanto partido e, ao fazer duras críticas ao PT, endossa-se mais um argumento para legitimar o “*impeachment*”, por razões políticas e econômicas, deixando-se em segundo plano as legitimações jurídicas do processo.

No discurso da *Folha de S. Paulo* vemos que tais articulações discursivas se dão no sentido de tornar hegemônica a política neoliberal como forma de conceber o funcionamento da economia, uma vez que a *Folha de S. Paulo* conjuga-se em demasia com uma forma de representar a política e a economia brasileira, que atende aos propósitos conservadores de direita assumidos por Michel Temer e seu partido PMDB, lançando as decisões políticas estritamente comprometidas com um projeto político-econômico neoliberal. Assim, os sentidos veiculados pela mídia têm caráter ideológico na medida em que reforçam crenças de que o poder público quando exercido por partidos de esquerda sofre deteriorações. O texto contribuiu em grande medida para a construção de uma identidade negativa da Presidenta Dilma e de seu Partido e para a construção discursiva do “*impeachment*” como um processo legítimo.

Direcionando a discussão para problematizarmos o comportamento da mídia, exercendo nossa leitura crítica, podemos compreender que há leituras diferentes para o evento “*impeachment*”, de modo que o texto da *Folha de S. Paulo*, como o produto social que é, integra parte dessas lutas pelo controle dos sentidos do mundo social.

Podemos ampliar nossa percepção sobre a prática midiática através do conceito de campo, o qual é regido por suas próprias regras, princípios e hierarquias definidos a partir dos conflitos e das tensões que convergem para sua delimitação e construídos por relações de oposição entre os atores e suas atividades.

Ao problematizar a prática midiática como um campo de forças, devemos fazer uma pequena ressalva, para não conceber a mídia como única “vilã” nas construções simbólicas da conjuntura social brasileira, em meio ao processo de “*impeachment*”; e para isso, devemos compreender que os condicionamentos materiais e simbólicos atuam na sociedade, nos indivíduos e nas instituições de forma interdependente na articulação dos sentidos nesse evento histórico. A *Folha de S. Paulo*, como empresa que é, submetida às pressões do mercado e da

ideologia dominante construiu a realidade por meio das prerrogativas de outros campos, como do campo econômico, deixando de atender suas próprias prerrogativas, que a constituem, que a regem e que guiam seus profissionais, previstas em toda uma rede de práticas sociais que se conjugam na constituição do Jornalismo, enquanto atividade social e enquanto profissão afirmadas nos cursos de Jornalismo, no código editorial, no papel social que o Jornalismo toma para si. Para atender a todas essas demandas, em que pese os interesses de grupos sociais divergentes, o Jornalismo ingressa nessas lutas hegemônicas e acaba sofrendo as determinações de outros campos

Aceitamos pelo senso comum a ideia de que “o jornalismo manipula seus leitores”, mas Charaudeau (2015) traz um contraponto de que o campo jornalístico também sofre determinações de outros campos. Podemos ver isso através da reflexão de que o campo midiático atua como partícipe ativo dos espaços sociais e tem suas ações realizadas no âmbito individual, por seus jornalistas; ou coletivas, quando em âmbito institucional através de reuniões de pauta, dentre outras atividades, e todas essas ações são mais ou menos restritas, pois se dão dentro de uma normatização.

O jornalismo sofre alterações quase que cotidianamente, pautadas por mudanças na estruturação do público-alvo, na conjuntura do mercado, concorrência, crise econômica, em outras palavras, sujeita às exigências do mercado, que inevitavelmente modifica as relações de força dentro do interior desse campo, modificando aspectos que estruturam sua dimensão discursiva.

Apesar de o jornalismo nas democracias liberais arrogar para si o papel crucial na fiscalização do funcionamento dos diferentes organismos do Estado, o que vemos é que a lógica do mercado predomina sobre um “jornal-empresa” como a *Folha de S. Paulo* e esse pressuposto de funcionamento, relaciona-se aos campos político e econômico que estão inter-relacionados, originando espaços sociais mais abrangentes. Assim, da mesma maneira que o campo jornalístico luta para manipular as opiniões em seu favor, ou seja, em favor de determinados projetos políticos e econômicos no contexto brasileiro, também é condicionado por esses campos que possuem poder simbólico representado pelas autoridades de Estado que têm a capacidade de definir através de suas ações, decisões e intervenções no campo jornalístico.

Esse tipo de relação tensa com outros campos e ao mesmo tempo necessária para a instituição do poder simbólico, promove inevitavelmente a perda da autonomia no Jornalismo e ocasiona sua suscetibilidade à influência de outros campos. Um aspecto que parece fundamental para a autonomia de um Jornal é sua independência financeira.

No artigo de opinião “A farsa do golpe” publicado em 31 de agosto de 2016 pela *Folha de S. Paulo*, logo no título há um questionamento da referência ao “*impeachment*” como golpe, da qual o autor se valerá para representar o evento em suas causas e desdobramentos. A data em que foi produzido o texto coincide com a etapa final do julgamento, de maneira que no dia 29 de agosto, Dilma se defendeu perante o Senado Federal, alegando que era vítima de um golpe de estado e no dia 31, teve seu mandato cassado em votação no plenário do Senado, sem perder, no entanto, o direito de exercer funções públicas, inclusive eletivas.

O texto retoma o discurso de defesa de Dilma no que concerne à referência que ela fez de que sofria um golpe de estado para tentar refutar tal ideia e ao mesmo tempo validar o “*impeachment*” como um processo legítimo.

A partir das considerações de como o evento é regido, dando atenção a suas causas, efeitos e funcionamento, consideramos as atividades sociais, que são tratadas no texto, atentando para as estratégias discursivas através da inclusão, exclusão ou proeminência com que são dadas determinadas ações, de maneira a considerar também os tipos de processos, segundo o sistema de transitividade de Halliday. Assim, consideremos que o texto “A farsa do golpe” situa e compreende a realidade concernente ao processo de “*impeachment*”, por meio de um discurso de incriminação, no primeiro momento.

5.3.2.3 Discurso de incriminação

(18) É fato notório que o governo federal omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos—mais de R\$ 60 bilhões.

(19) Uma ilegalidade desse tamanho não ocorreria sem o consentimento de uma autoridade superior: Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida.

(20) Essas dívidas foram ocultadas dos olhos dos cidadãos e dos órgãos de controle previstos na Constituição para que o governo continuasse gastando além dos limites recomendados pela prudência.

(21) Dilma descumpriu o dever da transparência, o fundamento da confiança que deve reger as relações entre governantes e governados na democracia.

(22) Mais ainda: foram assinados por ela os decretos de suplementação orçamentária, editados em desconformidade com a meta de superávit fixada pela lei em vigor à época.

(23) Assim, de caso pensado, Dilma cometeu crimes de responsabilidade, definidos na lei 1.079/50, dos quais decorreram gravíssimas consequências para o povo brasileiro.

Sabendo que os processos têm seu próprio modo de construir um domínio particular da experiência, ao argumentar em prol da tese do processo de “*impeachment*” como legítimo, o articulista serve-se de processos materiais (omitir, ocorrer, foram ocultadas, descumpriu, foram assinados, cometeu), que têm pelo menos um ator, no caso, Dilma, todos com meta, de modo a construir uma imagem do governo sempre danosa aos cidadãos e a construir os fatos da forma mais concreta possível.

O articulista apresenta Dilma de modo a enfatizar as ações negativas de sua administração, expressas no uso dos processos materiais, de modo que esses processos têm um ator individualizado: Dilma. Esse emprego centralizado em um agente específico, faz recair sobre ele toda uma série de incriminações quando as ações são consideradas danosas.

Os exemplos (18), (19) e (20) referem os processos concorrentes para o evento, a partir das ações de omissão de gastos excessivos, de ocorrência e consentimento para ilegalidade e de ocultação de dívidas atribuídas a Presidenta Dilma. Os trechos remetem a um discurso policial, atribuindo culpa e infringindo crimes a Dilma em sua atuação da administração pública.

Na observação dos eventos sociais é fundamental a percepção das ações excluídas, portanto, ao salientar os aspectos verificados no trecho (19), fala-se em gastos excessivos, sem remeter aos fatos ou necessidades que motivaram esses gastos. A forma como são tratados esses gastos, remete a gastos aleatórios, desnecessários, mas em um texto em que houvesse uma abertura para a diferença, poder-se-ia referir a quais compromissos o Governo estava honrando ao cometer esses gastos.

De acordo com os trechos (21), (22) e (23), vemos que o texto reporta-se a uma série de ações enganosas e fraudulentas atribuídas a Dilma, através de várias ações a que é dado destaque, como o “dever da transparência” que o Jornal assevera Dilma ter descumprido e que

deve reger a administração pública. No trecho (22), observamos que o ato de assinatura, como algo bastante comprometedor, implica diretamente alguém em alguma ação e pode, em situação judicial servir de provas contra alguém.

O trecho (23) remete ao fato das ações atribuídas a Dilma serem premeditadas. Assevera ainda para ação criminosa infringida a Dilma, respaldando a acusação pela demonstração da lei. Desse modo, as ações do evento são significadas de forma muito concreta, constituindo o evento pela introdução de acréscimos com explicações e legitimações mais cabais possíveis como a citação da lei do “*impeachment*”.

Percebemos que a visibilidade que a mídia empresta aos políticos, não se estende às ações sistemáticas de governança, aquelas que se relacionam com a atuação desses políticos na máquina administrativa pública. A mídia não procura ficar a par dessas ações políticas mais técnicas, de forma que, quando eclodem irregularidades, normalmente denunciadas pelos próprios profissionais da política, ao invés de analisá-las, a mídia age como júri, dando a elas teor de denúncia.

Dessa forma, as ações governamentais que foram trazidas ao público pela mídia e por ela criticadas, somente vieram à tona quando o processo de “*impeachment*” ganhou caráter institucional. A mídia, levando em conta a legitimidade que tem seus valores profissionais, na sociedade, segundo os quais os jornalistas proporcionam verdade, informação e crítica, deveria preocupar-se também com as ações políticas mais cotidianas de um governo, principalmente quando é possível averiguar dados da política, tendo em vista que essas informações sempre são publicadas nos portais de transparência do governo.

A mídia, mesmo estando familiarizada com a linguagem técnica política, não instrui seus leitores quanto a isso. Também não há dispositivos sociais, que aproximem cidadãos ao subcampo da política, a seus métodos e a suas especificidades. O que acontece é que esse conhecimento é interdito à sociedade. Esse “saber político” não é transmitido aos profanos por nenhum meio de acesso, de maneira que ficam perplexos quando se deparam com designações como “pedaladas fiscais”, ou quando lhes é cobrado o saber específico para o entendimento do que é um crime de responsabilidade, o que o constitui, que aspectos concorrem para imputar um crime de responsabilidade a alguém. Os jornalistas, mesmo exercendo sua função de deslocar incessantemente os segredos do campo da política, não são como diz

Bourdieu (1999), “os mais bem situados para dar acesso ao espaço político”. Na visão dele, os jornalistas “contribuem bastante fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à *doxa* do campo político.” Esse conhecimento, se concedido aos profanos, seria capaz de perturbar a ordem com que se dão as atividades no subcampo fechado dos profissionais da política.

A mídia também não é tão familiarizada com o rigor técnico com que se dão atividades no subcampo da política, mas é permitido a ela algum acesso, mesmo com restrições. Assim, torna-se fácil para a mídia lançar suas informações no espaço público obscurecendo alguns aspectos relevantes da prática interna da política e pondo luz em outros. Uma vez que apropria-se desse saber, a mídia o leva ao espaço público à sua maneira, justaposta com seu *habitus*, pois a prática jornalística não é totalmente autônoma, é sujeita às influências do interior do seu campo, às propensões e demandas particulares que a conduz à manutenção de sua dinâmica organizacional.

O “*impeachment*” foi um evento complexo e multifacetado, mas cabia à mídia reportá-lo, por isso foram construídos infográficos, feitas entrevistas com peritos e pesquisas de opinião, que ainda assim não trouxeram ao público todo o caráter multidimensional do evento.

Essas ações que são exclusivamente imputadas a Dilma, não eram atos secretos, eram atos administrativos e todo ato administrativo precisa ter o requisito de publicidade para se validar, no entanto o autor do texto “A farsa do golpe” explicita essas ações de ocultação de dívidas, de gastos desnecessários, de descumprimentos dos deveres, de assinaturas de documentos não recomendados, apresentando-os ao público como formas de ação unilaterais e como algo nefasto e desconhecido pela esfera pública.

É na estreita relação entre mídia e política que é possível perceber como determinadas representações dos atos políticos da Presidenta no tratamento com as contas públicas, são privilegiadas pelas mídias em detrimento de outras. Pode-se considerar socialmente significativo que outras ações concorrentes e outros atores e uma conjuntura mais ampla acabaram por ser ocultados, o que incorreria em outras representações para o fato.

Na representação da *Folha de S. Paulo*, ao mobilizar determinados elementos linguísticos que evidenciam atividades nefastas atribuídas ao ator social Dilma Rousseff,

encontramos a luta de interesses sociais que se tensionam no nível do signo, de maneira que o campo jornalístico, ao priorizar determinados elementos linguísticos em detrimento de outros, abre espaço para confrontos sociais em torno da disputa dos sentidos construídos para o processo que a grande mídia chamou de “*impeachment*”.

É importante compreendermos a relevância do capital simbólico nas articulações do campo político, pois o capital é o que confere ao político a capacidade para persuadir e influenciar outros e para articular o curso dos acontecimentos, bem como para exercer o poder de modo durável e efetivo, de modo a garantir o apoio dos outros tanto dentro do subcampo político, como dentro do campo político mais amplo (THOMPSON, 2002).

Dilma teve frustrada sua capacidade de exercer seu poder político pela perda de seu capital simbólico dentro do campo político, na medida em que adotou ações que desagradaram o empresariado (que faz parte do campo econômico). Como a maioria dos políticos estão também inseridos no campo econômico, Dilma perdeu o pouco prestígio que tinha no campo político. Segundo Thompson (2002) essa perda “não se constitui apenas como um ataque pessoal, mas pode também provocar um revés político sério”, pois enfraqueceu significativamente sua capacidade de atuar no subcampo. Isso se confirma, uma vez que o processo de “*impeachment*” é considerado um revés político capaz de causar grandes prejuízos à carreira política e até mesmo, sua expulsão definitiva do campo político, como ocorreu no caso de Dilma, fazendo-se a ressalva de que ela não perdeu seus direitos políticos ao fim do processo.

É através do capital simbólico que se explica a força de Eduardo Cunha ao longo do processo de “*impeachment*”. Se ele não contasse com o significativo capital simbólico, ainda que acatasse o pedido de “*impeachment*”, este possivelmente não chegaria à votação. Sua posição hierárquica era maior que a de Dilma dentro do campo político, ainda que ela fosse Presidenta da República e ele o Presidente da Câmara dos Deputados. Os espaços políticos abriram-se para sua mobilização de forças, tanto que ele foi um ator determinante para a consecução do “*impeachment*”: acatou o pedido do processo, regeu a condução da votação na Câmara dos Deputados e trabalhou ativamente para a destituição de Dilma do poder.

Outros fatores além do estoque de capital simbólico podem concorrer para a eficiência política: o forte apoio financeiro e uma boa organização partidária, aspectos com os

quais Dilma também já não contava, pois, o PT, ao longo dos treze anos no poder perdeu grande parte de seus representantes mais fortes.

Como o tema do texto é desvelar o processo de “*impeachment*” compreendido como golpe por certos grupos sociais e políticos, chegamos ao momento do texto voltado para esse desvelamento:

(23) A presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe: eis o fundamento político, fragilimo, de sua defesa.

(24) Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso.

(25) Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes.

(26) Se, nas chamadas pedaladas fiscais, Dilma falseou as contas públicas, falseou também, em sua defesa no Senado, a história da natureza do processo em que figura como acusada.

Os trechos (23) e (26) remetem a ações representadas de maneira a imputar ações dissimuladas a Dilma Rousseff. Percebemos através dos processos representados por verbos ou grupos verbais, como “preferiu apresentar-se” e “falseou”, que funcionam de modo a deslegitimar as ações da defesa de Dilma e sua fala de estar sendo vítima de um golpe, enquanto, por outro lado, nos trechos (24) e (25), o autor do texto “A farsa do golpe”, utiliza-se da recontextualização de um momento histórico para rever o conceito de golpe. Mediante a experiência pessoal do autor com o contexto histórico do golpe de 64, intenta legitimar que a designação de golpe não cabe ao processo de “*impeachment*” e em outra instância encontra argumento sob a alegativa de que a democracia brasileira encontra-se firmada institucionalmente, pois para o autor, o que constitui o golpe é a ruptura institucional e a força policial/ militar/ paramilitar objetivando a tomada do poder.

(27) O país vive um clima de paz e normalidade institucional.

(28) Ninguém prega a violência como método para resolver a crise política.

(29) Todos os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço.

(30) A imprensa livre, mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões.

(31) O presidente Michel Temer, eleito diretamente com Dilma, exerce o papel atribuído a ele pela Constituição.

(32) A agenda do “*impeachment*” ficou para trás

(33) Os partidos já estão empenhados na eleição municipal e se preparam para o pleito de 2018.

Os trechos de (27) a (33) voltam-se para ações, atividades, relações sociais bastante práticas com vistas a representar o momento posterior à execução do “*impeachment*”, como a resolução dos problemas institucionais do Brasil, com um esforço de mostrar que a situação geral do país está bem, como visto no exemplo (29) coadunando-se com a ideia expressa por políticos pró-“*impeachment*”, de um “grande acordo nacional” de pacificação. Todas essas práticas e experiências, consideradas nos trechos acima, dão-se num nível bastante conciliatório, unindo num único corpo o povo, a imprensa e os políticos. Nos trechos, o autor demonstra várias ações que se esforçam para provar o clima de paz e normalidade.

Esses trechos remetem às instituições, ao povo, ao Estado e à Democracia ao falar dos manifestantes, que exerceram sua cidadania livremente e da imprensa livre, ao falar de Michel Temer exercer seu papel conferido pela Constituição, no intento de convencer o leitor de que não se tratou de um golpe. Podemos refletir essa questão, como propõe Freixo e Rodrigues (2016), que ao contrário do século XVIII, em que golpe era concebido como uma ação excepcional contra o direito comum em nome da salvação do Estado, no século XXI, já está consolidada a ideia de que o Estado não é uma entidade abstrata, mas sim uma instituição complexa conformada por forças políticas, econômicas, sociais, raciais e de gênero, que têm condições materiais, morais e legais para governar. Desse modo, podemos concluir que “salvar o Estado” significa a defesa de um projeto de sociedade em detrimento de outro.

Analisando os trechos seguintes:

(34) Tragédia também não houve, pois o país seguirá em frente, com instituições fortalecidas e a responsabilidade fiscal exaltada como um valor que todos devem defender, independentemente da cor da bandeira política.

(35) Os governantes, daqui para a frente, pensarão várias vezes antes de praticarem estripulias com as contas públicas.

Nos trechos (34) e (35) o discurso assume um caráter disciplinador, oriundo da execução do processo de *“impeachment”* como uma espécie de lição para quem comete crimes de corrupção.

Quando vemos o autor se referindo ao processo de *“impeachment”*, negando a ideia do evento enquanto “tragédia”, “farsa”, “golpe” e reforçando a ideia de “crime de responsabilidade”, de “infração das normas”, “legalidade do processo”, percebemos que é mais uma estratégia para desqualificar o discurso dos que defendem a ideia de golpe. Desse modo, fica claro o que significa representar o mundo de maneiras particulares, maneiras essas que revelam modos também particulares de ver e entender o processo de *“impeachment”*, as ações atribuídas a Dilma, as relações sociais estabelecidas entre políticos e as práticas dos manifestantes.

Essas estratégias discursivas criam uma perspectiva unidirecional dos eventos internos ao *“impeachment”*. Em outra forma de analisar, vemos que através desses discursos que se ligam ao campo social da política e da mídia bem como ao projeto particular de reestruturação do conservadorismo político, disseminado como se fosse um consenso da nação, conforme o pensamento de Fairclough (2003).

O projeto particular que podemos conceber, são os primeiros movimentos do governo interino de Michel Temer, que deixam claro os interesses econômicos, políticos e sociais quando este se propôs a implementar um programa de governo composto de medidas impopulares, como privatizações de serviços públicos, congelamento dos investimentos em saúde e educação, reforma da previdência com o aumento da idade mínima para aposentadoria, cobrança de mensalidades em universidades públicas, retirada de direitos trabalhistas, e que dificilmente teriam sido sufragados pelo voto popular, caso tivesse sido submetido a amplo debate nacional ao longo de uma campanha eleitoral (FREIXO; RODRIGUES, 2016).

Ao avaliarmos os trechos:

(36) Esse processo destina-se a assegurar a soberania da lei e da Constituição.

(37) A atuação do Supremo Tribunal Federal, em todas as suas etapas, reforçou a obediência às normas legais.

(38) Dilma se defendeu perante seu juiz natural, o Senado. Farsa não houve, pois a presidente afastada exerceu dignamente seu direito de defesa, e nós, senadores, a julgamos segundo nosso entendimento.

(39) Golpe? Sob supervisão do STF? Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei?

(40) Dilma sabe que ao STF compete, em última instância, a guarda da Constituição. Sabe também que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica. O Judiciário pode ser acionado não só para reparar mas também para prevenir lesão de direito.

(41) Então, pergunto: sabendo de tudo isso, por que, em vez de recorrer à OEA (Organização dos Estados Americanos), **Dilma** não procurou as instituições nacionais, como O STF e o Ministério Público, para denunciar o suposto golpe em curso?

Levando em conta o entendimento de Fairclough (2003) de que os eventos sociais levantam certos elementos de modo a incluí-los, excluí-los, ou dar-lhes proeminência, vemos que há elementos que são explicitados de maneira especial. As estratégias discursivas para defender a tese do processo de “*impeachment*” como algo legítimo, trazem a elevação das formas institucionais, que conferem legitimidade como a instituição social do Poder Judiciário, constituindo-se por fontes documentais como a Constituição em (36), pela presença e atuação do STF em (37), (40) e (41), pelo direito instituído ao Senado Federal, em (38) e pelo respeito aos ritos formais (39). Todo esse aporte institucional de que o autor dispõe discursivamente para a forma como ações são representadas de modo a dar relevância a alguns aspectos em torno do “*impeachment*” e não a outros, que foram excluídos, como o povo por exemplo, as repercussões dos órgãos institucionais internacionais, dentre outros, o que se torna socialmente significativo no que diz respeito à representação dada ao evento “*impeachment*”.

Freixo e Rodrigues (2016) contrariam essa ideia ao entenderem que o afastamento da presidenta, utilizando-se de tecnicidades, forte atuação do judiciário e manobras parlamentares, por si só já caracteriza golpe no novo sentido do termo, como assinalou Dilma em seu discurso de defesa no Senado no dia 29 de agosto de 2016: “No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica (os conservadores) pretendem novamente atentar contra a Democracia e contra o Estado de Direito.”

A *Folha de S. Paulo*, durante o processo de “*impeachment*” comportou-se discursivamente de maneira a representar as ações, as atividades e as relações sociais de modo a contemplar alguns aspectos do processo de impedimento de Dilma e apagar outros, com isso, fechando-se para a diferença e para uma maior dialogicidade de seus textos, priorizando em

particular, os aspectos político-econômicos e restringindo as ações e práticas do evento de modo a atribuí-las a determinados atores sociais, em particular Dilma, Lula, membros do PT e a própria política institucional do partido em vários momentos.

No momento do “*impeachment*”, a prática empreendida pela grande mídia tratou desse evento através de suas instâncias discursivas enquanto mantenedora de práticas políticas conservadoras, arraigadas na sociedade brasileira de modo a conservar valores que primam pela ascensão de setores da política mais conservadora e neoliberal em detrimento de práticas políticas mais desenvolvimentistas e progressistas, fazendo a hegemonia operar sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade brasileira.

Essas formas habitualizadas no *habitus* social de conceber o campo da política e da economia naturalizam-se ao adquirem caráter de verdade incontestável, de modo a perpetuar as assimetrias através da prática da grande mídia brasileira, pois como sabemos, a hegemonia opera também no modo de pensar e sobre os modos de conhecer.

Dialogando com Bourdieu (1999), percebemos que a representação que o campo jornalístico tem de si mesmo, enquanto atividade que proporciona verdade, é contraditada, uma vez que a mídia exerce seu poder simbólico na política ao impor sua agenda ao público, na produção da ideia de que os governos do PT eram responsáveis isolados pela corrupção.

5.3.3 Modos de representar o processo de “*impeachment*” no *The Guardian*

Tendo em vista o discurso como modos de representação, nossa análise será sobre o artigo “*The real reason Dilma Rousseff’s enemies want her impeached*”⁶ considerando a significação que um dos dispositivos da mídia internacional deu para o “*impeachment*” em termos de representação do evento.

O texto foi publicado no dia 12 de abril de 2016, cujo título evidencia a denúncia de revelação das reais razões para o levantamento do “*impeachment*” por parte dos inimigos de Dilma.

Essa publicação provocou uma reação das Organizações Globo, manifestada através de seu vice-presidente, João Roberto Marinho, afirmando que jamais houve apoio da

⁶ A real razão pela qual os inimigos de Dilma Rousseff querem seu “*impeachment*” [tradução nossa].

Globo ao processo de “*impeachment*” contra a presidenta, Dilma Rousseff. Essa situação particular revela que, tanto se estabelecem tensões entre campos sociais diferentes, quanto entre instituições do mesmo campo. Ao longo da análise suscitamos melhor essa questão.

Sob a consideração mais concreta em torno da noção de discurso como um modo particular de representar nossa experiência do mundo, analisamos as estratégias discursivas no *The Guardian*, cuja tese levantada no título, de que há motivos específicos para os inimigos de Dilma quererem sua destituição, abre caminho para o posicionamento favorável a Dilma. Observando os primeiros trechos:

(42) The story of Brazil’s political crisis, and the rapidly changing global perception of it, begins with its national media⁷.

(43) The country’s dominant broadcast and print outlets are owned by a tiny handful of Brazil’s richest families and are steadfastly conservative⁸.

(44) For decades, those media outlets have been used to agitate for the Brazilian rich, ensuring that severe wealth inequality (and the political inequality that results) remains firmly in place⁹.

Vemos que os elementos do evento social “*impeachment*” que foram representados no exemplo (42), do *The Guardian* são formas de ação, como “*begins*” associado a “*the story of Brazil’s political crisis*” e “*the rapidly changing global perception of it*”, levando em conta que essa ação realizou-se em torno de duas perspectivas, a da crise e a da percepção que o mundo teve sobre essa crise, iniciada pela grande mídia brasileira, o que indica que, na esfera global (outras nações, incluindo o Reino Unido), percebeu-se a configuração particular que adquiriu o discurso e as atividades da mídia brasileira. No entanto, não é feito ainda um esclarecimento sobre quais são as percepções globais e que reações foram provocadas.

⁷ A história da crise política no Brasil, e a mudança rápida da perspectiva global em torno dela, começa pela sua mídia nacional.

⁸ A imprensa e as emissoras de TV dominantes no país estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil, e são claramente conservadoras.

⁹ Por décadas, esses meios de comunicação têm sido usados em favor dos ricos brasileiros, assegurando que a grande desigualdade social (e a irregularidade política que a causa) permanecesse a mesma.

Outro aspecto a ser considerado acerca da estratégia discursiva do trecho (42) é a presença do processo material representado pelo verbo “*begings*”, que significa a ação de começar, atribuindo a origem da crise à mídia brasileira. Significa que o autor considera que a mídia teve papel primordial no desenrolar do processo de afastamento da Presidenta.

Cruzando a estratégia discursiva inicial no trecho (42) do *The Guardian* com o (1) e o (18) da *Folha de S. Paulo*, percebemos na *Folha de S. Paulo*, que a representação dos fatores concorrentes para o “*impeachment*”, é atrelada à situação político-econômica, implicitamente associada ao ator governo, tendo outros fatores e agentes obscurecidos pelo uso da voz passiva “cercado”, associado à nominalização do verbo “questionar” que forçaria o aparecimento de agentes e/ou causas, de forma que obscurece outros possíveis agentes ou fatores a que se atribuiria a função de justificar o “*impeachment*”, em (1). O que vemos em seguida na *Folha de S. Paulo*, são os gastos excessivos feitos pelo governo, em (18). Os dois trechos da *Folha de S. Paulo* focalizam o aspecto econômico como preponderante, de modo a ocultar outras relações sociais que foram determinantes para o “*impeachment*”, e o trecho do *The Guardian* (42) aponta para um responsável institucional, a mídia. Os três trechos valem-se de processos materiais para legitimar seus argumentos.

Podemos verificar que a maneira com que os jornais estabelecem a verdade dos fatores que concorreram para o “*impeachment*” são divergentes, estabelecendo diferentes configurações das relações sociais e das formas institucionais. Há elementos do evento que foram incluídos e excluídos, e ações que foram mais salientadas que outras.

No exemplo (43), são deixadas de lado as formas de ação e é colocada luz nas pessoas e nas relações sociais. Apontamos não só as ações, mas os atores na primeira ocorrência do processo relacional “*are*”, que consiste em definir, caracterizar e atribuir posses. Sob essa consideração, o processo relacional “*are*”, é usado para caracterizar essas famílias detentoras do poder midiático, expondo as relações existentes no universo midiático brasileiro, dando prosseguimento à descrição do problema acerca do funcionamento da mídia. Já a segunda ocorrência do relacional (*are*), que significa nesse caso, ser evidenciada uma relação de natureza estática entre o portador e o atributo “*conservative*” (conservadoras) que adquire uma conotação também política, reforçada pelo circunstancial “*steadfastly*” (claramente) que constroi a ideia de que esse atributo não é desconhecido do autor e do público.

Ao longo dos três excertos, o autor gradativamente deu subsídios para ampliar a compreensão das relações que se estabelecem entre a mídia e a crise política no Brasil, com foco no “*impeachment*”, de modo que no exemplo (44), essas relações vão discursivamente adquirindo uma nova configuração e mostrando o descortinamento de outros aspectos da identidade da mídia brasileira, expondo a estrutura social que há por detrás dela.

O texto dá atenção às circunstâncias associadas aos processos, sejam materiais ou relacionais, que vão criando o sentido de estabilização dessa relação corrosiva da mídia brasileira com a política, de modo que os processos associam-se às circunstâncias, como em “*for decades*” (por décadas), de maneira a estabilizar essa relação representada, e apareça como uma circunstância historicamente arraigada na conjuntura brasileira. O circunstancial associado ao grupo verbal “*have been used*” (têm sido usados) e “*remains*” (permaneça) reforça a ideia do quão esta estrutura está fixada na atuação da mídia brasileira. Os processos materiais “*Ensuring*” (assegurando) e “*results*” (causa) apontam para um agente, uma vez que os processos materiais têm pelo menos um ator responsável, que no exemplo (42) era a mídia nacional, mas passou a ser as famílias donas dos grupos de comunicação, e a mídia, passou a ser apenas o dispositivo a partir do qual elas atuam para garantir seus interesses. Essa especificação, que saiu do âmbito da instituição midiática e foi para o âmbito de classe social, abre caminho para lançarmos um olhar às identidades como construções simbólicas sujeitas a certa instabilidade em seu dimensionamento no discurso.

Contrapondo as maneiras de representação do “*impeachment*” no *The Guardian* e *Folha de S. Paulo*, no que concerne a inclusão e exclusão de elementos - como ações e agentes, vemos que o *The Guardian* reporta-se às ações empreendidas pela mídia e pelas famílias donas dos grupos midiáticos como responsáveis pelo acirramento dos problemas que põem o Brasil na crise perante os olhos de outros países nos exemplos (42), (43) e (44), enquanto a *Folha de S. Paulo*, atribui as ações político-econômicas à Dilma e seu Partido. Como vimos, esses dois dispositivos midiáticos construíram significados para o “*impeachment*” de formas bem distintas na maneira de representar o evento e seus participantes através da difusão de uma visão de mundo particular.

Nos próximos exemplos:

(45) Indeed, most of today's largest media outlets – that appear respectable to outsiders – supported the 1964 military coup that ushered in two decades of rightwing dictatorship and further enriched the nation's oligarchs.¹⁰

(46) This key historical event still casts a shadow over the country's identity and politics.¹¹

(47) Those corporations – led by the multiple media arms of the Globo organization – heralded that coup as a noble blow against a corrupt, democratically elected liberal government. Sound familiar?¹²

No trecho (45), o processo comportamental representado pelo verbo “*appear*” (aparentam) mais o uso do atributo “*respectable*” (respeitáveis), associa-se a “*supported*” (apoiaram), “*ushered*” (trouxe) e “*enriched*” (enriquecer), esses três últimos, processos materiais que passaram a construir as ações dos grupos midiáticos como dissimuladas, de modo a fazer o leitor entender que a Rede Globo, por um dia ter apoiado a Ditadura Militar, esteja novamente tendo essa postura, como vemos no trecho (47) e as representações desses trechos remetem às relações sociais entre os próprios jornais *The Guardian* e *Folha de S. Paulo*, que pertencem ao mesmo campo, mas desempenham sua prática de forma a se antagonizarem. Percebemos, sob a perspectiva representacional, que a *Folha de S. Paulo* e o *The Guardian* incluíram e sobrelevaram elementos diferentes em suas representações sobre o “*impeachment*”. O *The Guardian* incluiu a mídia como partícipe determinante para o processo de “*impeachment*”, enquanto a *Folha de S. Paulo* incluiu a atuação da mídia de forma muito reduzida.

Cruzando esses excertos com os da *Folha de S. Paulo* (23), (24), (25), (26), (30) e (39), que remetem ao “*impeachment*” de forma a dissociar seu sentido ao do golpe militar de

¹⁰ Aliás, a maioria dos grandes grupos de mídia atuais – que aparentam ser respeitáveis para quem é de fora – apoiaram o golpe militar de 1964 que trouxe duas décadas de uma ditadura de direita e enriqueceu ainda mais as oligarquias do país.

¹¹ Esse evento histórico chave ainda joga uma sombra sobre a identidade e política do país.

¹² Essas corporações – lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo – anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?

64, podemos perceber que na luta pelos sentidos, a *Folha de S. Paulo* critica essa designação para legitimar sua acusação contra Dilma e para reforçar o caráter de legalidade do processo de “*impeachment*”.

Os dois jornais concebem diferentes acepções de golpe e estabelecem seus sentidos através de diferentes elementos da vida social, para garantir seus argumentos. A *Folha de S. Paulo* parte do pressuposto de que a designação golpe aplicada ao processo de “*impeachment*” é inválida, pautando-se no sentido de golpe como restrito a um processo de ruptura das instituições democráticas, em que se faz uso da violência. A *Folha de S. Paulo* também induz o leitor a pensar que a designação de golpe é apenas fala isolada de Dilma, em sua defesa, fazendo entender que ela usa esse termo apenas como um subterfúgio “fragílimo”, no trecho (23). Outra estratégia da *Folha de S. Paulo* é atribuir um valor de experiência a ideia de golpe, que refuta que o processo de “*impeachment*” possa ser designado de golpe, no trecho (24). Outra estratégia é demonstrar que a presença do STF assegurou o cumprimento da lei, de modo que o seguimento dos ritos formais na defesa de Dilma também anula qualquer relação do “*impeachment*” com a ideia de golpe, em (39) e defende a neutralidade da atuação da imprensa na cobertura do evento (30).

Vemos que a representação de golpe pela *Folha de S. Paulo* sofreu um processo de naturalização através do discurso, ao considerar golpe apenas um processo de ruptura institucional, no entanto, essa naturalização é um aspecto significativo da hegemonia e da disputa pelo discurso na luta hegemônica. A controvérsia em torno da noção de golpe de Estado, no entanto, não é algo resolvido na esfera, é algo problematizado, seu sentido não está estabilizado, tanto que gerou muita discussão ao longo do processo de “*impeachment*”.

Por entendermos que a prática social conta com outros momentos que não só o do discurso e que o fenômeno mental (crenças, valores, desejos, ideologias) é um desses momentos (RESENDE; RAMALHO, 2004), vemos que o autor do texto, ao recorrer discursivamente à crença de golpe em sua acepção mais tradicional (de ruptura das instituições e de uso da força coercitiva), para combater a ideia de que o processo de “*impeachment*” é um golpe, internaliza essa crença pelo discurso, de forma que a ação social envolta no processo de “*impeachment*” - em que pese a defesa e a acusação - passa a ser constrangida pela manutenção dos sentidos construídos para golpe. Isso mostra a posição enunciativa do jornalista.

Já o *The Guardian*, usa a denominação de golpe para reforçar sua acusação contra a grande mídia brasileira, de maneira a compreendê-la como apoiadora do Golpe de 64 em (45); como um evento que até hoje repercute negativamente na política e na identidade brasileira em (46); entende que o processo de “*impeachment*” esteve respaldado pela mídia ao reportá-lo como uma ação contra práticas corruptas e pela retirada de uma presidente eleita democraticamente em (47). Estabelecemos um quadro comparativo para melhor visualização das diferentes representações pelos jornais:

Quadro 6 – Comparativo de representações nos jornais

<i>FOLHA DE S. PAULO</i>	<i>THE GUARDIAN</i>
(23) A presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe: eis o fundamento político, frágilimo, de sua defesa.	(45) Indeed, most of today’s largest media outlets – that appear respectable to outsiders – supported the 1964 military coup that ushered in two decades of rightwing dictatorship and further enriched the nation’s oligarchs. (Aliás, a maioria dos grandes grupos de mídia atuais – que aparentam ser respeitáveis para quem é de fora – apoiaram o golpe militar de 1964 que trouxe duas décadas de uma ditadura de direita e enriqueceu ainda mais as oligarquias do país.)
(24) Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso.	(46) This key historical event still casts a shadow over the country’s identity and politics. (Esse evento histórico chave ainda joga uma sombra sobre a identidade e política do país.)
(25) Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes.	(47) Those corporations – led by the multiple media arms of the Globo organisation – heralded that coup as a noble blow against a corrupt, democratically elected liberal government. Sound familiar? (Essas corporações – lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo – anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?)
(30) A imprensa livre, mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões.	
(39) Golpe? Sob supervisão do STF? Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei?	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando as próximas asserções:

(48) For more than a year, those same media outlets have peddled a self-serving narrative: an angry citizenry, driven by fury over government corruption, rising against and demanding the overthrow of Brazil's first female president, Dilma Rousseff, and her Workers' party (PT).¹³

(49) The world saw endless images of huge crowds of protesters in the streets, always an inspiring sight.¹⁴

(50) But what most outside Brazil did not see was that the country's plutocratic media had spent months inciting those protests (while pretending merely to "cover" them).¹⁵

(51) The protesters were not remotely representative of Brazil's population. They were, instead, disproportionately white and wealthy: the very same people who have opposed the PT and its anti-poverty programmes for two decades.¹⁶

(52) Slowly, the outside world has begun to see past the pleasing, two-dimensional caricature manufactured by its domestic press, and to recognise who will be empowered once Rousseff is removed.¹⁷

(53) It has now become clear that corruption is not the cause of the effort to oust Brazil's twice-elected president; rather, corruption is merely the pretext.¹⁸

¹³ Por um ano, esses mesmos grupos midiáticos têm vendido uma narrativa atraente: uma população insatisfeita, impulsionada pela fúria contra um governo corrupto, se organiza e demanda a derrubada da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁴ O mundo viu inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas, uma visão sempre inspiradora.

¹⁵ Mas o que muitos fora do Brasil não viram foi que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos (enquanto pretendia apenas "cobri-los").

¹⁶ Os manifestantes não representavam nem de longe a população do Brasil. Ao contrário, eles eram desproporcionalmente brancos e ricos: as mesmas pessoas que se opuseram ao PT e seus programas de combate à pobreza por duas décadas.

¹⁷ Lentamente, o mundo exterior começou a ver além agradável caricatura simples e bidimensional fabricada pela imprensa local, e a reconhecer quem obterá o poder uma vez que Rousseff seja derrubada.

¹⁸ Agora tornou-se claro que a corrupção não é a razão de todo o esforço para retirar do cargo a presidente reeleita do Brasil; na verdade, a corrupção é apenas o pretexto.

O *The Guardian* nos trechos (49), (50) e (51), ao caracterizar os manifestantes por meio de processo mental “*saw*” (viu), no trecho (49), processo que é relacionado à percepção do mundo (sensor¹⁹), acerca de como as manifestações foram configuradas pela mídia. O Jornal faz uma crítica à forma como a mídia se comportou ao noticiar as manifestações.

No trecho (50), o autor, ao retomar o verbo “*saw*” (viu), na forma negativa “*not see*” (não viram), seguida de um processo material que revela que as ações empreendidas pela mídia, “*had spent*” (gastou) e “*inciting*” (incitando) foram ações desonestas. Dessa forma, o autor entende que a mídia interferiu de modo sistemático no processo de “*impeachment*” e denuncia essa postura. Ao fazer isso, o autor avalia negativamente as ações dos grupos midiáticos.

Cruzando as representações do *The Guardian* com as da *Folha de S. Paulo*, ao se referirem às atividades e ações dos grupos manifestantes que foram às ruas antes e durante o processo de “*impeachment*”, vemos que há uma clara oposição de ideias. Vejamos:

No trecho (51), o *The Guardian*, detém-se a caracterizar o tipo de manifestantes que aderiram aos movimentos pró- “*impeachment*”, e procede essa caracterização, através dos processos relacionais “*were not*” (não eram) e “*were*” (eram), cujo atributo “*Brazil’s population*” (a população do Brasil) e “*white and wealthy*” (brancos e ricos) são reforçados, respectivamente, pelos circunstanciais “*remotely representative*” (nem de longe) e “*disproportionately*” (desproporcionalmente), que reforçam a apreciação negativa da configuração social que constituiu essas manifestações, como mais uma estratégia discursiva do *The Guardian* para provar a deslegitimidade do processo de “*impeachment*” e da cobertura midiática.

Essa caracterização das manifestações compostas por membros da elite brasileira também propõe-se a mostrar que os grupos pró- “*impeachment*”, respaldados pela grande mídia, tinham interesses coadunados com os da própria mídia corporativa e agiram em prol desses interesses, como vemos através do processo comportamental “*have opposed*” (se opuseram).

¹⁹ Os participantes num processo mental são conhecidos como o Sensor, uma vez que eles são aqueles sentem, pensam, percebem. Os processos mentais também são conhecidos como processos de afeição, cognição e percepção.

Comparando com a representação da *Folha de S. Paulo* sobre as manifestações no trecho (29), que toma as manifestações como pacíficas, vemos que o trecho (29) não se propõe a caracterizar os participantes dos processos, tendo focalizado apenas suas atividades por meio dos processos materiais “manifestaram” e “fizeram” e focalizando também a forma como manifestaram-se “pacificamente” e “sem embaraço” de modo a esteticizar as manifestações, impondo-lhes uma aura de civilidade. Não é interessante para a *Folha de S. Paulo* caracterizar os participantes, mas a forma como suas ações foram desenvolvidas em consonância com o “*impeachment*”, de modo a atenuar o possível teor de violência e destacar o grau de civilidade de tais manifestações.

Como as manifestações pró-“*impeachment*” foram um elemento fundamental na argumentação tanto de políticos, como da mídia, em favor do “*impeachment*”, exaltar seu caráter pacifista, significa exaltar também o caráter legítimo do movimento favorável ao processo de “*impeachment*”.

Nos eventos sociais, as escolhas de quais elementos incluir ou excluir, não são aleatórias, de forma que vemos que os participantes das manifestações não chegam a ser excluídos, mas parcialmente incluídos, representados de forma generalizada, através do pronome indefinido “todos”. O discurso da *Folha de S. Paulo* não se preocupa em qualificá-los, mas em quantificá-los como muitos, como representativos quantitativamente da população brasileira.

Enquanto o *The Guardian* caracteriza-os para explorar discursivamente as relações sociais que já eram estabelecidas na estrutura social brasileira e que emergiram e se articularam em torno do “*impeachment*”, por meio das manifestações, para isso, sobreleva diferentes elementos do evento. Enquanto a *Folha de S. Paulo* focaliza ações e circunstâncias, mas omite atributos dos participantes, que serviria para identificá-los socialmente, das classes sociais das quais emergiram. O *The Guardian*, ao remetê-los por meio dos atributos “*white*” (brancos), “*wealthy*” (ricos) e expor suas atividades pelo processo comportamental “*have opposed*” (se opuseram), do trecho (51), como vemos no trecho completo: “*the very same people who have opposed the PT and its anti-poverty programmes for two decades.*” Essas diferentes representações que conduzem o leitor ao acesso às informações importantes para a compreensão do evento, atuam de maneira a explorar as relações de poder assimétricas na sociedade brasileira

e revelar a verdadeira face dos manifestantes pró-*"impeachment"*, que advinham das classes mais abastadas, e portanto, uma vez brancos e ricos, não representam a parte mais significativa da população brasileira, que poderia legitimar o processo de *"impeachment"*.

Essa análise estrutural em torno do *"impeachment"* faltou ao público leitor brasileiro, direcionado pela grande mídia a olhar as manifestações, que foram parte importante nas justificativas para o processo, como um único corpo homogêneo, de maneira generalista, sem especificar o tipo de atores sociais envolvidos e sua função naquela cadeia de acontecimentos.

Imersos nas "infinitas imagens inspiradoras" das grandes multidões, como expôs o *The Guardian* no trecho (49), o público foi transportado para a dinâmica social em seu caráter passional, similar à das grandes torcidas de futebol, que mobilizam tantos brasileiros em torno de eventos sociais de superfície.

No discurso do *The Guardian*, a gênese social dos manifestantes pró-*"impeachment"*, expõe relações sociais que se estabeleceram de modo a legitimar o processo, mas que resguardam, para além da legitimação deste, a consonância quanto a projetos políticos e econômicos específicos para o Brasil.

Partindo dos elementos linguísticos até as práticas sociais, a relação estabelecida entre processos, participantes e circunstâncias configura, discursivamente, fatos desfavoráveis à superação das desigualdades sociais no Brasil. No *The Guardian*, o arranjo das orações dá sequência à formação de um quadro fortemente negativo do Brasil, da mídia e das elites brasileiras para a visão do mundo.

O *The Guardian* conseguiu, em seu empreendimento linguístico, estabelecer para a esfera pública, relações de classe que não foram explicitadas pela *Folha de S. Paulo*, embora alguns setores da sociedade já atentassem para essas relações de diferenciação de classe social entre as manifestações pró e contra o *"impeachment"*. Ao estabelecê-las como pacíficas, a *Folha de S. Paulo* encena um quadro sobre as manifestações como se fossem homogêneas. Podemos dizer as relações no espaço midiático onde elas emergem, é um espaço dissimulado, pois as manifestações são fenômenos inapreensíveis, mas como são expostas na mídia, estão sempre sujeitas à aprovação dela, segundo Champagne (1990).

Em outro foco de observação sobre a relevância das manifestações, as quais partem do campo político mais amplo, normalmente formadas pela sociedade, são representados pela mídia de formas diferenciadas, conforme o capital midiático que as classes sociais dispõem e desse capital precisam para adquirirem maior ou menor visibilidade. Com relação a isso, Champagne (1990) observe que camadas sociais menos abastadas acabam sendo representadas como participantes de ações brutais, de desordem e vandalismo. Quando essas mesmas manifestações partem da classe média, são representadas como pacíficas, ordeiras, exemplos de cidadania. Assim a competência de acesso ao capital midiático depende do capital econômico, político e cultural dos agentes, de maneira que as transformações do campo político são acentuadas por demandas específicas do campo midiático

Essa discussão que o texto levanta sobre a atuação da mídia e suas demandas midiáticas, faz par ao poder simbólico que esta cumpre em sua função política de “domesticação” das classes, que estão em constante luta para se legitimar. Os espaços públicos, tomando como base as manifestações de 2013, não eram um espaço apropriado pelas elites, haja vista as pautas que as mobilizaram como o preço da passagem de ônibus, demandas típicas das classes menos abastadas. Uma vez que o espaço público foi tomado pelas elites, a demanda era a manutenção da reprodução ideológica e da legitimação do poder que elas já exercem e que estava sendo ameaçado e a grande mídia as significou como civilizadas, pacíficas, ordeiras, porque seus interesses também convergem. Nessa premissa, o campo de produção simbólica da mídia é um microcosmo da luta simbólica entre as classes, semiotizadas no discurso hegemônico.

Ao contrário da *Folha de S. Paulo*, o *The Guardian* inclui um novo agente social encontrado no trecho (42) expresso pelo sintagma nominal “*changing global perception*” (mudança da perspectiva global), exposto de forma impessoal descrito em uma circunstância “*of it*” (em torno dela). Esse agente social é retomado mais à frente, como vemos nos trechos (49), (50) e (52) ainda sob a forma de sintagmas nominais “*The world*” (o mundo), “*most outside Brazil*” (muitos fora do Brasil), “*the outside world*” (o mundo exterior) e ainda representados dessa forma impessoal, e suas ações acontecem por processos mentais “*saw*” (viram) em (49); “*not see*” (não viram), em (50) e “*has begun to see*” (começou a ver), em (52) e relacionam-se a uma ação específica de olhar, que não se constitui na capacidade de realizar

ações no mundo físico, pois, nos processos mentais, as ações realizadas parecem ser responsáveis pela criação de um mundo interior no participante. Esse participante não irá interferir nas ações do participante central, a “mídia”. Provavelmente, por não estar inserido no contexto imediato do “*impeachment*”, não consegue ter acesso às informações de modo completo, dessa forma, ao privilegiar os processos mentais de ver, não ver, começou a ver, o texto mostra que esse processo mental não se realiza em sua completude, mas de modo incompleto, obscurecido pela atuação da mídia brasileira.

O mundo experiencial vivido por esse agente através da afirmação “viu”, seguida da negação “não viram” funciona não como falta de capacidade própria de observação, mas da falta de recursos para poder firmar uma opinião consistente em torno do “*impeachment*” por conta das ações desenvolvidas pela mídia brasileira.

O processo verbal presente em (52), “*has begun to see*” (começou a ver), aparece associado ao circunstancial de modo “*slowly*” (lentamente), o que demonstra uma abertura a uma melhor percepção por parte do mundo dos acontecimentos no Brasil, em termos do comportamento da mídia em relação ao processo de “*impeachment*”.

A percepção do contexto brasileiro no processo de “*impeachment*” é conduzida pelo que a mídia deixa ver, como no trecho (49), o mundo vê “*endless images of huge crowds of protesters in the streets*” (inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas) e no (50), o mundo não viu “*that the country’s plutocratic media had spent months inciting those protests*” (que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos) e o mundo começou a ver em (52), “*past the pleasing, two-dimensional caricature manufactured by its domestic press*” (além da agradável caricatura simples e bidimensional fabricada pela imprensa local).

No trecho (53), parece concluir-se o desvelamento das atividades da mídia local brasileira pela ideia de conclusão trazida pelo circunstancial de tempo “*It has now*” (agora) seguido do processo relacional “*become*” (tornou-se) mais atributo “*clear*” (claro), cuja associação dessa circunstância, desse processo e atributo incidem para uma situação que era obscurecida, tornou-se visível.

Analisando os próximos trechos:

(54) Rousseff's moderately leftwing party first gained the presidency in 2002, when her predecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, won a resounding victory. Due largely to his popularity and charisma, and bolstered by Brazil's booming economic growth under his presidency, the PT has won four straight presidential elections – including Rousseff's 2010 election victory and then, just 18 months ago, her re-election with 54 million votes.²⁰

(55) The country's elite class and their media organs have failed, over and over, in their efforts to defeat the party at the ballot box. But plutocrats are not known for gently accepting defeat, nor for playing by the rules. What they have been unable to achieve democratically, they are now attempting to achieve anti-democratically: by having a bizarre mix of politicians – evangelical extremists, far-right supporters of a return to military rule, non-ideological backroom operatives – simply remove her from office.²¹

(56) Indeed, those leading the campaign for her “*impeachment*” and who are in line to take over – most notably the house speaker Eduardo Cunha – are far more implicated in scandals of personal corruption than she is. Cunha was caught last year with millions of dollars in bribes in secret Swiss bank accounts, after having falsely denied to Congress that he had any foreign bank accounts. Cunha also appears in the Panama Papers, working to stash his ill-gotten millions offshore to avoid detection and tax liability.²²

O *The Guardian* representa no trecho (54), as ações empreendidas pelos Presidentes Dilma e Lula, incluindo as ações positivas realizadas por eles, através dos atributos “*popularity and charisma*” (popularidade e carisma, e “*by Brazil's booming economic growth*” (grande expansão econômica do Brasil). Os atributos são utilizados no sentido de reforçar também a

²⁰ O partido de Dilma, de centro-esquerda, conseguiu a presidência pela primeira vez em 2002, quando seu antecessor, Lula da Silva, obteve uma vitória espetacular. Graças a sua popularidade e carisma, e reforçada pela grande expansão econômica do Brasil durante seu mandato na presidência, o PT ganhou quatro eleições presidenciais seguidas – incluindo a vitória de Dilma em 2010 e, apenas 18 meses atrás, sua reeleição com 54 milhões de votos.

²¹ A elite do país e seus grupos midiáticos fracassaram, várias vezes, em seus esforços para derrotar o partido nas urnas. Mas plutocratas não são conhecidos por aceitarem a derrota de forma gentil, ou por jogarem de acordo com as regras. O que foram incapazes de conseguir democraticamente, eles agora estão tentando alcançar de maneira antidemocrática: agrupando uma mistura bizarra de políticos – evangélicos extremistas, apoiadores da extrema direita que defendem a volta do regime militar, figuras dos bastidores sem ideologia alguma – para simplesmente derrubarem ela do cargo.

²² Inclusive, aqueles liderando a campanha pelo “*impeachment*” dela e os que estão na linha sucessória do poder – principalmente o inelegível Presidente da Câmara Eduardo Cunha – estão bem mais envolvidos em escândalos de corrupção do que ela. Cunha foi pego ano passado com milhões de dólares de subornos em contas secretas na Suíça, logo depois de ter mentido ao negar no Congresso que tivesse contas no exterior. Cunha também aparece no Panamá Papers, com provas de que agiu para esconder seus milhões ilícitos em paraísos fiscais para não ser detectado e evitar responsabilidades fiscais.

legitimidade de representação política com outros atributos “*a resounding victory*” (vitória espetacular) e “*four straight presidential elections*” (quatro eleições presidenciais seguidas).

No trecho (55), o autor demonstra a oposição de classes e mostra também que alinha-se a posturas políticas mais parecidas com a do Partido dos Trabalhadores, cujo processo material “*by having*” (agrupando) é seguido pelos atributos negativos direcionados às figuras públicas da política brasileira: “*a bizarre mix of politicians – evangelical extremists, far-right supporters of a return to military rule, non-ideological backroom operatives*” (uma mistura bizarra de políticos – evangélicos extremistas, apoiadores da extrema direita que defendem a volta do regime militar, figuras dos bastidores sem ideologia alguma).

Enquanto a *Folha de S. Paulo*, joga luz sobre características negativas e atribui papel de dissimulação a Dilma e seu partido, através de processos materiais, nos trechos (4) a (12) do texto “O fim e o princípio” e (18) a (23) do texto “A farsa do golpe”, o *The Guardian*, implica negativamente os grupos midiáticos, as elites do País e os políticos de direita como podemos ver no trecho (56), para levantar as contradições entre políticos que estavam na linha sucessória, como Eduardo Cunha, estarem implicados em casos de corrupção, enquanto Dilma não estava envolvida em nenhum escândalo político.

Percebemos que o *The Guardian* é um jornal atento à prática jornalística de outros jornais, exercendo uma espécie de observação crítica, não só quanto às notícias, mas quanto à postura ética desses jornais. Isso pode ser verificado através da especial atenção que o texto deu à prática jornalística da mídia brasileira, e ao reportar-se a um artigo do *New York Times*.

(57) A New York Times article last week reported that “60% of the 594 members of Brazil’s Congress” – the ones voting to impeach Rousseff – “face serious charges like bribery, electoral fraud, illegal deforestation, kidnapping and homicide”. By contrast, said the article, Rousseff “is something of a rarity among Brazil’s major political figures: she has not been accused of stealing for herself”.²³

Pela observação do excerto (57) vemos que, da mesma forma que se estabelecem tensões dentro de um campo, no caso, o campo midiático, também se estabelecem relações

²³ Um artigo do New York Times da semana passada reportou que “60% dos 594 membros do Congresso brasileiro” – aqueles votando para a cassação de Dilma- “enfrentam sérias acusações como suborno, fraude eleitoral, desmatamento ilegal, sequestro e homicídio”. Por contraste, disse o artigo, Rousseff “é uma espécie rara entre as principais figuras políticas do Brasil: Ela não foi acusada de roubar para si mesma”.

harmoniosas. Ao remeter ao artigo do New York Times, o *The Guardian*, está corroborando com ele e ao mesmo tempo validando seu discurso através de outra instância do campo midiático, formando uma tessitura conjunta de discursos semelhantes e mais legitimados.

Os pontos de vista dos jornais *The Guardian* e *The New York Times* pelo modo de representar a contradição ocorrida no “*impeachment*” de uma presidenta não acusada de corrupção ser julgada por políticos, que em sua grande maioria enfrentam acusações de corrupção mostram que o *The Guardian* legitima sua opinião através da opinião do New York Times. Essa similaridade na forma de considerar o evento elencando os mesmos argumentos, contribui também na forma como a mídia enxerga a própria mídia. O *The Guardian*, apesar de não discutir sobre a prática do *Times*, chancela-o na medida em que se apropria do seu discurso, reiterando-o e, por outro lado, vê as atividades da grande mídia brasileira e até as monitora por assim dizer, de forma muito negativa.

Caracterizar os discursos, de que agentes eles partem, representa uma parte importante acerca do processo de “*impeachment*”, pois foram identificadas determinadas partes, aspectos do evento em detrimento de outras. A *Folha de S. Paulo* tentou estabelecer através de seus textos, o consenso de que o processo era legítimo baseando suas justificativas nas ações do Governo em sua forma de governar, como podemos ver retomando os trechos iniciais de cada Jornal, comparativamente:

Folha de S. Paulo – (1) Cercado de questionamentos técnicos e sem incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do “*impeachment*” contou menos do que a situação econômica e política do país.

Folha de S. Paulo – (18) É notório que o governo federal omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos mais de 60 bilhões.

The Guardian – (42) The story of Brazil’s political crisis, and the rapidly changing global perception of it, begins with its national media.

Os dois exemplos da *Folha de S. Paulo* apontam para a situação econômica e política do país e para o Governo Federal, na figura de Dilma, enquanto o *The Guardian* engendra a mídia como articuladora do “*impeachment*”. Partindo de lugares discursivos diferentes, as representações dos dois Jornais sobre o evento divergem ao darem proeminência a elementos, ações e participantes diferentes.

Faremos um breve adendo, ainda sob a consideração de como a mídia vê a própria mídia, esclarecendo o evento discursivo estabelecido entre *The Guardian* e as Organizações Globo por meio da carta que Roberto Marinho enviou ao *The Guardian*, solicitando-lhe sua publicação como um direito de resposta, ao artigo que estamos analisando, ao qual o *The Guardian* atendeu em termos de publicá-la nos comentários e recomendar a leitura e a publicou também na seção de cartas²⁴ do Jornal. Este evento discursivo serve também para refletirmos sobre os efeitos sociais dos textos. O evento discursivo já se desenha numa arena de disputa pelo discurso, uma vez que é um pedido de resposta para acusações que o articulista David Miranda lançou de que a mídia e, em especial a Globo teria interferido em vários processos políticos brasileiros, inclusive na forma como foi atuante no processo de “*impeachment*”, nas manifestações, no Golpe de 64, segundo o artigo. A resposta de Roberto Marinho, nesse caso, já manifesta um confronto de ideias, o que induz que, apesar de ambas pertencerem ao mesmo campo, o midiático, nem sempre as relações dentro dele são de conjugação de ideias e valores.

Sobre os modos de representação na *Folha de S. Paulo* e no *The Guardian*, podemos perceber que os dois dispositivos comportaram-se discursivamente de formas diferenciadas sobre o evento “*impeachment*”. A *Folha de S. Paulo* priorizou algumas ações mais relacionadas às atividades de alguns atores sociais, em particular os atores políticos do PT, como Dilma e Lula, no sentido de culpá-los, seja pela situação econômica do País, seja justificando as causas do “*impeachment*” por suas ações consideradas inadequadas em termos de ação política. Enquanto as ações de outros atores sociais que também foram determinantes para os processos foram excluídas, como as ações do Poder Judiciário, do Congresso Nacional.

No que se refere ao tipo de processos do sistema de transitividade, encontramos muitos processos materiais tanto na *Folha de S. Paulo*, sobre cujos atores eram Dilma e PT, atribuindo a eles atividades nocivas à política brasileira, e quando haviam processos relacionais eram com atributos negativos a Dilma e PT. No *The Guardian*, os processos materiais sobre Dilma e PT eram remetendo às suas atividades positivas. Os agentes sociais cujas ações

²⁴ A carta de Roberto Marinho pode ser encontrada no site: <https://www.theguardian.com/world/2016/apr/24/globo-duty-to-report-on-the-brazilian-crisis> Acesso em: 23 de jun de 2017

negativas eram expostas, eram as da mídia. As circunstâncias do processo de “*impeachment*” e da crise política também eram sobrelevadas, havendo poucos atributos no *The Guardian*.

No texto “*A tragedy and a scandal*” (Uma tragédia e um escândalo), publicado pelo *The Guardian* em 18 de abril de 2016, o subtítulo do editorial fundamenta a referência sígnica com que deverá representar o evento ao longo de todo o seu desdobramento:

(58) Nothing is clear in Brazil’s murky political crisis, except that the country will suffer the consequences for a long time to come.²⁵

O texto inicia o movimento de representação do evento com o processo relacional “*is*” (é) e coloca em evidência o atributo “*clean*”(claro), revelando o forte quadro conturbado da política brasileira e focaliza também as circunstâncias “*in Brazil’s murky political crisis*” (na crise política obscura do Brasil), tão fundamentais para o que se propõe o texto, sobre discutir acerca de um contexto complexo que se formou em torno do “*impeachment*”. O texto não elenca, num primeiro momento, nenhum agente causal, não se preocupando em encontrar vítimas ou culpados, mas mostra bem as circunstâncias como o responsável e aponta para consequências negativas futuras através do processo mental “*will suffer*” (vai sofrer) acompanhado pelo circunstancial “*for a long time to come*” (por um longo tempo), que reforça o caráter pessimista quanto a crise brasileira. Nessa estratégia de sentido, o *The Guardian* mobiliza as circunstâncias como preponderantes aos problemas brasileiros mediante o “*impeachment*” de Dilma Rousseff. Vejamos os próximos trechos:

(59) Ever since Stefan Zweig, writing in 1941, dubbed it “the land of the future”, Brazil has been reproached for failing to live up to the promise that its size, its resources and its insulation from the wars and troubles afflicting other parts of the world seemed to hold out.²⁶

(60) There have been moments when that promise seemed on the verge of becoming a reality, but such hopes have again been repeatedly dashed.²⁷

²⁵ Nada é claro na crise política obscura do Brasil, exceto que o país vai sofrer as consequências por um longo tempo.

²⁶ Desde que Stefan Zweig, escreveu em 1941, apelidando de "o país do futuro", o Brasil tem sido criticado por não fazer jus à promessa de que o seu tamanho, seus recursos e seu isolamento das guerras e problemas que afligem outras partes do mundo parecem aguentar.

²⁷ Houve momentos em que a promessa parecia à beira de se tornar uma realidade, mas essas esperanças foram novamente e repetidamente frustradas.

Partindo de um subtítulo que demonstra que o texto irá tratar de uma questão complexa e multifacetada, este adota como estratégia para adentrar um terreno tão espinhoso, um caráter histórico-didático ao tomar a citação de alguém investido de legitimidade, Stefan Zweig, um dos romancistas mais proeminentes do século XX, para iniciar sua discussão em torno da complicada situação brasileira, que o permite lançar mão de vários atributos que podem caracterizar inicialmente este país “its size” (seu tamanho), “*its resources and its isolation from the wars troubles afflicting other parts of the world seemed to hold out.*” (seus recursos e seu isolamento das guerras e problemas que afligem outras partes do mundo parecem aguentar).

No trecho (60), o processo material existencial “*There have been*” (houve), seguido do que Halliday chama de existente, diferentemente de um participante ativo, ele tem a particularidade de representar aquilo que acontece, estabelecendo o domínio de coisas que existem. No trecho, ergue-se mais uma vez a ideia de circunstância, de que um fato transitório concorre para a ideia do Brasil como uma nação pouco organizada em várias dimensões, pois essas esperanças de uma consolidação do desenvolvimento são sempre passageiras de acordo com o discurso firmado pelo texto.

Esse apelo histórico, no discurso, parece trazer marcas de um discurso de colonização, ao remeter aos aspectos expressos pelos sintagmas nominais “*the land of the future*” (país do futuro), “*the promise*” (a promessa), “*that its size*” (seu tamanho), “*its resources*” (seus recursos) como necessariamente determinantes para o desenvolvimento do país.

Naturalizam-se certas ideias como se fossem fatos dados, sem a compreensão de que também são construções sociais como critica Fairclough (2003). A perspectiva histórico-didática que o texto adota, remete, no entanto, às estratégias para compreender em que nível se dão as contradições do Brasil. Mais adiante no texto, é trazido um entendimento ético do que se considera um país com capacidade de desenvolver, não restritamente no sentido econômico, mas em consonância com ideias mais progressistas, o que demonstra o posicionamento ideológico do jornal. Vejamos os próximos trechos:

(61) The most recent came with the accession to power of President Luiz Inácio Lula da Silva in 2003. Lula and his Workers party, or PT, brought new ideas, new

energy and a new style into a Brazilian politics disfigured by corruption, patronage, and persistent procrastination in the face of the pressing issues before the nation.²⁸

(62) The PT was a real party, with a mass base across the country, a coherent ideology, an apparently strong moral sense – characteristics that other political formations largely lacked. Lula’s social policies brought him and the PT immense popularity, re-election for a second term, and helped his successor, Dilma Rousseff, to convincing victories in 2010 and 2014.²⁹

O trecho (61) alude à ascensão de Lula como a entrada de um novo paradigma político, e como tal, é preciso levantar suas ações e características através dos processos materiais como “*came*” (veio) e “*brought*” (trouxe) e dos atributos “*new ideas*”(novas ideias), “*new energy*”(novas energias) e “*new style*” (novo estilo), contrapostos às estruturas negativas arraigadas na política brasileira, explicadas pelo circunstancial “*into a Brazilian politics disfigured by corruption, patronage, and persistent procrastination in the face of the pressing issues before the nation*” (em uma política brasileira desfiguradas pela corrupção, clientelismo, e persistente procrastinação em face das questões urgentes da nação.)

Percebemos que o *The Guardian* faz uma análise geral, contextualizada através de um percurso histórico, para a compreensão do contexto político brasileiro em torno do “*impeachment*” aos seus possíveis leitores não ambientados com as práticas políticas do Brasil.

A prática jornalística do *The Guardian* mostra consonância com o que prega sua linha editorial ao adotar estratégias discursivas, de modo a promover uma melhor compreensão por parte do leitor acerca dos fatos considerados, através de uma postura analítica e pluralista, não reduzindo o debate a “heróis” e “vilões”; não centralizando o debate político nos participantes e nas ações deles, unicamente, mas nas circunstâncias; não focalizando o “*impeachment*” ou a crise política como processos isolados, desvinculados de uma conjuntura maior, ou atrelados apenas a atividades de determinados grupos políticos, mas agregados a fatores sócio-históricos, como vimos em (59) e (60). Diferentemente da estratégia da *Folha de S. Paulo*, focada em

²⁸ A mais recente veio com a ascensão ao poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Lula e seu Partido dos Trabalhadores, ou PT, trouxe novas ideias, novas energias e um novo estilo em uma política brasileira desfiguradas pela corrupção, clientelismo, e persistente procrastinação em face das questões urgentes da nação.

²⁹ O PT foi um partido real com uma base de massa em todo o país, uma ideologia coerente, um aparentemente forte sentido moral - características que outras formações políticas em grande parte faltavam. As políticas sociais de Lula trouxeram a ele e ao PT imensa popularidade, a reeleição para um segundo mandato, e ajudou sua sucessora, Dilma Rousseff, a vitórias convincentes em 2010 e 2014.

associar os fatores concorrentes à crise e ao processo de “*impeachment*” à Lula, Dilma e PT em seu editorial “O fim e o princípio”, dos trechos (4) a (12) mais detidamente e, em “A farsa do golpe”, de (18) a (23).

Essa divergência em termos de postura político-jornalística, pode ser explicada pelo comprometimento do *The Guardian* com valores de uma prática jornalística mais compromissada socialmente, tanto explicitado em seu código editorial, como também conseguida através de sua completa independência financeira. Seu fundo monetário não advém de anúncios e publicidades, mas de um fundo mantenedor, o que não acidentalmente influencia sua abordagem, sua relação com a esfera pública e a natureza de sua linguagem, criando uma relação mais sincera, por assim dizer, com seu público e menos voltada para interesses econômico-financeiros, que sabemos, segundo a crítica de Bourdieu nos anos 1990, que restringem a prática jornalística subordinando-a e constituindo-a de acordo com as estratégias do campo econômico promovendo um efeito de homogeneização e dependência, que só pode ser rompido quando o jornal possui autonomia.

O trecho (62) é composto por um processo relacional “*was*” (foi), seguido de atributo “*real*”, que é ampliado “*with a mass base across the country, a coherent ideology, an apparently strong moral sense – characteristics that other political formations largely lacked*” (com uma base de massa em todo o país, uma ideologia coerente, um aparentemente forte sentido moral - características que outras formações políticas em grande parte faltavam), de modo a exaltar as características e ações empreendidas por Lula e seu partido.

Os próximos excertos discorrerem sobre os aspectos centrais que concorreram para o “*impeachment*”:

(63) How did things go so wrong? The answer is variously to be found in global economic change, the personality of the president, the PT’s embrace of a corrupt system of party finance, the scandal that exploded as that system was exposed, and the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature.³⁰

(64) The economy went into decline as prices for the commodities that are Brazil’s main exports fell sharply. Growth slowed, then halted, then reversed; employment

³⁰ Como é que as coisas vão tão errado? A resposta é encontrada na mudança econômica global, a personalidade da presidente, o abraço do PT a um sistema corrupto de finanças, o escândalo que explodiu quando esse sistema foi exposto, e a relação disfuncional do executivo e legislativo brasileiro.

faltered; prices rose and the social provisions that Lula had introduced became harder to finance.³¹

(64) Finally, Brazil's constitution, which pairs a popularly elected president with an open-list PR vote for members of Congress, is a recipe for conflict at the best of times. A theoretically powerful leader is as a result confronted with an array of parties that he or she must woo with jobs, ministries and policy commitments if a coalition supporting the president is to be put together in Congress. The result can be an executive that has lost half its room for manoeuvre before it has even begun to attempt to rule. Lula was a master at managing these contradictions. President Rouseff, ineffective and inconsistent, lacked his skills.³²

O trecho (63) tem processos materiais “*did go*” (deram) e “*to be found*” (é encontrada) em vários elementos circunstanciais elencados “*in global economic change*”(mudança econômica global), “*the personality of the president*”(personalidade da presidenta), “*the PT's embrace of a corrupt system of party finance*”(o abraço do PT a um Sistema corrupto de finanças), “*the scandal that exploded as that system was exposed*”(o escândalo que explodiu quando esse sistema foi exposto) e “*the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature*” (a relação disfuncional do executivo e legislativo brasileiro). A explanação de circunstâncias tão variadas, mostra a preocupação textual em contextualizar bem o processo em todas as instâncias políticas, sociais e econômicas como vemos no trecho (64), que trata de questões bem específicas da esfera econômica através dos processos.

Em se tratando das ações, os procedimentos que giram em torno das práticas econômicas estão sempre sofrendo oscilações para representá-las. O que vemos no trecho (64) são processos de fazer, representados da forma mais concreta possível. Considerando a gestão econômica, há muitas instabilidades que são constantemente modificadas e os processos materiais traduzem bem o que é isso: “*went*” (entrou), “*halted*” (parou), “*reversed*” (inverteu)

³¹ A economia entrou em declínio quando os preços para as mercadorias que constituem as principais exportações do Brasil caíram acentuadamente. O crescimento retardado, depois parou, em seguida, inverteu-se; o sistema de emprego vacilou; os preços subiram e as disposições sociais que Lula tinha introduzido tornou-se mais difícil de financiar.

³² Finalmente, a Constituição do Brasil, que une a popularidade da presidenta eleita pelo povo com uma votação proporcional de lista aberta para os membros do Congresso, é uma receita para o conflito no melhor dos tempos. Uma líder teoricamente poderosa é como resultado confrontado com uma série de partidos que ele ou ela deve cortejar com trabalhos, ministérios e compromissos políticos se uma coalizão de apoio ao presidente é para ser colocado em conjunto no Congresso. O resultado é um poder executivo que perdeu metade da sua margem de manobra antes mesmo de começar a tentar governar. Lula era um mestre em gestão destas contradições. Presidenta Rouseff, ineficaz e inconsistente, não tinha suas habilidades.

“*faltered*” (vacilou) “*had introduced*” (tinha introduzido). A representação de como se dão os processos no âmbito da economia, mostram que o *The Guardian* explicita para seus leitores os motivos que levaram à crise e ao abalo que o Governo sofreu fazendo incidir no “*impeachment*”.

Ao mostrar as oscilações da economia, o trecho (64) realiza a nobre função de explicitar as dificuldades em lidar com aspectos econômicos quando apresentam-se de modo desfavorável. O texto abre com isso, um caminho para uma compreensão do leitor de que fatores econômicos podem interferir diretamente na atuação do governo e, portanto, mostrando que “*impeachment*” e crise econômica estão além de questões restritas às pessoas.

No trecho (65), o texto expõe uma rede de práticas que gira através do funcionamento da política brasileira, promovendo uma percepção sobre as várias dimensões, causas e particularidades da política brasileira. Praticamente todos os trâmites foram postos textualmente para situar bem o leitor. O editorial, apesar de representar a opinião do jornal, parece ter se preocupado mais em mostrar o evento sob todos os pontos de vista, que em mostrar sua opinião.

(66) But the paradoxical outcome is the opposite. The president herself has not been implicated in the Petrobras scandal. The grounds for her “*impeachment*” are that she manipulated state funds ahead of the last election – not much more than a misdemeanour by Brazilian standards. But almost all those involved in impeaching her are suspected of corruption, including Eduardo Cunha, the speaker of the lower house.³³

(67) Now many fear the anti-corruption campaign will fade away, apart from a final concentration of fire on Lula. Michel Temer, the vice-president will face the same problems that defeated Dilma Rousseff, and his chances of dealing with them effectively must be rated as low. A discredited opposition will be taking over from a discredited PT. It is hard to imagine a more gloomy landscape for Brazil.³⁴

³³ Mas o resultado é paradoxal o oposto. A presidente não foi citada no escândalo da Petrobras. Os motivos para o seu “*impeachment*” são de que ela manipulou os fundos estatais antes da última eleição - não muito mais do que uma contravenção para os padrões brasileiros. Mas quase todos os envolvidos no “*impeachment*” dela são suspeitos de corrupção, incluindo Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados.

³⁴ Agora, muitos temem que a campanha anticorrupção vá desaparecer, independentemente de uma concentração final de fogo contra Lula. Michel Temer, o vice-presidente terá de enfrentar os mesmos problemas que derrotaram Dilma Rousseff, e suas chances de lidar com eles de forma eficaz deve ser classificado como baixas. A oposição desacreditada vai assumir a partir de um PT desacreditado. É difícil imaginar um cenário mais sombrio para o Brasil.

No trecho (66), ao atribuir o valor “paradoxal” ao “resultado”, há um alinhamento com a ideia construída desde o início do texto, com outros atributos de função semelhante para explicar a situação brasileira no desenvolvimento do “*impeachment*”, temos a frase inicial “*nothing is clear*”, em que vemos que houve um esforço expressivo para tentar buscar uma compreensão do “*impeachment*”, permeado de tantas contradições.

Ao remeter ao “*impeachment*” propriamente, o texto faz referência a contradição levantada sobre a motivação imediata para o processo, em relação à forma flexível com que se dá, na legislação brasileira, o tratamento das contas públicas: “*by Brazilian standards*” (para os padrões brasileiros), e também abre espaço para entendermos o atributo que explicita nacionalidade “*Brazilian*” para além da identificação de nacionalidade, mas como um modelo de prática política não rigorosa, mas que foi tratada com rigor no caso específico do “*impeachment*”, o que reforça a visão negativa que se tem do Brasil, política e economicamente falando. A comparação com outros países nesse sentido está implícita porque, para o padrão brasileiro, a manipulação dos fundos estatais é “*not much more than a misdemeanour*” (não muito mais do que uma contravenção). Uma contravenção não é um crime e portanto, há um julgamento equivocado.

Essa perspectiva da política brasileira, que foi configurada como nebulosa no *lead* do texto “*nothing is clear in Brazil’s murky political crisis*” (nada é claro na crise política obscura brasileira”) foi gradativamente se acentuando através dos atributos “*nothing is clear*”, “*murky*”, até que ao fim do texto, como vemos, aparece o atributo “*gloomy*” (sombrio), no trecho (67): “*It is hard to imagine a more gloomy landscape for Brazil*” (É difícil imaginar um cenário mais sombrio para o Brasil), cujo processo mental “*to imagine*”(imaginar), junto do atributo “*hard*”(difícil) conferem a ideia do quão o autor considera grave a situação da política brasileira em meio a todas as contradições que o texto apontou.

No trecho (67), tem processo mental “*fear*”(temer), que explicita a dificuldade de a população brasileira lidar com a situação instável pela qual o Brasil passa. Há logo em seguida, processo comportamental “*will face*”(terá de enfrentar) atribuído a Michel Temer.

O editorial conjuga vários fatores que foram concorrentes, expõe a maneira como se dão as práticas políticas brasileiras e, para isso, serve-se largamente de processos materiais,

processos relacionais, grande número de atributos e circunstâncias para detalhar melhor as ações.

O editorial procura um equilíbrio razoável diante das condições contextuais do “*impeachment*”, sem exercer apenas uma confrontação entre atores sociais. Faz isso em alguns momentos, mas não restringe sua discussão a esse ponto. Confronta na verdade, as diversas lógicas que organizam a sociedade brasileira em torno da atividade política, as demandas da administração pública para explicar os comportamentos dos políticos e expõe os interesses que estão em jogo, deixando claro que esses foram os fatores imperativos para todo o processo político instituído no Legislativo que culminou com o afastamento da Presidenta Dilma.

5.4 O “*IMPEACHMENT*” DE DILMA ROUSSEFF NA GRANDE MÍDIA: MODOS DE IDENTIFICAR

Focalizamos, no primeiro momento da análise, o discurso em seu significado mais concreto, o representacional, como um momento da prática social, focalizando as representações da realidade social brasileira em meio ao processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, que foi denominado de “*impeachment*” e que foi significado de determinadas formas do ponto de vista do significado representacional. Assumimos agora o significado identificacional, entendendo que os significados atuam de forma simultânea. Assim, o termo discurso, aqui, é reacentuado, ao agregarmos a ele, elementos que constituem gêneros e estilos, de forma harmoniosa ou conflituosa, o que o faz sair do campo apenas da representação, uma vez que a contradição entre discursos pode incidir nas construções das identidades. Não é por acaso que o significado identificacional relaciona-se na obra de Foucault, ao eixo da ética, pois na constituição de sua identidade, o sujeito constitui-se como um sujeito moral de suas ações.

Uma vez que o significado identificacional está ligado às identidades, entendemos que as identidades também se constituem da identificação do outro, seja para afirma-lo ou negá-lo, constituindo também as relações sociais e o vínculo com o significado representacional e, conseqüentemente com o significado acional, pois essas relações interpessoais são firmadas por meio de ações, dessa forma os significados se interiorizam. A distinção entre os significados, no entanto, só é feita para fins de sistematização de análise.

Uma vez que discursos são inculcados em identidades, em termos de presunções em torno de disposições específicas dos atores, precisamos pensar também nas diferenças, pois para se firmar uma identidade é condição necessária, negar outra. Cabe, portanto, mapearmos as conexões entre discursos e as identidades a fim de chegarmos aos efeitos sociais de tais textos. Para chegar aos efeitos sociais, precisamos, no entanto, considerar os aspectos não-discursivos associados aos discursivos e para isso precisamos pensar em como os estilos são articulados no texto e quais são os traços que os caracterizam.

O processo de afastamento de Dilma Rousseff torna-se problemático, na medida em que ele emergiu do campo político e adquiriu caráter público na atuação da mídia em sua construção discursiva, cuja leitura do acontecimento, pelo próprio caráter da mídia, dá-se através das formas expressivas. Dessa forma, as encenações sociais que foram postas em ação nesse evento tão multifacetado, adquiriram determinadas conformações ou estilos, que foram inculcadas nas identidades dos agentes sociais.

Identificamos as entidades políticas centrais do processo, como Dilma Rousseff, figuras do Partido dos Trabalhadores, Lula, Michel Temer, e atores institucionais como Congresso Nacional, Poder Judiciário, agentes pertencentes ao subcampo da política e os do campo político mais amplo, no que se refere aos manifestantes.

A centralidade da análise será no significado identificacional, que tem a modalidade por categoria analítica, a qual se molda por estilos que, por sua vez constituem as identidades.

Essa categoria refere-se a como os autores dos textos podem se comprometer em termos de valor da verdade, por meio das modalidades epistêmicas, ou em termos de obrigações, através da modalidade deôntica. Portanto, essa categoria tem uma variedade de possíveis recursos linguísticos de que se pode dispor.

A análise é feita na consonância da Análise do Discurso Crítica com a Linguística Sistêmico Funcional. No que concerne ao discurso dos jornais, analisaremos como o *The Guardian* e a *Folha de S. Paulo* comprometem-se com a verdade e lançam sentidos de obrigatoriedade e/ou necessidade em ações a serem realizadas no campo político. A análise da modalidade evidencia tanto a identidade do produtor do texto, como dos participantes, uma vez que as asserções com as quais nos comprometemos, significa muito das identidades.

O que se produziu no campo midiático em termos de recursos expressivos inscreve-se como parte do evento específico do “*impeachment*” que se deu no campo político. Esse processo de intrusão tem suas consequências para os dois campos, de modo que, para analisarmos como se deu a construção das identidades particulares e sociais no evento em si, analisamos as estratégias discursivas que são uma dimensão da prática jornalística de modo a identificar determinados atores sociais. Tecemos também algumas reflexões acerca desses dois campos a partir de sua relação tensa, conceitos fundamentais para compreender as restrições do discurso imbricadas ao campo de atuação de onde parte, levando em conta que as tensões também se estabelecem entre instituições pertencentes ao mesmo campo midiático.

Em outro foco de observação, estaremos atentos a essas interseções que expõem as distinções dos dois campos, com seus espaços específicos, seus capitais e *habitus* específicos enquanto definidores das posições dos representantes e as relações de oposição que os colocam em conflito no “*impeachment*”.

É importante para a discussão atentarmos sobre os capitais simbólicos de que dispõem os participantes do evento, os quais também estabelecem relações sociais entre si e, por sua vez, precisam lançar mãos dos seus estoques de capital simbólico, e ter a chancela do campo midiático, passando pelas demandas específicas desse campo.

5.4.1 Modalidade

A modalidade, como já tratamos no capítulo três e no capítulo quatro, corresponde “ao grau de afinidade do enunciador com que enuncia” (HODGE; KRESS, 1988, p. 123) e, no estudo do significado identificacional, a modalidade “é uma categoria analisável por meio das marcas textuais explícitas ou implícitas que evidenciam as intenções de quem enuncia” (RESENDE; RAMALHO, 2006). Sua relevância na construção das identidades decorre do fato de que o comprometimento com os enunciados constitui-se uma parte significativa da identidade do enunciador, (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166).

Analisamos as asserções à luz dessa categoria, no nível da frase, considerando a “troca de conhecimento”, cujo foco recai sobre a troca de informações, induzindo e fornecendo informações, reivindicando, relatando fatos (FAIRCLOUGH, 2003), que se constitui como uma

sequência de dois ou mais movimentos em que a ocorrência do primeiro movimento leva a expectativa do segundo, como ocorre no jogo de perguntas e respostas. Esse movimento de perguntas e respostas, faz pensar que leitor e autor atuam em posição de igualdade, mas essa troca de conhecimento supostamente igualitária, no âmbito da análise discursiva pode ser atribuída a relações sociais.

5.4.2 Modos de identificar o “*impeachment*” na *Folha de S. Paulo*

Tendo feito a entender que estabelecemos identidades por meio das interações nas quais desenvolvemos papéis sociais, por meio do uso da língua para criar significados, é por meio da análise do texto “A farsa do golpe” (31/08/2016), que foi possível destacar alguns trechos nos quais fossem mais evidentes as marcas de modalidade.

Esse texto foi produzido quando já havia sido concluído o processo de afastamento da Presidenta Dilma, mediante uma tramitação institucional dada de forma controversa. As principais controvérsias deram-se quanto à legitimidade jurídica do processo no que se refere às acusações que foram imputadas a Dilma, e assim, instauradas uma porção de práticas sociais e atividades materiais realizadas com o aval de várias instituições que as legitimaram. Cabe ressaltar que o autor desse texto é um senador em exercício político, Aloysio Nunes Ferreira, que escreve artigo para a *Folha de S. Paulo*, ou seja, um dos atores envolvidos no processo de “*impeachment*”.

A partir do título que já desmente a designação de golpe ao processo de “*impeachment*”, vemos que a designação é um recurso utilizado como modo de capturar a atenção dos leitores. Percebemos que a mídia, através do processo de nomeação, imprime certas interpretações pelo simples ato da designação de determinados acontecimentos acerca do mundo, o qual pode incidir em atos eminentemente políticos (RAJAGOPALAN, 2003). O autor, ao referir o processo de “*impeachment*”, considera que a farsa é designar o “*impeachment*”, visto pelo autor como um processo legítimo, com a palavra “golpe”.

A imprensa tenta desconstruir os espaços de sentidos que legitimam esse significado, de modo a emitir julgamento de valores, como Fairclough (2003) garante que modalizadores epistêmicos dizem respeito às condições de verdade e à avaliação sobre o valor

de verdade, bem como sobre as condições de verdade da proposição. Estão relacionados, pois, à verdade do conteúdo dessa proposição como vemos abaixo:

- (1) É fato notório que o governo federal omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos—mais de R\$ 60 bilhões.
- (2) Uma ilegalidade desse tamanho não ocorreria sem o consentimento de uma autoridade superior: Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida.
- (3) Essas dívidas foram ocultadas dos olhos dos cidadãos e dos órgãos de controle previstos na Constituição para que o governo continuasse gastando além dos limites recomendados pela prudência.
- (4) Foram assinados por ela os decretos de suplementação orçamentária, editados em desconformidade com a meta de superávit fixada pela lei em vigor à época.

Todos os trechos contêm afirmações que mostram que o comprometimento do autor com o texto e seus enunciados realiza-se no sentido de relatar ações negativas realizadas por Dilma, sendo o trecho (1) com modalidade categórica, que se instaura pelo verbo “é”. Isso implica um efeito de universalização na perspectiva assumida pelo autor, tomada como verdadeira, sem apontar para outras perspectivas ou fazer entender que se trata de uma perspectiva particular. Levando em conta os tipos de processos, no mesmo trecho, o atributo “notório” mostra o alto comprometimento do autor com a verdade de Dilma Rousseff como único ator das ações, seja tomada sua identidade pessoal, seja sua identidade institucional “governo federal”. Ainda sobre esse trecho, estabelece-se a modalidade deôntica através do adjetivo obrigatório, no que concerne ao registro do valor monetário no Banco Central.

No trecho (2), o autor faz um julgamento sobre as probabilidades de Dilma ter tido conhecimento prévio do desembolso desse valor de sessenta bilhões, assumindo um alto comprometimento com essa informação. No trecho seguinte (3), a identificação de Dilma dá-se em termos de relações sociais, num sentido relacional a outros atores, em que ela estabelece relações com órgãos de controle e com os cidadãos, mas segundo o texto, essas relações se estabelecem de forma negativa, por meio da ocultação de informações importantes acerca do manuseio do dinheiro público, por parte de Dilma, o que pode levar a ideia de que não é a postura esperada de um chefe de Estado, nem a relação adequada entre governante e povo, e entre governante e os órgãos a que o governante deve prestar conta, uma vez que o texto

assevera que Dilma escondeu a verdade quanto ao desembolso do valor monetário de 60 bilhões.

Freixo e Rodrigues (2016, p. 10) asseveram que, durante o processo de “*impeachment*”, quando foram inquiridos os membros do “órgão de controle”, que se trata do Tribunal de Contas, este isentou Dilma de irregularidades, no entanto não foi aceito pelos senadores. Dessa forma foi-se evidenciando, especialmente para setores de classes sociais mais alinhados com o modelo político-econômico progressista, de que se tratava de um golpe de estado, ou golpe parlamentar, um golpe articulado por setores mais conservadores da sociedade brasileira e em consonância com um projeto de sociedade que vinha se constituindo hegemonicamente antes do projeto político-social implantado com a ascensão do PT ao governo federal.

No que diz respeito à asserção (4), sobre a meta fiscal, o texto mostra apenas uma perspectiva sobre o fato, de forma que milita em favor do “*impeachment*”. Trazemos aqui a opinião da defesa pelo advogado Eduardo Cardozo, que alegou no ato de defesa:

A meta fiscal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 4º, é anual. Anual. Os relatórios decretos foram baixados, Presidente Lewandowski, Presidente Renan, em julho e agosto. A meta teria que ser verificada no final do ano. É o que diz a lei. É textual. É clara descumprindo a meta.” Como se descumpre uma meta, se ela é anual? Em julho e agosto? Teria que ser descumprida em dezembro.³⁵

O que o autor do texto não esclarece no trecho 4 fica explícito na explanação da defesa de Dilma, ao esclarecer que só se pode avaliar o cumprimento da meta ao final do ano, que não poderia ter sido avaliada se o ano não havia sido concluído.

Houve motivações político-estratégicas que também foram determinantes para suas ações no que concerne ainda ao cumprimento das metas. Dilma deixou de repassar o dinheiro aos bancos, promovendo atrasos. A presidente fechou o ano cumprindo a meta, o que mostraria aos olhos dos investidores de outros países que o Brasil tem confiabilidade fiscal.

Os trechos (1), (2), (3) e (4) analisados, pertencentes ao primeiro parágrafo do texto, explicitam que o atraso caracteriza crime, mas o atraso em si não caracteriza crime. O que caracteriza o crime são empréstimos financeiros junto às instituições financeiras estatais, como

³⁵ Íntegra do discurso de José Eduardo Cardozo <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-integra-do-discurso-de-jose-eduardo-cardozo-na-sessao-do-”impeachment”/> acesso em: 12 de out de 2016

a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. A acusação alegou que Dilma contraiu empréstimo, enquanto a defesa diz que ela simplesmente atrasou o repasse. Nota-se que a questão é controversa, mas o autor do texto não considera essas diferentes perspectivas, de modo que podemos perceber que tais assertivas contemplam uma visão particular do mundo.

Vejamos:

(5) Assim, de caso pensado, Dilma cometeu crimes de responsabilidade, definidos na lei 1.079/50, dos quais decorreram gravíssimas consequências para o povo brasileiro.

(6) A presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe: eis o fundamento político, fragílimo, de sua defesa.

(7) Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso.

(8) Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes.

(9) Se, nas chamadas pedaladas fiscais, Dilma falseou as contas públicas, falseou também, em sua defesa no Senado, a história da natureza do processo em que figura como acusada.

Sabendo que afirmação significa troca de conhecimento, o trecho (5), ao firmar o conhecimento de que Dilma cometeu crimes de responsabilidade, não esclarece em que consiste ao certo esse tipo de crime. Lançou essa conclusão, posteriormente aos trechos (1), (2), (3) e (4), que são afirmações sobre algumas ações atribuídas a Dilma, mas não discutiu de forma mais conceitual os crimes de responsabilidade. No exemplo (9) o verbo “falseou” constitui-se enquanto avaliador implícito, trazendo uma conotação negativa a Dilma, como alguém desonesta tanto em suas ações governamentais, como no ato de defesa, pressupondo que, se ela falseou as contas públicas falseou também em sua defesa. A imagem de Dilma como mentirosa e desonesta vem se desenhando ao longo do texto, o que já vinha sendo construído nos trechos anteriores, como em (6) “Dilma preferiu apresentar-se como vítima de um golpe.”

As avaliações feitas pelo autor do texto, também Senador da República, em exercício, localiza-o politicamente, como alguém que se posiciona favoravelmente ao processo de “*impeachment*”, atuando ideologicamente a serviço de um projeto político-social e econômico, antagônico ao de Dilma. Ao relatar o que Dilma apresenta em defesa própria como um falseamento, o processo de identificação da presidenta é afetado pela relação social entre poder executivo e poder legislativo.

Por meio do excerto (5) acima percebemos que Aloysio, a partir de uma declaração categórica, afirma que Dilma cometeu crimes de responsabilidade e ainda adere à lógica da simplificação ao usar o sintagma nominal “de caso pensado”, atribuindo unicamente a Dilma a culpa, como se houvesse a intenção danosa por parte dela de praticar um crime, projetando suas próprias inclinações políticas privilegiando “o combate sobre o debate” priorizando o a culpa e o enfrentamento entre pessoas em detrimento do confronto de seus argumentos, como pensa Bourdieu (1997).

Ao promover essa perspectiva empobrecedora do debate público, ao tratar dos assuntos do campo político, a mídia tende, com efeito, a levar tudo para um terreno em que são peritos, interessando-se mais pelo jogo que pelos jogadores, que por aquilo que está em jogo, mais pelas questões de mera tática política que pela substância dos debates, mais pelo efeito político dos discursos na lógica do campo político que por seu conteúdo.

Nos trechos (7) e (8), ocorre a modalidade subjetiva, cujo grau de afinidade com a proposição é explicitada, através da base subjetiva através dos verbos “sabemos” e “trabalhamos”, deixando claro que a afinidade expressa com a asserção é do próprio autor.

A argumentação do trecho (7) de que, por não incorrer em força coercitiva, ruptura institucional, nem intervenção das forças armadas, não se constitui um golpe presta-se a questionar os argumentos utilizados na defesa de Dilma.

Tais argumentações tem sido recorrentes nas narrativas dos meios de comunicação, porém recorrendo a História do Brasil, podemos asseverar, segundo Freixo e Rodrigues (2016) que existe uma nova geração de golpes de estado na América Latina, a exemplos dos casos de Honduras, que se deu através do poder judiciário em 2009; e do Paraguai, através do parlamento em 2011, o que transfigura o fenômeno com uma aparência de legalidade institucional e de cumprimento dos trâmites democráticos. Os que se prendem ao modelo tradicional do que seria um golpe de estado, estão demonstrando de alguma forma interesse político ou conservadorismo teórico, pois deixam de contemplar a ordem internacional instaurada pós-Guerra Fria, cujo valor da democracia liberal, passou a ser uma das diretrizes que regia os acordos internacionais, a exemplo da “Cláusula Democrática” incorporada ao Tratado de Assunção de 1991, segundo Freixo e Rodrigues (2016) e assinada pelos membros do Mercosul, de modo a instaurar um ambiente de pacificação de forças e de uma defesa da

democracia liberal, de modo que um golpe de estado, nos termos clássicos, fosse inviabilizado e emergisse um outro tipo de golpe por meio da articulação do poder judiciário, de forças políticas conservadoras e de apoio midiático.

Vejamos os próximos trechos:

- (10) Esse processo destina-se a assegurar a soberania da lei e da Constituição. A atuação do Supremo Tribunal Federal, em todas as suas etapas, reforçou a obediência às normas legais.
- (11) O país vive um clima de paz e normalidade institucional.
- (12) Ninguém prega a violência como método para resolver a crise política. Todos os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço.
- (13) A imprensa livre, mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões.
- (14) O presidente Michel Temer, eleito diretamente com Dilma, exerce o papel atribuído a ele pela Constituição.
- (15) A agenda do “*impeachment*” ficou para trás, os partidos já estão empenhados na eleição municipal e se preparam para o pleito de 2018.

Nos trechos acima, o autor muda o tom de acusação e assume um discurso conciliatório, regido pela obediência a lei, de defesa institucional como imprensa (13), Supremo Tribunal Federal (10), sociedade civil (12), como cumpridora do seu papel. Ao assumir esse discurso, o autor contrapõe as ações dessas instituições, às ações de Dilma.

Quadro 7 - Quadro de afirmações

AFIRMAÇÕES SOBRE DILMA		AFIRMAÇÕES SOBRE OUTROS AGENTES SOCIAIS	
O governo federal	omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos—mais de R\$ 60 bilhões	Supremo Tribunal Federal	em todas as suas etapas, reforçou a obediência às normas legais.
Dilma	Uma ilegalidade desse tamanho não ocorreria sem o consentimento de uma autoridade superior: Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida.	Ninguém/Todos	Ninguém prega a violência como método para resolver a crise política/ os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço.
Dilma	Essas dívidas foram ocultadas dos olhos dos cidadãos e dos órgãos de controle previstos na Constituição para que o governo continuasse gastando além dos limites recomendados pela prudência.	A imprensa livre	mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões.
Dilma	foram assinados por ela os decretos de suplementação orçamentária	O presidente Michel Temer	eleito diretamente com Dilma, exerce o papel atribuído a ele pela Constituição.
Dilma	cometeu crimes de responsabilidade, definidos na lei 1.079/50, dos quais decorreram gravíssimas consequências para o povo brasileiro.	Os partidos	já estão empenhados na eleição municipal e se preparam para o pleito de 2018.
Dilma	preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe		
Dilma	falseou as contas públicas		
Dilma	falseou também, em sua defesa no Senado		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro comparativo acima explicita como se dá a identificação de Dilma Rousseff, comparativamente a outros atores sociais, atores institucionais a quem é delegada legitimidade, enquanto Dilma é traçada como infratora de leis, em seu papel social. O ator social que detém mais poder é o STF. A esfera social composta pelos cidadãos que se manifestaram não é identificada de forma a especificar quem são, qual sua origem social, se são realmente representantes da população brasileira, quais eram seus objetivos. Esse apagamento dos atores significa que, ou não interessa esses aspectos ou o conhecimento sobre sua real identificação poderia abrir dúvidas por parte do leitor, por outro lado, a forma como se manifestaram é destacada por meio dos advérbios, “pacificamente” e “sem embaraço”. Os outros participantes

Michel Temer e Imprensa estão investidos pela lei também, conforme o texto identifica. Quanto aos “partidos”, o texto atenta mais às atividades deles, do que propriamente identificá-los. Identificar suas ações direcionadas às eleições de 2018, significa, nesse caso, mostrar que o evento “*impeachment*” já foi superado, que não cabe mais na esfera pública. Vejamos os próximos trechos:

(16) Dilma se defendeu perante seu juiz natural, o Senado. Farsa não houve, pois a presidente afastada exerceu dignamente seu direito de defesa, e nós, senadores, a julgamos segundo nosso entendimento.

(17) Golpe? Sob supervisão do STF?

(18) Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei?

(19) Dilma sabe que ao STF compete, em última instância, a guarda da Constituição. Sabe também que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica. O Judiciário pode ser acionado não só para reparar, mas também para prevenir lesão de direito.

(20) Então, pergunto: sabendo de tudo isso, por que, em vez de recorrer à OEA (Organização dos Estados Americanos), Dilma não procurou as instituições nacionais, como O STF e o Ministério Público, para denunciar o suposto golpe em curso?

O autor no trecho (16) se identifica enquanto senador, ao se incluir na coletividade de Senadores e legitima sua identidade social ao firmar, que mediante o processo de “*impeachment*”, Dilma foi julgada perante o Senado, investido institucionalmente para exercer essa função. Em seguida, no trecho (17) o autor abandona as afirmações categóricas e assume a modalidade epistêmica por meio das interrogações, através das quais o autor deduz o envolvimento do leitor com a mesma verdade de que a prática de golpe mediante a atuação do STF é irrealizável. Em seguida no trecho (18), lança outra pergunta, extraindo o compromisso com a verdade de seu leitor, apresentando modalidade deôntica com o uso do verbo modalizador “poderia” demonstrando algumas ações empreendidas por Dilma que demonstram a regularidade institucional do evento e demonstrando total obediência às normas legais. O autor coloca a lei acima de quaisquer outras instâncias no sentido de demonstrar a consonância do processo de “*impeachment*” como uma prática legal, investida de legitimidade.

No trecho (19), o autor faz entender que Dilma, mesmo se defendendo, sabe que o processo pelo seu afastamento é legítimo, revelado isso, pelo processo mental atribuído a ela, “sabe”, alegando que ela sabe as funções dos órgãos STF e Ministério Público, em caso de descumprimento da lei e ainda assim não os procurou. Mais uma vez, o autor reforça a imagem negativa sobre Dilma, de modo a impugnar sua identidade política.

No trecho (20), o autor pela primeira vez se posiciona em primeira pessoa, “pergunto”, trazendo à tona uma maior subjetividade, do que quando usou o “nós”, no trecho (16), essa subjetivação mais proeminente amplia o nível de afinidade com suas asserções.

Percebemos ao longo dos trechos elencados que o autor se compromete em um nível alto em relação a sua reflexão de maneira a negar o “*impeachment*” compreendido enquanto golpe e ao deslegitimar a identidade política de Dilma, principalmente em termos de identificação com a verdade, havendo predominância de modalidade categórica. Vemos que, na produção dos sentidos em torno do processo de afastamento de Dilma Rousseff, o discurso foi moldado de forma inconsciente por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, conforme Fairclough (2001, p. 100).

Após a análise textual, traçamos alguns paralelos com o campo político e o campo midiático. Sob a consideração acerca da prática jornalística, sabemos que é fluida e difusa, de maneira que sua fluidez permite sua imersão em vários outros campos que apresentam relação de dependência com ele, na medida em que a prerrogativa que garante o poder simbólico da mídia é “deslocar interminavelmente as zonas de segredo através do transporte constante de informações” (RODRIGUES, 1997) para o espaço de visibilidade na esfera pública, o que o torna passagem obrigatória para outros campos, interessados nessa visibilidade pública.

Dessa forma, ao dar visibilidade para demais campos e, no caso particular ao campo político, os políticos servem-se da mídia para promover seus valores, suas práticas, suas atividades materiais e até mesmo, para atuarem enquanto jornalistas, de forma que esta última prática, de promoção, incide propriamente num efeito de intrusão do campo político no campo midiático, possibilitado pela fluidez desse campo que perpassa o caráter de profissionalização formal de seus profissionais. No Jornalismo praticado pela *Folha de S. Paulo*, percebemos a atuação de políticos, como Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves, Antônio Anastasia, que não têm o jornalismo por formação, mas são convocados à prática jornalística e, no momento

político em questão – o “*impeachment*” – no qual estão diretamente envolvidos, provavelmente os seus textos carregarão sua posição política, como vemos no texto “A farsa do golpe”.

A concepção de Rodrigues vem corroborar com o que foi exposto, (1997) que a publicidade promove efeitos de realidade de modo a desviar as percepções para determinados aspectos dessa realidade e deixar de contemplar outros. O texto “A farsa do golpe” desde o título até suas asserções afirmativas e interrogativas traz os argumentos da acusação de maneira que fecha-se para a diferença.

Quando o texto se refere aos eventos que ocorreram durante o mandato de Dilma e ao processo “*impeachment*” de modo a imputar culpa na presidenta, conforme nos mostram expressões como “de caso pensado, Dilma cometeu crimes de responsabilidade”, “a presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe”, percebemos as avaliações morais quanto a conduta moral, implicando-a juridicamente.

Assim, a mídia promove o fluxo constante de informações para a esfera pública, o poder político, por seu lado, é contrário à lógica da informação, o poder político funciona através dos segredos, de modo que esses dois campos, em suas interações, sofrem atrações e repulsões entre si: enquanto porta-voz dos políticos a mídia atrai o campo político, enquanto reveladora dos segredos de Estado, o campo político a repudia.

No caso do texto “A farsa do golpe”, a mídia serviu de seu porta-voz, pois, ao dar voz, em grande medida, aos políticos favoráveis ao “*impeachment*”, cremos que esse tipo de atividade social, já instaurada na *Folha de S. Paulo*, afeta a autonomia desse Jornal, pois o discurso dos media passa a ser capturado pelas ideias e concepções específicos do campo político, tornando-se uma poderosa arma de luta pelo poder. Bourdieu (1997 e 2005) também levanta a questão da autonomia midiática, a qual só é possível mediante a consideração sobre aspectos mais internos e externos, fazendo emergir a questão da dependência desse campo em relação ao campo econômico e político, que o torna refém da lógica comercial, de maneira que atinge os cidadãos e afeta os jornalistas.

Ao empreender seu discurso de maneira a sobrelevar o papel da crise econômica como a prerrogativa para o “*impeachment*”, dentre outras justificativas mais generalistas que encerram frases como “Dilma foi julgada pelo conjunto da obra”, esse tipo de consideração confronta a ordem jurídica na Democracia Liberal brasileira, na qual o Presidente da República

não pode ser afastado por essas razões, demonstrado a defesa de Dilma regida por José Eduardo Cardoso como veremos em seu discurso de defesa:

No Presidencialismo, é necessário que existam pressupostos jurídicos somados a uma avaliação política para que um presidente da República possa ser afastado. Por isso existe um processo. Se fosse um afastamento político, não seria necessário um processo, não seriam necessárias provas. Se fosse um julgamento pelo conjunto da obra, far-se-ia um debate para um afastamento presidencial. Por isso existe, repito, então, o processo do “*impeachment*”, para que se provem as acusações (CARDOZO, 2016).

Trazendo a discussão para a concepção de Bourdieu, como o campo político é constituído por subcampos; um bastante fechado, integrado pelos profissionais e os semiprofissionais da política e outro, em que estão integrados os profanos – o povo-eleitor. Esses dois subcampos não se misturam, suas atividades são muito específicas, esse funcionamento através da exclusão se presentifica nesse caso, de modo que cabe exclusivamente aos não-profissionais das democracias liberais o poder de afastar um determinado político “pelo conjunto da obra”, por impopularidades, ou pela questão econômica e isso ocorre justamente através do mecanismo de eleições periódicas.

Assim, segundo Mendonça (2017), “O poder dos media resulta da possibilidade que lhes cabe de dar visibilidade que o produz e com isso castigarem o agente alvo de suspeita antes dos tribunais.” Ou seja, isso reforça a teoria do “cão de guarda”. Bourdieu garante:

Algumas propriedades mais típicas da visão jornalística: como a tendência a identificar o novo com o que se chama “revelações” ou a propensão a privilegiar o aspecto mais diretamente visível do mundo social, isto é, os indivíduos, seus feitos e sobretudo seus malfeitos, em uma perspectiva que é com frequência a da denúncia e da acusação, em detrimento das estruturas e dos mecanismos invisíveis do mundo social (do campo jornalístico) que orientam as ações e os pensamentos e cujo conhecimento antes favorece a indulgência compreensiva que a condenação indignada; ou ainda a tendência a interessar-se mais pelas “conclusões” (supostas) que pela progressão pela qual se chega a elas.(BOURDIEU, 1997, p.133)

Thompson (2002) traz uma reflexão sobre como se fundamenta a autoridade do Estado de modo a promover a obediência dos cidadãos com determinadas posições, e faz referência que tal capacidade de instaurar sua autoridade, depende de sua capacidade de exercer outras formas de poder, relacionadas, mas distintas que ele nomeia poder coercitivo e poder simbólico, mas alega que o poder coercitivo só se usa em última instância por se tratar de uma estratégia arriscada. Nas democracias torna-se difícil também empreender a atuação de um

poder coercitivo por parte do Estado, dessa forma as ações autoritárias dão-se por meio de outros métodos, através do poder simbólico.

Retomando o que Fairclough diz sobre o discurso como modos simultâneos de agir, de representar e de ser, para proceder de modo didático, consideramos o significado identificacional para esta análise. Esse significado em particular, conjuga tanto questões da identidade pessoal como social, uma vez que a identificação é tanto uma questão de individualidade como de coletividade. Assim, prosseguimos a discussão sobre identificação de alguns atores implicados no processo de “*impeachment*” em textos.

Analisamos agora a questão da modalidade no editorial “O fim e o princípio, da *Folha de S. Paulo* publicado em 12 de maio de 2016, dia em que o Senado Federal autoriza a abertura do processo de “*impeachment*” propriamente dito, e determina o afastamento de Dilma por 180 dias.

Um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras, uma vez que diferentes disposições das propriedades do texto e do posicionamento social construído em torno e a partir dele podem resultar em interpretações unilaterais do mundo, em que pese os conhecimentos, as experiências e as crenças do leitor, que podem, por sua vez, incidir em visões unilaterais, transformadas em verdade.

A mídia tem papel determinante nesse processo de transfiguração, uma vez que é a mídia que define o espaço da publicidade, por estar sempre trabalhando nesse fluxo das zonas de segredos para a esfera pública (THOMPSON, 2002), convertido em espaço de poder ao conformar as atividades do campo político de modo a direcionar suas leituras específicas de mundo para seus leitores.

Damos um tratamento a fim de considerar as estratégias usadas nos dois textos da *Folha de S. Paulo*, reveladoras, a diferentes níveis, do posicionamento do jornal (editorial) e de seus jornalistas (artigo de opinião) e o posicionamento que a autoria (entidade/instituição/pessoal) pretende provocar no consumidor do texto.

Analisamos o significado identificacional por meio da categoria modalidade, a qual é vista em termos do que os autores consideram real, verdadeiro ou necessário (modalidade), com respeito ao que é bom ou ruim, desejável ou não (avaliação). O modo como as pessoas se

expressam nos textos é uma parte importante da maneira como elas se identificam e da maneira como as identidades são construídas e estruturadas (FAIRCLOUGH, 2003).

Através de uma análise do modo como as pessoas dizem as coisas, podemos compreender como se dá a construção de todas essas coisas: como se dá a identificação das pessoas no discurso, que papéis estão sendo postos em prática, que relações sociais são estabelecidas; de modo que pode conduzir a definição das posições dos jornalistas e/ou dos jornais em questão.

É importante lembrar, como requer Fairclough (2003) que a visão da modalidade vai além dos casos explícitos de modalização, de maneira que essa categoria não se constitui apenas por marcadores explícitos. Fairclough entende que afirmações também podem ser ou não subjetivamente marcadas, o que é uma questão de “modalidade”. Portanto analisaremos esta categoria situada nas frases declarativas e interrogativas, pois a base da modalidade consiste no envolvimento quanto a verdade entre a afirmação e a negação.

O título “O fim e o princípio” sugere contemplar dois aspectos: o fim do processo de *“impeachment”* e o princípio de um novo momento político-econômico pós-*“impeachment”*. Assim, verifica-se dois momentos na condução do texto: o mais extenso, que se propõe a falar de aspectos do governo Dilma e de seus colegas membros do Partido dos Trabalhadores, e o outro que concerne a projeção para um novo momento na condução da política brasileira, pós-*“impeachment”*, um momento de incertezas e hesitações. Parece significativa, a extensão dada a esses dois momentos do texto. O primeiro é o mais extenso e ocupa quase toda a extensão do texto e o segundo, que concerne às perspectivas para o novo momento político. Com isso, o texto adota um tom mais cuidadoso, restrito a cinco linhas. Essa desproporcionalidade é sintomática, pois remete ao nível de engajamento do seu jornal com seus proferimentos.

Nos excertos, o jornalista faz afirmações categóricas (declarações de fato) acerca do projeto político empreendido pelo Partido dos Trabalhadores e por Dilma. O jornal, nesse caso, guia a interpretação do leitor para compreensão direcionada a culpabilizar estritamente a Presidenta e seu partido, fechando-se para a diferença, por não mostrar outras perspectivas sobre o fato. O que encontramos nesse editorial foi uma relação que sobreleva o estilo de governo da Presidenta Dilma e não faz referências aos aspectos técnicos do *“impeachment”*.

Verifiquemos agora as proposições abaixo:

(21) Cercado de questionamentos técnicos, e sem incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do “*impeachment*” contou menos do que a situação econômica e política do país.

(22) Foi, ao que tudo indica, pessoalmente honesta e refratária ao toma lá, dá cá, mas navegou sem remorsos num mar de corrupção.

Encontramos no texto a modalidade epistêmica, sem marcas de subjetividade, o que significa um alto comprometimento com a verdade posta no enunciado.

Ao caracterizar o processo de “*impeachment*” como “cercado de questionamentos técnicos” e sem “incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff”, o Jornal traz uma contradição ao processo, pois geralmente um processo de “*impeachment*” tem relação com práticas de corrupção, mas esse, trata-se de um processo de “*impeachment*” muito particular, cuja motivação pauta-se pela “situação econômica e política do país”. O trecho “contou menos do que a situação econômica e política do país”, realiza-se através de modalidade epistêmica, deixando transparecer o discurso neoliberal, em que a economia prepondera diante de outros valores que o Estado deve cumprir para com seus cidadãos, deixando-se transparecer a “luta pela hegemonia de ideias neoliberais *versus* desenvolvimentistas” (SOUZA, 2016). Assim, reafirmamos que a divergência entre duas formas de organização político-econômicas do capitalismo – o desenvolvimentismo e o neoliberalismo econômico – é o que de fato fomentou todo o processo da crise que acarretou no “*impeachment*” da presidenta brasileira.

Considerando as asserções de um modo geral imbricando-as com a situação contextual em que se deu o “*impeachment*”, vemos que o processo de destituição de um presidente é um tipo de processo que carece de legitimidade jurídica para ser levado a cabo, a que o Jornal desconsidera, em função de problemas econômicos e políticos, o que demonstra que o jornal compactua com o “*impeachment*” da Presidenta. Sabemos também que a situação referente ao “*impeachment*” de Dilma é bem particular, porque essas justificativas jurídicas, que teriam prerrogativa, serviram apenas de instrumento para abrir o processo, o que deixa entrever, nesse sentido, é que o jornalista está assumindo que não há elementos técnicos que justifiquem o “*impeachment*”, mas uma situação econômica e política.

Com referência a isso, abrindo-se para outras perspectivas, que não só as restritas pelo texto, entendemos que crises econômicas são geradas por uma quantidade significativas de fatores, de circunstâncias causais, internas e externas ao país, no entanto, somos levados a pensar que os causadores da crise são atores sociais específicos. Ao apresentar o processo de “*impeachment*” dessa forma, como baseado na situação econômica e política do País, o autor desconsidera os fatores jurídicos, desconsidera a diferença, e posiciona-se em termos do que considera desejável em termos dos grupos que conduzem a política do País, ele pleiteia outros.

No trecho (22), há asserção com modalidade categórica, a qual é a marcada pelo trecho “foi, ao que tudo indica”, de forma que “foi” e “tudo” reforçam a ideia da honestidade pessoal de Dilma, mas essa honestidade, contraposta a uma ideia que é lançada no texto de forma bastante abstrata, “navegou sem remorsos num mar de corrupção” que confere uma avaliação negativa sobre Dilma e suas atividades políticas, servindo para deslegitimar sua identidade de política.

Quando se diz, por exemplo, “Foi, ao que tudo indica, pessoalmente honesta e refratária ao toma lá dá cá, mas navegou sem remorsos num oceano de corrupção.” Pode-se considerar que essa asserção tem juízo de valor, mas somente para esse tipo específico de discurso. Outras expressões que figuram neste tipo de período, tais como “se afundou”, “próprio fracasso”, têm significados complexos e possuem juízo de valor. Por exemplo, se consideramos a presidenta honesta, ela não seria uma pessoa capaz de compactuar com atos corruptos; mas nesse caso “navegar sem remorsos num mar de corrupção aponta para o contrário, para um julgamento.

Vejamos:

(23) O governo Dilma Rousseff (PT) começa, a partir desta quinta-feira (12), a fazer parte do passado.

(24) Com a presidente, afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso.

(25) A presente derrocada não atinge apenas a figura da presidente; abate-se sobre todo o conglomerado petista.

(26) Suas raízes vêm de longe.

(27) Após um período de bonança, o partido reagiu com velhos vícios à conjuntura desfavorável iniciada com a crise de 2008.

(28) O petismo abandonava de vez sua resistência ética, mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática.

(29) O retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff. É também o de Lula, é o do PT, é o de tantos que, desde o mensalão, adiaram seu encontro com a verdade.

Os trechos (23), (24) e (25) que contém expressões como “fazer parte do passado”, “afasta-se do proscênio”, “se afundou no próprio fracasso”, “a presente derrocada”, “abate-se” carregam a ideia de que com o “*impeachment*” de Dilma, o sistema político implantado pelo PT também será expurgado da política brasileira. Essas declarações constroem representações problemáticas sobre a política do PT, sendo que algumas são extremamente abstratas, muito distante de eventos concretos.

Os termos marcados reforçam também a ideia negativa sobre Dilma e seu Partido, tomados ora, separadamente, ora coletivamente, como um bloco homogêneo no trecho (29), caracterizado por modalidade categórica. Essa homogeneização realizada também em “conglomerado petista”, refere-se a um modo de governar tomado como negativo, danoso, também designado no texto como “petismo”. As três asserções também são todas colocadas no presente, o que atualiza os fatos para o momento presente. Constitui-se em um recurso bastante usado pelo Jornalismo para “aproximar o leitor dos fatos”, muito presente nos manuais de técnica jornalística (os quais acabam restringindo as formas expressivas da mídia). No entanto as ações realizadas em (24), (27) e (28), dão-se no passado: “afundou-se”, “reagiu” e “abandonava”, que demonstram a ideia de perda, queda, fazendo entender que o fim do governo do PT deu-se por razões internas, causadas pelo próprio partido.

O trecho (26), apresenta-se bastante abstrato. Suscita a origem dos possíveis problemas ocorridos no governo do PT, mas não esclarece quais são. Esse estilo de governo atribuído ao PT, que o jornal tenta apresentar, é configurado textualmente, de forma muito abstrata, não o caracteriza propriamente, apenas relata o quanto ele é nocivo a sociedade, de modo a fazer entender que o jornal conjuga-se com outros sistemas de valores.

Ao ler as afirmações, é necessário refletir sobre a representação que o campo dos *media* tem e dá de si próprio. Dessa maneira, podemos concordar com Rodrigues (1999) que “cada vez mais a realidade se confunde com aquilo que é mediatizado pelo campo dos *media*.” Tal ideia justifica-se em parte porque há uma ideologia profissional do jornalismo segundo a

qual os jornalistas proporcionam verdade, informação, crítica, subversão. Ora, essa autoimagem é contraditada pela análise e a observação; não é uma imagem fundada. Os jornalistas não são os mais bem situados para dar acesso ao espaço político. Pelo contrário, eles contribuem bastante fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à *doxa* do campo político (BOURDIEU, 1999).

Essa mesma ideologia pode ser compreendida enquanto o *habitus* que constitui as propensões que permite aos jornalistas agir dentro de uma estrutura social determinada com vistas a manutenção de sua dinâmica organizacional. Segundo Bourdieu (2005, p. 91) *habitus* é o sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

Vejamos os próximos trechos:

(30) O modelo que Dilma representou com singular inabilidade provou-se contraditório: regressivo e cínico, enquanto se fazia de progressista e imaculado; imobilista e acomodatório, enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios.

O trecho (30) com modalidade epistêmica realiza-se especialmente pela quantidade significativa de atributos negativos através dos quais o autor caracteriza o modelo de governo de Dilma, o que confere uma alta afinidade do autor com suas asserções.

Dilma Rousseff vincula-se a um modelo político-econômico pautado no projeto político do Partido dos Trabalhadores e mais amplamente, num modelo de política progressista que contempla preocupação com reformas sociais. Tal modelo, com os adjetivos que também são elementos a considerar na categoria modalidade como vemos: “contraditório”, “regressivo”, “cínico”, “progressista”, “imobilista”, “acomodatório”. Através do uso de tais adjetivos, vemos que a preocupação que ascende ao Jornal em seu editorial presta-se para corroborar com um projeto de Brasil, não voltado para questões sociais, mas para questões de interesse econômico ao atacar o modelo progressista do qual Dilma é representante.

A leitura dos exemplos acima permite identificar a defesa de um discurso contrário ao modelo progressista desenvolvimentista, de modo que o discurso neoliberal está subjacente, fazendo o texto a fechar-se para a diferença, ao não mostrar o lado positivo do modelo político econômico do qual Dilma é representante, ao mesmo tempo que oculta as atividades predatórias

do Neoliberalismo para com os cidadãos, em face da crítica exacerbada ao modelo político-econômico desenvolvimentista, adotado pela presidenta.

Fairclough (2001, p. 200) garante que a modalidade implica mais do que o comprometimento do falante (escritor ou entidade) com seu enunciado. Os produtores indicam comprometimento com as proposições no curso das interações com outras pessoas, e a afinidade que expressam com as proposições é frequentemente difícil de separar de seu sentido de afinidade ou solidariedade com os interagentes, representando avaliações dos participantes inseridos em seu contexto imediato. Assim, podemos perceber que o produtor do texto ao apresentar baixo grau de afinidade e pouca solidariedade com Dilma Rousseff, bem como com seu partido político, o PT, está mostrando falta de afinidade com esses atores políticos. Tais atores sociais são nivelados num único “pacote” os integrantes do PT que foram implicados no escândalo do Mensalão, com Dilma Rousseff e Lula.

É interessante observar que os participantes registram sua opinião assertiva ao se comprometer com seus enunciados por meio da modalidade epistêmica, a qual confere troca de conhecimento, sem, portanto, utilizar modalizações. No caso da mídia, especificamente, esse processo se acentua porque a mídia é responsável por realizar esse fluxo contínuo de informações para a esfera pública, portanto o seu caráter vicário confere-lhe segurança do que diz e evidencia-se que as situações não são modalizadas. O que ocorre são declarações positivas (por exemplo, "o retrato é também o de Lula") ou negativas ("O retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff"), com verbos de ligação, o que assevera a modalidade epistêmica na maior parte do texto.

Tal asseveramento através da modalidade epistêmica é sintomático na construção discursiva de identidades, porque "o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é - então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades" (Fairclough, 2003).

O processo de identificação sempre é afetado pelo processo de relação social, o que implica que escolhas de modalidade são significativas não só na identificação mas também na ação e na representação, em um exemplo claro da dialética entre os três aspectos do significado. Nesse sentido, Fairclough (2001) sugere uma relação entre modalidade e hegemonia: o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por

modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas. Vejamos os próximos exemplos:

- (31) A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros.
- (32) Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar.
- (33) Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado.
- (34) Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas desconhecidas, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia.

Nos trechos acima, todas as asserções são epistêmicas e o discurso assume uma configuração de invalidar todas as ações políticas de Dilma, como se elas se dessem apenas no plano aparente em (32), (33) e (34) especialmente.

O trecho (31) identifica Dilma como uma personalidade política incapaz de exercer o cargo de Chefe de Estado, pelo atributo “complexo insustentável de erros”.

Percebemos no trecho (34) que há declarações com juízos de valor, encontradas em alguns sintagmas “Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas desconhecidas, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia”. Quando se remete ao sintagma nominal “ares de competência”, remete-se facilmente à frase “Ela é incompetente”, que tem um juízo de valor. Tais declarações evidenciam um posicionamento do Jornal, que considera indesejáveis tais comportamentos e características em um chefe de estado, pois uma vez dada importância a esses traços com uma carga bastante negativa, imprime-se a vinculação a outros valores atrelados à política brasileira.

Ao verificar o sintagma nominal “singular inabilidade”, na frase: “O modelo que Dilma representou com singular inabilidade, provou-se contraditório”, chegamos facilmente à frase: ela é inábil. É importante notar que as avaliações se deixam entrever por meio de adjetivos, contudo há formas menos explícitas, como através dos sintagmas nominais, como verificado no texto “O fim e o princípio”.

Vejamos os últimos excertos:

- (35) Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB).

- (36) (...) a conjuntura favorece, ironicamente, um clima de expectativas que, em outras circunstâncias, o peemedebista teria dificuldades em inspirar.
- (37) Michel Temer chegará ao cargo sem respaldo popular.
- (38) Dispõe de expressiva maioria no Congresso, mas esta se marca por notórias tendências ao fisiologismo.
- (39) É logo nestes primeiros meses que se abre a oportunidade para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade.
- (40) (...) e esse tempo nunca pareceu tão curto.

O trecho (35) apresenta Michel Temer como mero receptáculo das ações erradas cometidas por Dilma, como vemos, no atributo “preocupante quadro de terra arrasada”, colocado de forma muito abstrata, de modo a não favorecer para o leitor uma melhor compreensão da conjuntura da crise política instaurada. O discurso configura uma marca de hesitação ao dizer que ele “teria” dificuldade em inspirar expectativa, mas que está sendo beneficiário de uma conjuntura, o que também não confere confiança política a ele, mas também não impugna sua identidade política, apenas demonstra certa hesitação, se ele será capaz de lidar com as adversidades em seu governo.

No trecho (36), apesar de Michel Temer ser investido da capacidade de assumir o cargo, no texto, não aparecem atributos que o caracterizem ou caracterizam suas atividades, apenas de “PMDBista”.

Em (37) e (38), apresenta-se alguns pontos desfavoráveis quanto ao exercício de governo de Michel Temer, “sem respaldo popular” e, por seus aliados políticos terem “notórias tendências ao fisiologismo”.

No trecho (39) e (40), o texto assume um caráter de modalidade deôntica, que são ligadas a um juízo de valor. Isso quer dizer, de um modo geral, que agir de modo a empreender mudanças políticas no Brasil, bem como o estilo de governar e a aplicação de novas medidas na área econômica e de reforma, é algo desejável, é uma boa coisa a ser feita. Ao fazer projeções para o futuro político do país, em (39), com modalidade deôntica, através do advérbio “logo” e do trecho “que se abre a oportunidade para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade” o autor instaurou o poder de fazer declarações em nome dos agentes sociais, o que constitui a distribuição social de forma desigual, o que é algo importante para a identificação.

Em (39), especialmente, o texto, ao estabelecer os sentidos, em termos de necessidade de empreender mudanças, essas ações têm Michel Temer como ator (apesar de ele não ser mencionado diretamente). Assim, é possível identificar que as ações serão empreendidas por ele.

Podemos concluir que predominou no texto modalidade epistêmica com declarações com julgamento de valor. O julgamento é o campo de significados, através do qual construímos nossas posições em relação ao comportamento humano – aprovação/condenação do comportamento humano, com referências à aceitabilidade e às normas sociais; avaliações do caráter de alguém, ou do quanto essa pessoa se aproxima das expectativas e exigências sociais (WHITE, 2004). Tendo isso em vista, as tomadas de posição de Dilma, a postura política de seu partido são reprovadas, atribuindo a elas forte carga negativa, de modo que as identidades de Dilma, Lula e PT são condenadas quanto ao que o Jornal considera aceitável ao comportamento político.

Rajagopalan (2003, p. 82) sustenta que a influência da mídia na opinião pública, favorável ou contrária a personalidades e acontecimentos constitui-se como um ato eminentemente político. Logo, a opção de referir Dilma, Lula e os membros de seu partido, através dos sintagmas nominais acima, já constitui um ato político, um posicionamento ante o evento, dentro de lutas hegemônicas a que se filia o discurso de poder.

Quanto às afirmações com modalidade deôntica, vemos que elas aparecem em menor quantidade no texto.

Depois de termos analisado diversas passagens do texto, apresentamos um quadro sintético a fim de sistematizar mais um conjunto de trechos anteriormente analisados:

Quadro 8 - Declarações categóricas com modalidade epistêmica

Sistema político	afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo
Sistema político	se afundou no próprio fracasso.
O partido	reagiu com velhos vícios à conjuntura desfavorável iniciada com a crise de 2008.
O petismo	ao mesmo tempo em que recorria a mofados preconceitos doutrinários
O petismo	abandonava de vez sua resistência ética
A passagem de Dilma	pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros.
Dilma	Aliou-se ao fisiologismo
Dilma	Apostou no populismo
Dilma	Adotou ares de competência
Dilma	seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia.
O modelo	que Dilma representou com singular inabilidade
O modelo	provou-se contraditório: regressivo e cínico
O modelo	enquanto se fazia de progressista e imaculado
O modelo	(provou-se) imobilista e acomodatório
O modelo	enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios.
(Dilma, PT)	Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB)
Dilma, Lula, PT	Adiaram seu encontro com a verdade.
-----	Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB) (...)
Michel Temer	chegará ao cargo sem respaldo popular
Michel Temer	Dispõe de expressiva maioria no Congresso, mas esta se marca por notórias tendências ao fisiologismo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 9 - Modalidade deôntica

É logo nestes primeiros meses que se abre a oportunidade para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade.
(...) e esse tempo nunca pareceu tão curto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4.2.1 Personagens do novo capitalismo: Dilma, a desastrada

Dentro do quadro analítico fornecido por Fairclough (2003), o autor sugere além da análise linguística, possíveis temas para pesquisa social, portanto podemos pensar acerca do

que foi apontado pelo texto analisado, em como foi construída discursivamente a imagem da política Dilma Rousseff enquanto personagem do novo capitalismo.

O que é possível concluir dessa personagem, mediante o quadro de declarações categóricas com modalidade epistêmica que vimos acima, é que, apesar de se tratarem de entidades políticas diferentes, Dilma, seu partido PT, Lula e representantes do PT envolvidos no escândalo do Mensalão, são transformados num único corpo político, estabelecendo uma ideia de unidade, que consiste na formação da relação entre indivíduos como iguais, sem identificar seus diferentes posicionamentos; e objetiva uma identidade coletiva, em que é eliminada a diferença, desconsiderando as dissidências e diferentes disposições dos políticos que possa separá-los. Ao contrário, há uma homogeneização. Um exemplo claro dessas distinções que são apagadas pelo texto é a clara diferenciação que existe entre Lula e Dilma em termos de conduzir as ações políticas.

Ao se referir a esses atores políticos, o texto deu relevância a muitas ações realizadas por estes, de modo que o texto os toma como os diretos responsáveis pela crise política brasileira. Esses atores foram relacionados a uma série de ações “desastradas”, que demonstram falta de competência e os torna os únicos responsáveis pela corrupção no Brasil, o que revela o alto comprometimento da autoria jornalística com esses dizeres.

Por outro lado, ao se referir a Michel Temer, as asserções saem da modalidade epistêmica e adquirem traços de modalidade deôntica, cujo foco das afirmações não recai sobre Michel como o ator das ações, mas como receptáculo das ações de outrem (Dilma, Lula, PT). As afirmações se dão mais voltadas para o sentido de sobrelevar as obrigadoriedades e necessidades do momento político pós-“*impeachment*”.

A autoria do jornal passa a não asseverar categoricamente as ações pertinentes a Michel Temer. Assim, considerando os processos materiais do sistema de transitividade de Halliday, Michel Temer figura apenas como beneficiário “aquele para quem ou por quem o processo acontece”. Ao ver o trecho: “Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB)” vemos Michel como recebedor de um legado político, de uma crise econômica cujos autores foram o conjunto social constituído exclusivamente por Dilma e seus parceiros partidários do PT, segundo o texto.

Esse ponto de vista fortemente asseverado pelo Jornal nos mostra uma visão que tenta universalizar uma representação particular de Brasil, quando sob o governo do PT, em que o fenômeno da corrupção, dentro do macrocosmo social brasileiro, é atribuído a determinados políticos e partidos específicos, como se isso fosse a única e verdadeira questão fundamental acerca do tema da corrupção e não uma variável estrutural da nossa política. O que se percebe é que não se menciona uma reforma política que torne transparente a relação entre os donos do dinheiro e a política. A “fulanização” é a prova mais cabal de um debate público sistematicamente distorcido pela grande mídia (SOUZA, 2016, p. 50).

Nesse entendimento, os sentidos veiculados pela grande mídia têm caráter ideológico, na medida em que tendem a reforçar conhecimentos, crenças e valores que podem ter contribuído, de alguma forma, não só para a construção de uma identidade negativa para Dilma e seu partido, mas também para a legitimação do “*impeachment*”.

Dessa forma, a prática particular da mídia nesse contexto, mostra que o discurso jornalístico não situa a crise brasileira dentro da recente reacomodação do capitalismo, em decorrência da crise política iniciada em 2008 e seu impacto nas relações sociais, antes os toma como fatos isolados, desagregados, sem considerar a volta do conservadorismo político em face dos governos progressistas e o projeto de sociedade que eles representam, restringindo o debate à “fulanização da corrupção”, de modo a “manipular o discurso da corrupção, tornando invisível seu núcleo real e institucional, concentrando-se apenas em pessoas sempre da esquerda ou da base de apoio da esquerda” (SOUZA, 2016).

5.4.3 Modos de identificar o “*impeachment*” no *The Guardian*

Mediante a leitura prévia dos textos do *The Guardian*, foi possível destacar alguns trechos em que ficassem mais notórias as marcas de modalidades ou do uso de expressões categóricas, de maneira a revelar acerca da identidade do Jornal e como o Jornal constrói as identidades dos atores sociais, atentando também para os aspectos relacionais do significado, uma vez que devemos considerar a dialética dos significados. Ao considerar esses atores, estaremos considerando também suas relações sociais. O primeiro trecho do texto “*A tragedy and a scandal*” trata das identidades de Lula e PT.

(41) Lula and his Workers party, or PT, brought new ideas, new energy and a new style into a Brazilian politics disfigured by corruption, patronage, and persistent procrastination in the face of the pressing issues before the nation.³⁶

(42) The PT was a real party, with a mass base across the country, a coherent ideology, an apparently strong moral sense – characteristics that other political formations largely lacked.

(43) Lula's social policies brought him and the PT immense popularity, re-election for a second term, and helped his successor, Dilma_Rousseff, to convincing victories in 2010 and 2014.³⁷

(44) The result can be an executive that has lost half its room for manoeuvre before it has even begun to attempt to rule... Lula was a master at managing these contradictions. President Rousseff, ineffective and inconsistent, lacked his skills.³⁸

No início do trecho (41), o autor declara através da modalidade epistêmica com afirmação categórica, o que Lula introduziu na política brasileira, que o autor avalia como positivo. No trecho (42), a partir do verbo no passado “*was*” (foi) o autor mantém sua asserção categórica ao enumerar as características positivas do PT em sua forma de conduzir a política brasileira.

O trecho também apresenta presunções valorativas, que dizem respeito a uma avaliação implícita, sem marcação de modalidade explícita, ao dizer que Lula introduziu um novo estilo de governo, a partir de três realizações do adjetivo “*new*”, que significa um elemento avaliador implícito, trazendo uma conotação positiva às ações empreendidas por Lula. Como sabemos, as ações constituem boa parte do que as pessoas são. Isso mostra que o autor avalia a identidade política de Lula positivamente. Essa avaliação positiva de sua atuação política só é reforçada, ao ser contraposta à identidade política do Brasil, expondo algumas práticas historicamente mantidas na política brasileira, como “*corruption*”, “*patronalism*” e “*procastination*”.

³⁶ Lula e seu Partido dos Trabalhadores, ou PT, trouxe novas ideias, novas energias e um novo estilo em uma política brasileira desfiguradas pela corrupção, clientelismo, e persistente procrastinação em face das questões urgentes da nação.

³⁷ As políticas sociais de Lula trouxeram a ele e ao PT imensa popularidade, a reeleição para um segundo mandato, e ajudou sua sucessora, Dilma Rousseff, a vitórias convincentes em 2010 e 2014.

³⁸ O resultado pode ser um poder executivo que perdeu metade da sua margem de manobra antes mesmo de começar a tentar governar. Lula era um mestre em gestão destas contradições. Presidenta Rousseff, ineficaz e inconsistente, faltava a habilidade dele.

A partir dessa asserção, fica evidente que o autor não considera que a crise política brasileira advém de práticas políticas do PT, ou de um governo particular como de Lula e Dilma e sim de um conjunto de práticas políticas arraigadas na política brasileira. Nesse caso, podemos inferir que a crítica dirige-se aos hábitos conservadores da política brasileira, o que coloca a visão do jornalista ao lado de visões políticas mais progressistas.

Em (43), há afirmação categórica de modalidade deôntica, com processo material, em que Dilma aparece em segundo plano, como beneficiária de todo o empreendimento político de Lula conseguido no Brasil, ou seja, os dois atores conjugam-se numa relação harmoniosa, mas Dilma tendo uma posição política inferior a Lula, ou, em outras palavras, tendo um capital simbólico político inferior ao dele.

No trecho (44), o texto abandona a modalidade epistêmica, e adota uma modalidade deôntica. O texto continua gradativamente diminuindo sua certeza em suas asserções e modalizando mais seu discurso, ao usar o verbo modal “*can*” com modalidade epistêmica, quanto a suas previsões de verdade, de modo a presumir a dificuldade de Dilma no governo. Mas retoma sua afirmação categórica ao considerar Lula um mestre em gestão com o verbo “*was*” (foi), fazendo entender que Lula está fora da gestão política. O adjetivo “*a master at managing*” traz marcas de avaliação positiva para Lula, mas não define Dilma muito positivamente, nem categoricamente, mas através de negações, comparativamente a Lula através de “*lacked his skills*” (faltava a habilidade dele).

Segundo a ADC, para firmar uma identidade é preciso negar outras, é o que acontece no texto, ao remeter aos atores sociais, Lula e Dilma, vemos que eles são identificados pela diferença, a identidade de Dilma existe através da negação, dos atributos que ela não possui e de que Lula dispõe com facilidade. A identidade política de Dilma é impugnada pelo *The Guardian*, por suas inabilidades de lidar com as contradições de uma política de coalizão, às quais Lula geria muito bem, segundo o texto.

Trazendo a discussão para a questão do capital simbólico, vemos que o acesso de Dilma ao campo midiático dá-se, na forma como é identificada, mas é possível notar que ela tem baixo capital simbólico no campo da política, o que diminui a capacidade de legitimação de sua identidade. Vejamos o próximo trecho:

(45) Since then the story has grown darker and darker until it reached a dismal low point on Sunday when the lower house of Congress voted to impeach her. And it could get worse, because the “*impeachment*”, far from helping to resolve Brazil’s political and social polarisation, has already exacerbated both.³⁹

No trecho (45), as certezas começam a diminuir quando o autor lança a transformação no quadro contextual da política brasileira, que foi aos poucos abatendo essa trajetória positiva em torno de Lula e PT, reforçadas pelos termos “*since then*” (desde então) e “*until it*” (até que), sinalizando uma circunstância de passagem de um contexto político a outro, que, juntamente com o adjetivo “*darker and darker* (mais e mais escura), oscilando seu comprometimento avaliativo. Demonstram que o autor vai renunciando a suas certezas devido a um contexto nebuloso, controverso que foi se formando na política brasileira ao longo do tempo, até culminar com o dia da votação que o autor adjetiva como “*dismal point*” (lúgubre), adjetivo que passa uma ideia de negatividade, o que mostra uma visão negativa do Jornal em torno do evento da votação da Câmara e remete diretamente ao comportamento dos Deputados durante a votação.

Pela segunda vez o autor usa um verbo de modalização “*could*” que demonstra possibilidade e, junto com o adjetivo “*worse*”, reforçam a visão negativa desse evento e ao mesmo tempo, o texto retoma a asserção categórica ao dizer que o “*impeachment*” está longe de resolver a situação do Brasil através do termo “*far from*” (longe de), mostram que o autor e, mais especificamente, o Jornal não concorda que o “*impeachment*” seja a melhor solução, relevando o posicionamento do Jornal. Vejamos os próximos excertos:

(46) How did things go so wrong?⁴⁰

(47) The answer is variously to be found in global economic change, the personality of the president, the PT’s embrace of a corrupt system of party finance, the scandal that exploded as that system was exposed, and the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature. The economy went into decline as prices for the commodities that are Brazil’s main exports fell sharply. Growth slowed, then halted, then reversed; employment faltered; prices rose and the social provisions that Lula had introduced became harder to finance.⁴¹

³⁹ Desde então, a história se tornou mais e mais escura, até que chegou a um lúgubre nível no domingo, quando a Câmara dos Deputados votou pelo “*impeachment*” dela. E poderia ficar pior, porque o “*impeachment*” está longe de ajudar a resolver a polarização política e social do Brasil, ambas já exacerbadas.

⁴⁰ Como é que as coisas vão tão erradas?

⁴¹ A resposta é encontrada na mudança econômica global, a personalidade da presidente, o abraço do PT a um sistema corrupto de finanças, o escândalo que explodiu quando esse sistema foi exposto, e a relação

O trecho (46) é marcado por uma interrogação. Sabendo que as interrogações nos textos têm valor retórico, uma vez que as perguntas devem ser respondidas para o leitor e comprometem o leitor nessa interação, deduz-se o envolvimento com o fato considerado. Podemos concluir que o envolvimento do Jornal com suas asserções é significado a partir da forma como ele inclui as funções do discurso, de modo que a modalidade em se tratando de perguntas conta com o assentimento por parte do leitor.

No trecho (47), a modalidade epistêmica é entendida como um julgamento do falante quanto às probabilidades das asserções ao apresentar as justificativas para tão grave situação política no Brasil. Com isso, essa interrogação traz marcas de avaliação, uma vez que, ao considerar uma série de problemas na política brasileira, através do termo “*so*” (tão) e “*wrong*” (errado), os quais reforçam a carga negativa atribuída à conjuntura política brasileira, repleta de variáveis sócio-políticas.

Para sanar suas dúvidas, o autor lança várias possibilidades de resposta para a questão política brasileira, como suas hipóteses são repletas de incerteza, o autor lança mão de mais uma modalidade epistêmica (47) por meio do advérbio “*variously*” (variavelmente), pois sua certeza de verdade é baixa, assim conjuga vários problemas de natureza administrativa, de relações interpessoais dentro do subcampo política, de economia, ao longo de várias afirmações, que são, na verdade, previsões. Vejamos:

(48) But the paradoxical outcome is the opposite. The president herself has not been implicated in the Petrobras scandal. The grounds for her “*impeachment*” are that she manipulated state funds ahead of the last election – not much more than a misdemeanour by Brazilian standards. But almost all those involved in impeaching her are suspected of corruption, including Eduardo Cunha, the speaker of the lower house.⁴²

disfuncional do executivo e legislativo brasileiro. A economia entrou em declínio quando os preços para as mercadorias que constituem as principais exportações do Brasil caíram acentuadamente. O crescimento retardado, depois parou, em seguida, inverteu-se; o sistema de emprego vacilou; os preços subiram e as disposições sociais que Lula tinha introduzido tornou-se mais difícil de financiar. O PT, uma vez o partido menos corrupto do país, escolheu resolver os seus problemas financeiros por meio de imersão em uma calha de dinheiro desviado da Petrobras, a empresa nacional de petróleo. Seus aliados da coalizão e outras partes, juntaram-se.

⁴² Mas o resultado é paradoxal o oposto. A presidente não foi citada no escândalo da Petrobras. Os motivos para o seu “*impeachment*” são de que ela manipulou os fundos estatais antes da última eleição - não muito mais do que uma contravenção para os padrões brasileiros. Mas quase todos os envolvidos no “*impeachment*” dela são suspeitos de corrupção, incluindo Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados.

O trecho (48) inicia-se com a afirmação categórica realizada por meio do verbo ser “is” (é), seguida de outra afirmação categórica, de que Dilma não foi implicada no escândalo da Petrobrás e de que os motivos para o pedido de “*impeachment*” devem-se ao fato dela ter manipulados contas públicas, e o termo atenuante “*not much more than*” em que o autor pondera que essa acusação não significa muito para os padrões brasileiros. Essa atenuação tem por objetivo justificar as possíveis ações irregulares de Dilma mediante a legislação flexível brasileira mediante contas públicas.

As noções de igualdade e diferenças constituem-se socialmente, sendo o capital de que os agentes lançam mão na construção de suas identidades, como podemos ver essa relação de diferença, no trecho (4), ao constituir a identidade política de Dilma, o autor relativiza o valor das ações dos acusadores de Dilma, a legitimidade de suas identidades políticas, por serem suspeitos de esquemas de corrupção. Ao inserir, no quadro dos acusadores de Dilma, Eduardo Cunha e apontar sua função política, de Presidente da Câmara, que por sua função, não se esperaria suspeito de corrupção. A identidade política de Dilma é contraposta a de seus acusadores, ela é identificada como não corrupta.

A identificação de Dilma constrói-se de duas maneiras: primeiro, em termos de sua função enquanto política, como alguém pouco preparado, no trecho (44), com os atributos “*ineffective*” (ineficaz) e “*inconsistent*” (inconsistente) e sem habilidades de gerir as contradições de um governo de coalizão. Segundo, como uma política não-corrupta.

Ao mencionar Dilma como alguém com poucas capacidades de gestão pública, vemos que a identificação de Dilma abre espaço para a construção de sua imagem como uma gestora com poucas habilidades de se articular em uma política de coalizão depende de suas relações sociais, da maneira como ela se relaciona com seus pares, denotando que ela perdeu a capacidade sua capacidade de manobra, em vista dessas relações precárias estabelecidas e necessárias com o poder legislativo, tão necessárias dentro da Democracia, que era o mesmo que estava tentando incriminá-la. Vejamos o próximo excerto:

(49) Now many fear the anti-corruption campaign will fade away, apart from a final concentration of fire on Lula. Michel Temer, the vice-president will face the same problems that defeated Dilma Rousseff, and his chances of dealing with them

effectively must be rated as low. A discredited opposition will be taking over from a discredited PT. It is hard to imagine a more gloomy landscape for Brazil.⁴³

Sob a consideração da modalidade, o autor mostra mais afinidade ao tratar de políticos, cuja identidade é mais consistente em relação às práticas políticas que adota. No texto, o político que representa essa identidade social é Lula. Dilma, sem tantas habilidades políticas, apresenta-se em segundo plano.

Quadro 10 - Editorial – Uma tragédia e um escândalo – *The Guardian*

(continua)

TIPOS DE PROCESSOS VERBAIS	PROCESSOS	METAS DOS PROCESSOS E ATRIBUTOS AOS OBJETOS	ATRIBUTOS DOS PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
SISTEMA POLÍTICO PT				
material	brought (trouxe)	new ideas, new energy and a new style (ideias novas, novas energias e novo estilo)		into a Brazilian politics disfigured (em uma política brasileira desfigurada)
material	brought (trouxeram)	him and the PT immense popularity (a ele e ao PT uma imensa popularidade)		
comportamental	chose to solve (escolheu)	its financial problems (os seus problemas financeiros)		once the country's least corrupt party (uma vez o partido menos corrupto)/ by dipping into a trough of money diverted from Petrobras, the national oil company (por meio de imersão em uma piscina de dinheiro desviado da Petrobras)
material	will be taking over (vai assumir)	discredited (desacreditado)		
relacional	was (foi)	a party (um partido)	real (real)	with a mass base across the country, (com uma base de massa em todo o país)

⁴³ Agora, muitos temem que a campanha anticorrupção vá desaparecer, independentemente de uma concentração final de fogo contra Lula. Michel Temer, o vice-presidente terá de enfrentar os mesmos problemas que derrotaram Dilma Rousseff, e suas chances de lidar com eles de forma eficaz deve ser classificada como baixas. A oposição desacreditada vai assumir a partir de um PT desacreditado. É difícil imaginar um cenário mais sombrio para o Brasil.

Quadro 10 - Editorial – Uma tragédia e um escândalo – *The Guardian*

(conclusão)

TIPOS DE PROCESSOS VERBAIS	PROCESSOS	METAS DOS PROCESSOS E ATRIBUTOS AOS OBJETOS	ATRIBUTOS DOS PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
DILMA				
material	has lost half (perdeu)	its room for manoeuvre (da sua margem de manobra)		before it has even begun to attempt to rule (antes mesmo de começar a tentar governar)
relacional	lacked (não tinha)	his skills (suas habilidades)	ineffective and inconsistent, (ineficaz e inconsistente)	
relacional	has not been implicated (não foi citada)			in the Petrobras scandal (no escândalo da Petrobrás)
LULA				
relacional	(was) era		a master (um mestre)	at managing these contradictions (em gestão destas contradições)
material	brought him and the PT (trouxeram para ele e para o PT)	immense popularity, re-election for a second term, and helped his successor, Dilma Rousseff, to convincing victories in 2010 and 2014. (trouxeram a ele e ao PT imensa popularidade, a reeleição para um segundo mandato, e ajudou sua sucessora, Dilma Rousseff, a vitórias convincentes em 2010 e 2014.		
MICHEL TEMER				
comportamental	will face (terá de enfrentar)	the same problems that defeated Dilma Rousseff (os mesmos problemas que derrubaram Dilma Rousseff)		
comportamental	Dealing (lidar)	and his chances of dealing with them effectively must be rated as low (e suas chances de lidar com eles de forma eficaz deve ser classificado como baixas)		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentamos essa tabela referente aos tipos de processos encontrados no texto “*Tragedy and Scandal*”, através do qual percebemos que quando o texto menciona o grupo do PT (participantes, lideranças, forma de condução política do partido), serve-se de processos materiais, para o qual há o destaque para os atores, pondo em destaque as ações, positivas em grande parte, realizadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Quanto aos processos comportamentais referentes ao PT só foi verificada sua ocorrência uma vez, ao mencionar as ações do PT em sua inserção a práticas corruptas. Verificamos um processo relacional ao dar um atributo ao PT, de um partido real.

Ao reportar-se a Dilma, o texto utiliza processos relacionais nos quais Dilma recebe os atributos de não ter as mesmas habilidades políticas de Lula, o que remete à sua posição de fragilidade e outro processo relacional que remete ao fato de ela não ter sido implicada no escândalo da Petrobrás. Quanto ao processo material só há uma ocorrência dele referindo-se a Dilma, através do qual, embora trate-se de uma ação, ela não é imputada a ela, mas sofrida por ela: a perda de sua capacidade de governar.

Ao remeter a Lula, o texto utiliza um processo material ao referir-se às ações positivas de Lula na sua forma de conduzir o governo e ao atribuir-lhe a característica de “master”, um processo relacional.

No que se refere a Michel Temer, texto usa processos comportamentais, de modo a fazer previsões sobre os comportamentos de Michel Temer mediante a situação política que irá enfrentar em caso de assumir o governo federal.

O texto “*The real reason Dilma Rousseff’s enemies want her impeached*”⁴⁴, publicado pelo *The Guardian* no dia 21 de abril de 2016, alguns dias depois do processo de “*impeachment*” ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, levanta a tese de que há motivos desconhecidos que explicam o porquê do processo de “*impeachment*” contra Dilma.

Em relação a modalidade, analisemos as asserções:

(50) The story of Brazil’s political crisis, and the rapidly changing global perception of it, begins with its national media.⁴⁵

⁴⁴ A real razão porque os inimigos de Dilma querem seu “*impeachment*”

⁴⁵ A história da crise política no Brasil, e a mudança rápida da perspectiva global em torno dela, começa pela sua mídia nacional.

(51) The country's dominant broadcast and print outlets are owned by a tiny handful of Brazil's richest families, and are steadfastly conservative.⁴⁶

(52) For decades, those media outlets have been used to agitate for the Brazilian rich, ensuring that severe wealth inequality (and the political inequality that results) remains firmly in place.⁴⁷

Os três excertos são marcados pelo uso de modalidade categórica. Vejamos os próximos:

(53) Indeed, most of today's largest media outlets – that appear respectable to outsiders – supported the 1964 military coup that ushered in two decades of rightwing dictatorship and further enriched the nation's oligarchs. This key historical event still casts a shadow over the country's identity and politics. Those corporations – led by the multiple media arms of the Globo organization – heralded that coup as a noble blow against a corrupt, democratically elected liberal government. Sound familiar?⁴⁸

(54) For more than a year, those same media outlets have peddled a self-serving narrative: an angry citizenry, driven by fury over government corruption, rising against and demanding the overthrow of Brazil's first female president, Dilma Rousseff, and her Workers' party (PT). The world saw endless images of huge crowds of protesters in the streets, always an inspiring sight.⁴⁹

Sabemos que a modalidade categórica confere credibilidade ao que está sendo dito, assim, os trechos (53) e (54) são categóricos ao asseverar o papel da grande mídia brasileira no desencadeamento do processo de “*impeachment*” e da crise política brasileira.

O autor atribui caráter de dissimulação às ações da grande mídia, através dos verbos: “*appear*” (aparentam), “*heralded*” (anunciaram), que incidem em severa crítica contra a mídia, e em particular, a Globo, de modo a construir a identidade da emissora como manipuladora, que dissimula suas ações perante o público e estrangeiros. Constrói-se assim, uma imagem bastante negativa da grande mídia brasileira.

⁴⁶ A imprensa e as emissoras de TV dominantes no país estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil, e são claramente conservadoras.

⁴⁷ Por décadas, esses meios de comunicação têm sido usados em favor dos ricos brasileiros, assegurando que a grande desigualdade social (e a irregularidade política que a causa) permanecesse a mesma.

⁴⁸ Aliás, a maioria dos grandes grupos de mídia atuais – que aparentam ser respeitáveis para quem é de fora – apoiaram o golpe militar de 1964 que trouxe duas décadas de uma ditadura de direita e enriqueceu ainda mais as oligarquias do país. Esse evento histórico chave ainda joga uma sombra sobre a identidade e política do país. Essas corporações – lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo – anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?

⁴⁹ Por um ano, esses mesmos grupos midiáticos têm vendido uma narrativa atraente: uma população insatisfeita, impulsionada pela fúria contra um governo corrupto, se organiza e demanda a derrubada da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT). O mundo viu inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas, uma visão sempre inspiradora.

No trecho (54), o texto simula o discurso usado pela grande mídia para com seus leitores, através de processos materiais “have peddled”(têm vendido) “rising against and demanding”(se organizam e demandam), todos realizados com meta, o que mostra as ações e para que elas foram destinadas, além de um grande número de atributos, que conferem de que forma as ações midiáticas incitaram os protestos contra Dilma. A inclusão de todos esses elementos usados de modo a reproduzir como a mídia trabalhou em função do afastamento de Dilma e de direcionar a opinião pública em favor desse afastamento confere o alto comprometimento do *The Guardian* com a afirmação veiculada.

O trecho (53) utiliza a comparação entre o processo de “*impeachment*” e o golpe de 64 para reforçar sua avaliação negativa sobre a atuação da mídia brasileira nos dois fatos históricos. A comparação se dá com argumentos factuais de modo a mostrar que não é um fato recente que a mídia brasileira vem compactuando com golpes políticos, de modo a conferir maior legitimidade à sua asserção. Ao fim da comparação, é utilizada a interrogação “sound familiar?” (soa familiar?), através da qual o autor deduz o envolvimento do leitor com a mesma verdade que ele defende. Além de firmar com o leitor uma espécie de acordo tácito de conjunção de ideias, também permite perceber que o leitor viveu os mesmos fatos, é conhecedor dessas informações.

Cruzando os trechos acima com as ideias do texto “A farsa do golpe”, da *Folha de S. Paulo*, vemos que o caráter dissimulado que o *The Guardian* atribui à mídia, o autor do texto “A farsa do golpe”, atribui a Dilma. Na *Folha de S. Paulo*, Dilma é identificada como alguém que “preferiu se apresentar como vítima de um golpe”, como alguém que “falseou as contas públicas, bem como “falseou em sua defesa”, como alguém que, “de caso pensado cometeu crimes de responsabilidade”. Vemos que os dois Jornais assumem pontos de vista bem diferentes. Vejamos o próximo trecho:

(55) The protesters were not remotely representative of Brazil’s population. They were, instead, disproportionately white and wealthy: the very same people who have opposed the PT and its anti-poverty programmes for two decades.⁵⁰

⁵⁰ Os manifestantes não representavam nem de longe a população do Brasil. Ao contrário, eles eram desproporcionalmente brancos e ricos: as mesmas pessoas que se opuseram ao PT e seus programas de combate à pobreza por duas décadas.

Ao identificar o agente social “manifestantes”, o *The Guardian*, empenha-se em caracterizá-los e em descrever suas atividades, ou seja, suas relações sociais, que se deram em oposição aos programas sociais do PT, o que revela a feição social desses manifestantes, como membros das classes mais abastadas e a feição política deles de conservadores, postura política que o Jornal combate também em outros momentos do texto como nos trechos (51), (52) e (53).

Cruzando as informações do *The Guardian* com a *Folha de S. Paulo*, vemos que no texto “A farsa do golpe”, trecho (12), ao dizer que: “Todos os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço”, os manifestantes não são identificados através de atributos, mas através de pronome indefinido “todos”, nem suas ações foram detalhadas, apenas de forma muito generalizadas “todos os que se manifestaram, o fizeram “pacificamente” e “sem embaraço”, tendo sido apenas circunstancializadas essas ações, resultando em uma avaliação positiva das manifestações, como algo que legitima o “*impeachment*”. Sabemos que historicamente a classe social de onde emerge um movimento social, significa muito sobre os interesses que são colocados em questão nesses movimentos sociais, mas a *Folha de S. Paulo* desconsidera esse aspecto e identifica os manifestantes pró-“*impeachment*” como um único corpo social.

Já a avaliação negativa que o *The Guardian* faz sobre os manifestantes, mostra que o movimento partiu das elites, que são a minoria do país e portanto, não representativas do desejo da grande maioria da população, desconstruindo a ideia do movimento pró-“*impeachment*” como legítimo.

A avaliação negativa que o *The Guardian* faz dos conservadores, além de revelar seu posicionamento sobre o fato, presta-se também a identifica-los através de seus posicionamentos políticos. Vejamos:

(56) Rousseff’s moderately leftwing party first gained the presidency in 2002, when her predecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, won a resounding victory. Due largely to his popularity and charisma, and bolstered by Brazil’s booming economic growth under his presidency, the PT has won four straight presidential elections – including Rousseff’s 2010 election victory and then, just 18 months ago, her re-election with 54 million votes.⁵¹

⁵¹ O partido de Dilma, de centro-esquerda, conseguiu a presidência pela primeira vez em 2002, quando seu antecessor, Lula da Silva, obteve uma vitória espetacular. Graças a sua popularidade e carisma, e reforçada pela grande expansão econômica do Brasil durante seu mandato na presidência, o PT ganhou quatro eleições

Na identificação do PT, o autor procede de modo a qualificar, dentro do quadro institucional dos grupos políticos, o PT como partido de centro-esquerda e a traçar a trajetória social do partido, de modo a legitimar sua atuação política dentro da política brasileira. As afirmações são categóricas com respeito a Lula, na legitimação de sua identidade política, com avaliação positiva reforçada pelos termos: “*resourding*” (espetacular), “*popularity*” (popularidade) e “*charisma*” (carisma). Enquanto a de Dilma, não é explicitada com tanta ênfase. Percebemos assim, a importância que o autor confere à personalidade política de Lula, avaliando-o positivamente e às suas ações.

(57) Last Sunday’s televised, raucous spectacle in the lower house received global attention because of some repellent (though revealing) remarks made by “*impeachment*” advocates. One of them, prominent rightwing congressman Jair Bolsonaro – widely expected to run for president and who a recent poll shows is the leading candidate among Brazil’s richest – said he was casting his vote in honour of a human-rights-abusing colonel in Brazil’s military dictatorship who was personally responsible for Rousseff’s torture. His son, Eduardo, proudly cast his vote in honour of “the military men of ’64” – the ones who led the coup.⁵²

(58) As the Guardian reported: “Yes, voted Paulo Maluf, who is on Interpol’s red list for conspiracy. Yes, voted Nilton Capixaba, who is accused of money laundering. ‘For the love of God, yes!’ declared Silas Camara, who is under investigation for forging documents and misappropriating public funds.”⁵³

(59) What they have been unable to achieve democratically, they are now attempting to achieve anti-democratically: by having a bizarre mix of politicians – evangelical extremists, far-right supporters of a return to military rule, non-ideological backroom operatives – simply remove her from office.⁵⁴

(60) A New York Times article last week reported that “60% of the 594 members of Brazil’s Congress” – the ones voting to impeach Rousseff – “face serious charges like bribery, electoral fraud, illegal deforestation, kidnapping and homicide”. By contrast, said the article, Rousseff “is something of a rarity among Brazil’s major political figures: she has not been accused of stealing for herself”.⁵⁵

presidenciais seguidas – incluindo a vitória de Dilma em 2010 e, apenas 18 meses atrás, sua reeleição com 54 milhões de votos.

⁵² O chocante espetáculo da Câmara dos Deputados televisionado domingo passado recebeu atenção mundial devido a algumas repulsivas (e reveladoras) afirmações dos defensores do “*impeachment*”. Um deles, o proeminente congressista de direita Jair Bolsonaro – que muitos esperam que concorra à presidência e em pesquisas recentes é o candidato líder entre os brasileiros mais ricos – disse que estava votando em homenagem a um coronel que violou os direitos humanos durante a ditadura militar e que foi um dos torturadores responsáveis por Dilma. Seu filho, Eduardo, orgulhosamente dedicou o voto aos “militares de 64” – aqueles que lideraram o golpe.

⁵³ Como o *The Guardian* reportou: “Sim, votou Paulo Maluf, que está na lista vermelha da Interpol por conspiração. Sim, votou Nilton Capixaba, que é acusado de lavagem de dinheiro. ‘Pelo amor de Deus, sim!’ declarou Silas Câmara, que está sob investigação por forjar documentos e por desvio de dinheiro público.”

⁵⁴ O que foram incapazes de conseguir democraticamente, eles agora estão tentando alcançar de maneira antidemocrática: agrupando uma mistura bizarra de políticos – evangélicos extremistas, apoiadores da extrema direita que defendem a volta do regime militar, figuras dos bastidores sem ideologia alguma – para simplesmente derrubarem ela do cargo.

⁵⁵ Um artigo do New York Times da semana passada reportou que “60% dos 594 membros do Congresso brasileiro” – aqueles votando para a cassação de Dilma – “enfrentam sérias acusações como suborno, fraude

O trecho (57) e (58) identificam o Poder Legislativo brasileiro por meio de suas atividades, revelando como se deu a votação do “*impeachment*” na Câmara dos Deputados, votação essa conduzida pelos próprios deputados que apresentaram seus votos e deram seus pareceres. O Jornal procedeu de modo a caracterizar a votação como “*raucous spectacle*” (chocante espetáculo) e as falas dos deputados como “*repellent*” (repulsivas) e “*though revealing*” (reveladoras). Nesse caso, as modalidades categóricas são reforçadas por esses atributos.

No trecho (58), ao expor atividades dos deputados que votaram a favor do “*impeachment*”, reproduzindo as justificativas deles na votação, por meio do discurso direto, enquanto apresenta seu currículo político, o autor do texto ironiza-os, pois, o currículo profissional dos deputados favoráveis ao “*impeachment*” é repleto de acusações que são imputadas a eles. Percebemos assim que o autor os avalia negativamente.

No trecho (59), são colocados muitos atributos negativos contra os deputados, que o autor designa como “*a bizarre mix of politicians*” (uma mistura bizarra de políticos). Com os atributos negativos contra os deputados, o texto revela os interesses que movem esses grupos políticos, constituindo um quadro muito negativo para os representantes do Congresso Nacional. Ao caracterizar os atores sociais favoráveis ao processo de “*impeachment*” e suas ações, constitui-se discursivamente uma identidade extremamente negativa aos políticos e à política brasileira.

No trecho (60) a identidade de Dilma é confrontada com as dos membros do poder legislativo, ao ser construída discursivamente como uma política honesta, de modo que tal afirmação categórica é conseguida no texto, por meio da citação extraída de outro Jornal, o New York Times, que a apresenta como uma espécie rara entre as principais políticas brasileiras por não ser comprometida com atos corruptos, enquanto a maioria dos membros do Congresso enfrenta uma série de acusações. Vamos ao trecho seguinte:

eleitoral, desmatamento ilegal, sequestro e homicídio”. Por contraste, disse o artigo, Rousseff “é uma espécie rara entre as principais figuras políticas do Brasil: Ela não foi acusada de roubar para si mesma”

(61) Until now, Brazilians have had their attention exclusively directed towards Rousseff, who is deeply unpopular due to the country's severe recession. Nobody knows how Brazilians, especially the poor and working classes, will react when they see their newly installed president: the pro-business, corruption-tainted nonentity of a vice-president who, polls show, most Brazilians want impeached.⁵⁶

Os atributos dados a Michel Temer têm uma carga bastante negativa, e, comparativamente aos atributos que o texto confere a Lula, a identidade política de Lula é consideravelmente mais positiva do que a dele. A percepção que o texto lança sobre Michel Temer endossa que os valores que o jornalista avalia como positivos não são os mesmos das elites, do empresariado, de Michel Temer, a que é atribuído de “*pro business*” (pró-negócios). A identidade de Michel Temer também é construída em oposição com as da população mais pobre, indivíduos que se sentem de certa forma sem oportunidade mediante o governo de um presidente “pró-negócios”.

Van Leeuwen (1997) garante que os usuários da língua usam os recursos linguístico-discursivos em prol de uma legitimação de seus discursos, e a avaliação moral é um dessas estratégias. A estratégia identificada no discurso, aponta Michel Temer como inapto a participar das práticas sociais inerentes ao exercício político de presidente da república, uma vez que a avaliação constitui-se por meio de critérios baseados no conhecimento cultural de que para um Presidente da República ser corrupto, não ter o apoio da maioria da população já é um aspecto que o deslegitima.

Discursivamente, ele é identificado ainda por outros atributos negativos à sua identidade política como “*pools show*” (sem identidade) e “*corruption-tainted nonentity*” (manchado pela corrupção). Outra estratégia utilizada é mencionar resultados de pesquisa que apontam que a maioria dos brasileiros também querem que ele seja cassado, uma vez que para um político ter legitimidade, um dos fatores principais é ter a chancela popular.

Por fim, devemos lembrar que os textos com seus efeitos sociais constituem o poder que constitui a sociedade e que qualquer formação social, em vista da pluralidade de interesses e valores que regem esses sistemas, mesmo os que se arrogam independentes, autônomas,

⁵⁶ Até agora, os brasileiros têm direcionando sua atenção exclusivamente para Rousseff, que está profundamente impopular devido a grave recessão atual do país. Ninguém sabe como os brasileiros, especialmente as classes mais pobres e trabalhadoras, irão reagir quando verem seu novo chefe de estado recém-instalado: um vice-presidente pró-negócios, sem identidade e manchado de corrupção que, segundo as pesquisas mostram, a maioria dos brasileiros também querem que seja cassado.

encontram obstáculos à formação de um consenso, e a mídia não escapa a essa lógica. Mesmo a forma como a mídia enxerga a si, às suas atividades e as de outrem, está sujeita a ceder à tentação ideológica e apresentar como universal, suas visões particulares. Apesar de contestarmos as formas expressivas da mídia, suas intrusões em outros campos sociais, não podemos nos iludir que a mídia é isenta ou que poderá ser, apenas mediante a conquista de sua autonomia, através de políticas de regulamentação, mas cabe a nós problematizar sua prática e olhar criticamente o que aí se produz através de um *habitus* estruturante e estruturado que tensiona suas fronteiras conforme as disputas intercampi.

Quadro 11 - Editorial – A razão real que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment - *The Guardian*

(continua)

TIPOS DE PROCESSOS VERBAIS	PROCESSOS	METAS DOS PROCESSOS E ATRIBUTOS AOS OBJETOS	ATRIBUTOS DOS PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
SISTEMA POLÍTICO DO PT				
	first gained (conseguiu)	the presidency (a presidência)		in 2002 (em 2012)
	has won (ganhou)	four straight presidential elections (quatro eleições presidenciais seguidas)		Due largely to his popularity and charisma, and bolstered by Brazil's booming economic growth under his presidency (Graças a sua popularidade e carisma, e reforçada pela grande expansão econômica do Brasil durante seu mandato na presidência)
		is something of a rarity among Brazil's major political figures		
	has not been	accused of stealing for herself		
		is deeply unpopular (profundamente impopular)		due to the country's severe recession. (devido a grave recessão atual do país).
LULA				
	won (obteve)	a resounding victory (vitória espetacular)		
MICHEL TEMER				
		pro-business, corruption-tainted (pró-negócios, manchado de corrupção)		

Quadro 11 - Editorial – A razão real que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment - *The Guardian*

(continuação)

TIPOS DE PROCESSOS VERBAIS	PROCESSOS	METAS DOS PROCESSOS E ATRIBUTOS AOS OBJETOS	ATRIBUTOS DOS PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
IMPRENSA				
	are owned (são possuídas)			by a tiny handful of Brazil's richest families (pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil)
	have been used (têm sido usadas)			for decades/ to agitate for the Brazilian rich (Por décadas/ em favor dos ricos brasileiros)
	Appear (aparentam)	Respectable (respeitáveis)		to outsiders (quem é de fora)
	supported (apoiaram)	the 1964 military coup (o golpe military de 1964)	that appear respectable (aparentam ser respeitáveis)	to outsiders (quem é de fora)
	Heralded (anunciaram)	that coup as a noble blow against a corrupt, democratically elected liberal government (o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito)		led by the multiple media arms of the Globo organization (lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo)
	have peddled (vendido uma)	a self-serving narrative (narrativa atraente)		for more than a year (por mais de um ano)
	have failed (fracassaram)	in their efforts to defeat the party at the ballot box (em seus esforços para derrotar o partido nas urnas)		
	are attempting to achieve (tentando alcançar)	what they have been unable to achieve democratically (O que foram incapazes de conseguir democraticamente)		anti-democratically (anti-democraticamente)
	are toying (estão brincando)	with the mechanics of democracy (com a mecânica da democracia)		
ELITES				
	are (são)	Conservative (conservadoras)		Steadfastly (claramente)
	have failed (fracassaram)	in their efforts to defeat the party (seus esforços para derrotar o partido nas urnas)		over and over / at the ballot box (várias vezes/ nas urnas)

Quadro 11 - Editorial – A razão real que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment - *The Guardian*

(conclusão)

TIPOS DE PROCESSOS VERBAIS	PROCESSOS	METAS DOS PROCESSOS E ATRIBUTOS AOS OBJETOS	ATRIBUTOS DOS PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
	are attempting to achieve (tentando alcançar)	what they have been unable to achieve democratically (O que foram incapazes de conseguir democraticamente)		anti-democratically (anti-democraticamente)
	are toying (estão brincando)	with the mechanics of democracy (com a mecânica da democracia)		
MUNDO				
changing global perception (mudando a perspectiva global)	begins (começa)	with its national media (com a sua mídia nacional)	Rapidly (rápida)	by a tiny handful of Brazil's richest families. (estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias ricas brasileiras)
	Saw (viu)	endless images of huge crowds of protesters (inúmeras imagens de grandes multidões protestando)		in the streets (nas ruas)
	did not see was (não viram foi)	that the country's plutocratic media had spent months inciting those protests (que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos)		
	has begun to see (começou a ver)	past the pleasing, two-dimensional caricature manufactured (além da caricatura simples e bidimensional criada)		slowly/ by its domestic press (Aos poucos/ imprensa local)
	to recognize (reconhecer)	who will be empowered once Rousseff is removed (quem obterá o poder uma vez que Rousseff seja derrubada)		
MANIFESTANTES				
	were not (não)	representative of Brazil's population (representavam nem de longe a população do Brasil.)		Remotely (nem de longe)
	Were (eram)	instead, white and wealthy: (ao contrário, brancos e ricos)		Disproportionately (desproporcionalmente)
	have opposed (se opuseram)	the PT and its anti-poverty programmes (ao PT e seus programas de combate à pobreza)		for two decades (por duas décadas)

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONCLUSÃO

A configuração que o discurso adquiriu no processo de “*impeachment*” de Dilma Rousseff nos dois dispositivos midiáticos aqui analisados foi o cerne desta pesquisa de mestrado, considerando que a linguagem reconfigurou a realidade ao recontextualizar esse evento produzindo seus efeitos sociais.

O esforço empreendido neste trabalho teve como objetivo analisar como o jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* e o jornal britânico *The Guardian* constroem sentidos para o processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff, com base na Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough (1999). Mais especificamente investigamos as formas de mediação desse processo. Em outros termos, analisamos formas de enunciação quanto à representação das atividades que compuseram o evento e quanto à identificação dos atores sociais envolvidos

Uma reflexão séria sobre o processo de afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, necessita de um olhar atento e socialmente comprometido em traçar primeiramente uma percepção sobre a sociedade brasileira, que no contexto do “*impeachment*” adquiriu contornos de fortes tensões sociais advindas de um conflito de classes que foi uma das matrizes na constituição do processo de “*impeachment*”.

Tendo em vista, que a sociedade brasileira, através de seus ordenamentos e arranjos que a constituem, forneceu uma série de elementos, como as demandas sociais, as atividades políticas, o ordenamento jurídico, as prerrogativas econômicas, as atividades institucionais e seus condicionamentos, fatores que foram determinantes socialmente para o desenvolvimento das lutas políticas travadas em torno do referido processo, a que a mídia irrompeu e que resultou na destituição da Presidenta Dilma da Presidência da República.

Nossa investigação procedeu de maneira a examinar os processos linguísticos por meio dos quais o evento foi construído discursivamente, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos sugeridos pela Teoria Social do Discurso, dada a discussão de N. Fairclough sobre o significado representacional e identificacional e suas categorias analíticas, sob a consideração de que os significados são construídos simultaneamente, possibilitando uma análise discursiva sobre a configuração que o discurso midiático adquiriu ao produzir sentidos para tal processo. O que está posto neste trabalho é a mobilização da *Folha de S. Paulo* e do

The Guardian ao construir sentidos para o referido processo, de maneira que a análise dos textos como parte dos eventos sociais deu-se de forma a considera-lo como produto e processo de constituição social.

A análise da maneira como os textos representam as atividades mostrou que quanto aos eventos sociais destacados pela *Folha de S. Paulo*, evidenciam-se descrições factuais, por meio de declarações e algumas interrogações no sentido de posicionar o leitor para uma avaliação negativa das atividades e ações de Dilma em seu exercício como chefe de estado. As atividades políticas atribuídas a Dilma apresentam-se por meio de processos materiais da forma mais concreta possível, mas a execução de muitas dessas atividades não foram plenamente concretizadas, ou quando são, resultam em fracasso, comprometendo-a moralmente. Algumas dessas atividades são ainda colocadas de forma bastante abstrata, de maneira a serem excluídas as circunstâncias nas quais elas se deram. Dilma Rousseff, bem como o Partido dos Trabalhadores e Lula recebem muitos atributos de valor negativo. O Partido dos Trabalhadores em especial, é apresentado como uma organização política fragilizada e dotada de valores políticos ultrapassados, de maneira a sugerir seu afastamento da cena pública e de suas atividades, consideradas também como nocivas e improdutivas à política brasileira, de maneira que suas atividades também são representadas como dadas de forma oculta, dissimulada aos olhos dos cidadãos e de organizações sociais fiscalizadoras do poder público, o que implica Dilma e o Partido dos Trabalhadores moral e juridicamente. Assim, a *Folha de S. Paulo* mobiliza suas estratégias discursivas de maneira a legitimar o processo de “*impeachment*”, primando pelos valores disciplinares e econômicos, o que corrobora para uma compreensão de que a *Folha de S. Paulo* ingressa na questão do poder a serviço de outros campos sociais, como o campo político e econômico.

O Jornal *The Guardian*, por sua vez, apresenta características institucionais e de reflexão de sua própria prática haja vista que sua forma de enunciação não consiste apenas em reproduzir discursos de forma monológica, sem considerar as circunstâncias político-sociais. Pelo contrário. Os textos do *The Guardian* primam por mostrar as circunstâncias político-econômicas brasileiras e internacionais que fragilizaram os governos do PT.

No *The Guardian*, a representação dos eventos sociais apresenta como determinantes para o processo de impeachment e para a crise brasileira os fatores

circunstanciais, aspectos mais globais, como a crise mundial de 2008, aponta ainda os interesses que podem estar por trás das ações da mídia, da elite financeira, dos políticos corruptos. O Jornal assume uma postura pluralista, no sentido de dar ênfase a vários fatores que concorreram para o processo de *impeachment*, e não apenas em culpabilizar determinados grupos políticos. O *The Guardian* ainda discute alguns pontos negativos relativos à Dilma Rousseff em seu exercício na Presidência, sem, no entanto, imputar-lhe a culpa unicamente pela crise brasileira, mas apresenta ponderações sobre economia, política em seu discurso. Não atribui o insucesso político do Brasil apenas a ela, mas a uma política de coalizão que cerceia as atividades políticas do poder executivo. Em um de seus textos aponta a mídia como partícipe ativa no processo, e esclarece a constituição sócio-histórica da mídia brasileira. Assim, o *The Guardian* atua como observador ativo das atividades de seu próprio campo social, o que demonstra que este Jornal tem uma autonomia e uma visão pluralista.

O cotejo entre o discurso da *Folha de S. Paulo* e do *The Guardian* mostrou, por exemplo, que houve maneiras bem distintas de designar o processo de afastamento de Dilma, “*impeachment*”, na *Folha de S. Paulo*, e “golpe”, no *The Guardian*, de modo que os dois Jornais argumentam em prol de firmar o processo conforme suas designações. A visão particular da *Folha de S. Paulo* coaduna-se com a visão de governo empreendida por Michel Temer e seu partido PMDB, ao passo que a visão particular do *The Guardian* combate a perspectiva político-econômica desempenhada por eles.

É importante lembrar que o discurso, como representante de aspectos do mundo, ao representar os aspectos da política brasileira, assume seu sentido mais concreto a partir do significado representacional operando no eixo do saber, e assim, produzindo certos tipos de conhecimento sobre o evento para o leitor, que deseja o conhecimento. Assim, a *Folha de S. Paulo*, na ânsia de estabelecer sentidos para um evento tão permeado de contradições, descontinuidades, e cercado por muitas variáveis, engendrou o conhecimento que produziu estabelecendo relações de poder ao configurá-lo sob a forma de proposições coerentes, que enfatizaram as atividades mal sucedidas do Governo de Dilma e excluíram as atividades de outras instâncias sociais, como a forte atuação do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e da mídia para destituir Dilma do poder, conformando a linguagem à sua perspectiva de mundo, que funcionou como uma verdade admitida, unilateral.

Trazendo a compreensão da análise de como os textos identificam os atores sociais envolvidos no referido processo, no *The Guardian*, vemos que os textos trataram das identidades políticas individuais e coletivas de figuras como Michel Temer e Congresso Nacional, construindo-as de forma bastante negativa, enquanto a imagem política de Lula e do Partido dos Trabalhadores é apresentada de forma a construir suas identidades de forma prestigiosa, considerando suas atividades como inovadoras, positivas e bem sucedidas em sua condução nos rumos da política brasileira. Ao reportar-se a Dilma que não desfruta do mesmo prestígio político que Lula e seus empreendimentos político-sociais, mais por uma dificuldade de gerenciar as contradições do governo de coalizão, ela é apresentada em segundo plano em relação a Lula, mas sua integridade moral é preservada.

Por outro lado, a *Folha de S. Paulo*, ao construir identificações para os atores sociais implicados no processo, do ponto de vista das modalidades de enunciação do jornal, demonstrou modalidades epistêmicas com afirmações categóricas, demonstrando alto comprometimento com a deslegitimação de Dilma, do PT e de Lula. Encontramos presunções valorativas com conotações negativas sobre Dilma, o Partido dos Trabalhadores e Lula, comprometendo-se de modo a não considerar desejáveis suas atividades e ações. Enquanto Michel Temer e membros do Congresso Nacional são apresentados ora de forma passiva e suas atividades são excluídas; ora como representantes da Lei, investidos de papel social de defesa e são tomados como receptáculo de todas as ações negativas empreendidas por Dilma em seu governo, cabendo a eles, o difícil papel de restaurar e empreender mudanças na condução política do Brasil. Os únicos momentos em que há traços de modalidade deôntica em termos de expor o que é necessário, é tratando das ações que seriam realizadas por Michel Temer. Outros atores sociais como manifestantes, e Poder Judiciário, têm suas atividades legitimadas e suas identidades consideradas de forma prestigiosa, investidos pela lei e pela função social de punir Dilma “por seus crimes de responsabilidade”.

É importante enfatizar que o significado identificacional é relacionado com o eixo da ética, de Foucault, o qual permite identificar a si mesmo e aos outros, de forma a fazer emergir a atuação do “sujeito moral”, assim os Jornais ao identificarem os atores sociais, identificaram também a si mesmos, cabendo aí, nos voltarmos para refletir sobre a prática da mídia e como ela enxerga essa prática. Para Foucault as práticas de si constituem uma ética que não se deve

reduzir a conformações de lei e regra, embora as ações morais sejam assentadas sobre leis e valores, ela implica bastante uma relação a si, de maneira a circunscrever-se como parte dessa prática moral. Levando as ideias de Foucault em consideração, a mídia ao produzir sua função social através dos textos que produz, deve olhar para além das leis, mas também olhar para sua prática, revê-la, reconsiderá-la e não apenas apontar os culpados.

Por fim, devemos lembrar que os textos com seus efeitos sociais constituem o poder que institui a sociedade e que qualquer formação social, em vista da pluralidade de interesses e valores, mesmo as que se arrogam independentes, autônomas, como a mídia, encontra obstáculos para seguirem suas diretrizes. Mesmo a forma como a mídia enxerga a si, às suas atividades e as de outrem, está sujeita a ceder à armadilha ideológica e apresentar como universal, suas visões particulares.

Ao lidar com a reputação de políticos, fator fundamental para um político manter sua reserva de capital simbólico e assim se manter na vida pública, a mídia deve ter cuidado para não julgar e punir determinada figura política antes de seu julgamento real, uma vez que sua prática pode decidir a imagem sobre determinado político e até mesmo seu futuro. Para tanto, é importante o cuidado ético em dar proeminência a várias perspectivas sobre o mesmo fato, e não se restringir em reduzir as questões políticas a heróis e culpados.

Embora a mídia, em especial o Jornalismo, procure se ater a valores profissionais que conduzem à objetivação de suas práticas, primando pela ética profissional, e seus profissionais reivindiquem para si uma legitimidade que não permite ser questionada socialmente, o que no Brasil, adquiriu especial configuração, após a década de 1960, o que vemos é que esse campo nunca se autonomiza como argumenta Bourdieu, pelas determinações que sofre do campo político e do campo econômico.

Apesar de contestarmos as formas expressivas da mídia, não podemos nos iludir que a mídia é isenta ou que poderá ser, mediante a conquista de sua autonomia através de políticas de regulamentação ou de sua independência financeira, pois há um *habitus* estruturante que tensiona suas fronteiras conforme as disputas intercampi. Saindo dessa visão ingênuas sobre a mídia, cabe a nós problematizar sua prática e olhar criticamente o que nela se produz. Embora, a rigor não possamos resolver o problema das representações particulares com que mídia, por vezes, incorre, há possibilidades emancipatórias, como almejou Fairclough. As mídias

alternativas hoje permitem uma maior abertura a mostrar perspectivas não-hegemônicas e nos permitir leituras não-oficiais, permitindo uma abertura para a diferença. O Jornal *The Guardian*, apesar de estar inserido na mídia hegemônica, consegue através de sua autonomia financeira traçar alguns caminhos para olharmos outras perspectivas sobre os fatos sociais.

Apesar de o *The Guardian* manter sua autonomia financeira, não podemos, no entanto, pensar que a questão das mídias em referência ao campo da política, enquanto o problema identificado para fins desse estudo, será resolvido, haja a vista que jornais são grandes empresas e assim, são a parte midiática do poder econômico de um país. Essas grandes empresas são partícipes de uma luta hegemônica e assim lutam para tornar determinadas formas de compreensão, hegemônicas.

Cabe a nós, enquanto pesquisadores e estudiosos da linguagem, falar da responsabilidade dessas mídias, o que não significa, meramente uma prática de acusação ou comentários baseados no senso comum, mas sim, tratar de uma cadeia de causalidades que mostram como de maneira deliberada ou não esse braço do poder econômico desempenha um papel mais ou menos determinante na produção de um fato social e na destituição de determinados atores sociais do campo da política, colocando-os muitas vezes o agente direto de um ato delituoso, o que pode causar sérias consequências para um país, essa intervenção da mídia no campo político.

Esta dissertação abre caminhos para investigar o *ethos* jornalístico, tendo em vista que os dois jornais apresentam diferenças no *ethos*, em relação a suas identidades sociais que eles sinalizam através de seu comportamento verbal, levando-se em conta que o *ethos* traz em seu bojo um caráter intertextual de modo a considerar como o gênero editorial e o tipo de discurso é engendrado na construção da identidade desses jornais.

Outro possível diálogo a ser explorado em pesquisas futuras é a relação entre as técnicas de argumentação na ADC, as tomadas de posição e manipulação, seja através das pressuposições, seja através das ironias. Outro aspecto que pode ser frutífero para pesquisas futuras é a relação entre estilo e tomada de posição.

Esperamos que esta pesquisa abra caminhos para atingir as pessoas que cotidianamente defrontam-se com uma porção de textos midiáticos e que poucas vezes têm a oportunidade de ter em mãos fontes alternativas e que acabam sendo facilmente cooptadas por

interesses além do de utilidade pública de informar, sendo capazes de compreender que as mudanças estruturais políticas de um país passam inevitavelmente por lutas para tornar hegemônicas determinadas formas de compreensão dos fatos políticos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio, 2006 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>> Acesso em 10 fev. 2018.
- BOURDIEU, P. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires Lyon, 1999.
- _____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. O Capital Social: Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto de Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- _____. Lei nº 1.079 de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 86, 12 de abr. de 1950. Seção 1, p. 5425.
- _____. Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 86, 5 de jun. de 2000. Seção 1, p. 1.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista De Sociologia e Política**. v. 21, n. 47, p. 21-29, set., 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300003>> Acesso em: 10 fev. 2018.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo, Sumus Editorial, 1993.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

_____. Análise Crítica Do Discurso como método em pesquisa social científica. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2005.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T. (Org.) **Discourse as Social Interaction**. London: Sage, 1997.

FOUCAULT, M. What is enlightenment? In: RABINOW, P. (Org.) **Michel Foucault: essential works**. Harmondsworth: Penguin, 1994.

HALLIDAY, A.K. Towards Probabilistic Interpretations. In: VENTOLA, Eija (Org.) **Functional and Systemic Linguistics: Approaches and Uses**. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1991.

HALLIDAY, A. K.; MATTHIESSEN, C. **Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

HODGE, R., KRESS, G. **Social Semiotics**. London: Polity Press, 1988.

KAPLAN, R. B. **Applied Linguistics, the state of the art: is there one?** English Teaching Forum, 1985.

LAGE, N. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**. v.1, n.1, p.20-25, jan/jul, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>> Acesso em: 12 fev. 2018.

LAIDLER, C. V. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. In: FREIXO, A. et al. **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

LIMA, V. A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAGALHÃES, I. Crítica Social e Discurso. In: FERREIRA, R; RAJAGOPALAN, K. **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas-SP: Pontes, 1997.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ano.10, n.29, p.5-34, out. 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm> Acesso em: 12 fev. 2018.

MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. **Revista de Ciências Sociais – Dados**. v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a06v53n3.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MOITA LOPES, L. P. da (Org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo: (1921 – 1981)**. São Paulo: Atual, 1981.

OLIVEIRA, L. A. (Org.) **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PAULO, V; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional descomplicado**. São Paulo: Método, 2017.

PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

PEIXOTO, M. E. G. **O escândalo político como luta social: uma análise de discurso crítica do evento midiático Novos Alopados**. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. v. 8, p. 78-104, 2006/7. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1247>> Acesso em: 10 fev. 2018.

RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes, 2009.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: Implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**. v. 5, n. 1, p.185-208, set., 2010. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307> Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. **Análise de Discurso (para) a Crítica**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.

_____. **Experiência, Modernidade e Campo dos Media**. Lisboa: Presença, 1999.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, J. C. R. da. **Época, Veja e o (e)leitor: Análise crítica de uma corrida presidencial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O escândalo político**. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WODAK, R. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp, p. 223-243. 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313> Acesso em: 10 fev. 2018

WODAK, R; MEYER, M. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, R; MEYER, M.(Orgs.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. Los Angeles: Sage, 2009

ANEXOS

ANEXO A – EDITORIAL O FIM E O PRINCÍPIO

12/05/2016

Configurada a expressiva maioria de senadores favoráveis ao processo de impeachment, o governo Dilma Rousseff (PT) começa, a partir desta quinta-feira (12), a fazer parte do passado. Com a presidente, afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso.

Cercado de questionamentos técnicos, e sem incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do impeachment contou menos do que a situação econômica e política do país.

A presente derrocada não atinge apenas a figura da presidente; abate-se sobre todo o conglomerado petista. Suas raízes vêm de longe. Após um período de bonança, o partido reagiu com velhos vícios à conjuntura desfavorável iniciada com a crise de 2008.

Num paradoxo, ao mesmo tempo em que recorria a mofados preconceitos doutrinários, o petismo abandonava de vez sua resistência ética, mergulhando sem escrúpulos na lama pragmática.

A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros. Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar. Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado. Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas descomunais, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia.

Foi, ao que tudo indica, pessoalmente honesta e refratária ao toma lá dá cá, mas navegou sem remorsos num oceano de corrupção.

Não se trata, em todo caso, de um simples julgamento de sua conduta. O modelo que Dilma representou com singular inabilidade provou-se contraditório: regressivo e cínico, enquanto se fazia de progressista e imaculado; imobilista e acomodatório, enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios.

O retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff. É também o de Lula, é o do PT, é o de tantos que, desde o mensalão, adiaram seu encontro com a verdade.

Se deixaram um preocupante quadro de terra arrasada para Michel Temer (PMDB), a conjuntura favorece, ironicamente, um clima de expectativas que, em outras circunstâncias, o peemedebista teria dificuldades em inspirar.

É logo nestes primeiros meses que se abre a oportunidade para tomar medidas de amplo fôlego e indiscutível necessidade, tanto na área econômica quanto no campo da reforma política.

Por outro lado, Temer chegará ao cargo sem respaldo popular. Dispõe de expressiva maioria no Congresso, mas esta se marca por notórias tendências ao fisiologismo; vários de seus aliados, além disso, expõem-se às suspeitas e aos escândalos da Operação Lava Jato.

O afastamento de Dilma Rousseff não suspende o risco de novas crises. Só o tempo responderá às incertezas que se colocam —e esse tempo nunca pareceu tão curto.

ANEXO B – A FARSA DO GOLPE

Aloysio Nunes Ferreira
ARTIGO DE OPINIÃO
31/08/2016

É fato notório que o governo federal omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos—mais de R\$ 60 bilhões. Uma ilegalidade desse tamanho não ocorreria sem o consentimento de uma autoridade superior: Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida.

Essas dívidas foram ocultadas dos olhos dos cidadãos e dos órgãos de controle previstos na Constituição para que o governo continuasse gastando além dos limites recomendados pela prudência.

Dilma descumpriu o dever da transparência, o fundamento da confiança que deve reger as relações entre governantes e governados na democracia. Mais ainda: foram assinados por ela os decretos de suplementação orçamentária, editados em desconformidade com a meta de superavit fixada pela lei em vigor à época.

Assim, de caso pensado, Dilma cometeu crimes de responsabilidade, definidos na lei 1.079/50, dos quais decorreram gravíssimas consequências para o povo brasileiro. A presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe: eis o fundamento político, fragílmo, de sua defesa.

Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso. Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes. Se, nas chamadas pedaladas fiscais, Dilma falseou as contas públicas, falseou também, em sua defesa no Senado, a história da natureza do processo em que figura como acusada.

Esse processo destina-se a assegurar a soberania da lei e da Constituição. A atuação do Supremo Tribunal Federal, em todas as suas etapas, reforçou a obediência às normas legais.

O país vive um clima de paz e normalidade institucional. Ninguém prega a violência como método para resolver a crise política. Todos os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço. A imprensa livre, mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões. O presidente Michel Temer, eleito diretamente com Dilma, exerce o papel atribuído a ele pela Constituição.

A agenda do impeachment ficou para trás, os partidos já estão empenhados na eleição municipal e se preparam para o pleito de 2018.

Dilma se defendeu perante seu juiz natural, o Senado. Farsa não houve, pois a presidente afastada exerceu dignamente seu direito de defesa, e nós, senadores, a julgamos segundo nosso entendimento.

Tragédia também não houve, pois o país seguirá em frente, com instituições fortalecidas e a responsabilidade fiscal exaltada como um valor que todos devem defender, independentemente da cor da bandeira política. Os governantes, daqui para a frente, pensarão várias vezes antes de praticarem estripulias com as contas públicas.

Golpe? Sob supervisão do STF? Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei?

Dilma sabe que ao STF compete, em última instância, a guarda da Constituição. Sabe também que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica. O Judiciário pode ser acionado não só para reparar mas também para prevenir lesão de direito.

Então, pergunto: sabendo de tudo isso, por que, em vez de recorrer à OEA (Organização dos Estados Americanos), Dilma não procurou as instituições nacionais, como O STF e o Ministério Público, para denunciar o suposto golpe em curso?

ANEXO C – *THE GUARDIAN* VIEW ON DILMA ROUSSEFF’S IMPEACHMENT: A TRAGEDY AND A SCANDAL

Editorial – 18 de abril de 2016

Nothing is clear in Brazil’s murky political crisis, except that the country will suffer the consequences for a long time to come

Ever since Stefan Zweig, writing in 1941, dubbed it “the land of the future”, Brazil has been reproached for failing to live up to the promise that its size, its resources and its insulation from the wars and troubles afflicting other parts of the world seemed to hold out. There have been moments when that promise seemed on the verge of becoming a reality, but such hopes have again been repeatedly dashed. The most recent came with the accession to power of President Luiz Inácio Lula da Silva in 2003. Lula and his Workers party, or PT, brought new ideas, new energy and a new style into a Brazilian politics disfigured by corruption, patronage, and persistent procrastination in the face of the pressing issues before the nation.

The PT was a real party, with a mass base across the country, a coherent ideology, an apparently strong moral sense – characteristics that other political formations largely lacked. Lula’s social policies brought him and the PT immense popularity, re-election for a second term, and helped his successor, Dilma Rousseff, to convincing victories in 2010 and 2014. Since then the story has grown darker and darker until it reached a dismal low point on Sunday when the lower house of Congress voted to impeach her. And it could get worse, because the impeachment, far from helping to resolve Brazil’s political and social polarisation, has already exacerbated both.

The steel wall erected along the length of the Esplanada, the parkland strip in the centre of Brasilia, to prevent anti-Dilma and pro-Dilma supporters from physically clashing during the impeachment vote was symbolic of how far such polarisation has already gone. The historian José Murilo de Carvalho said recently that radicalisation and intolerance in the country have reached a very dangerous point.

How did things go so wrong? The answer is variously to be found in global economic change, the personality of the president, the PT’s embrace of a corrupt system of party finance, the scandal that exploded as that system was exposed, and the dysfunctional relationship of the Brazilian executive and legislature. The economy went into decline as prices for the commodities that are Brazil’s main exports fell sharply. Growth slowed, then halted, then reversed; employment faltered; prices rose and the social provisions that Lula had introduced became harder to finance. The PT itself, once the country’s least corrupt party, chose to solve its financial problems by dipping into a trough of money diverted from Petrobras, the national oil company. Its coalition allies, and other parties, joined in.

Finally, Brazil’s constitution, which pairs a popularly elected president with an open-list PR vote for members of Congress, is a recipe for conflict at the best of times. A theoretically powerful leader is as a result confronted with an array of parties that he or she must woo with jobs, ministries and policy commitments if a coalition supporting the president is to be put together in Congress. The result can be an executive that has lost half its room for manoeuvre before it has even begun to attempt to rule. Lula was a master at managing these contradictions. President Rousseff, ineffective and inconsistent, lacked his skills.

When the public prosecutor and the federal police began investigating the Petrobras affair, and the federal judge Sergio Moro then took it up, did they foresee the damage these revelations would cause? Probably not: the intention seems to have been to purify Brazilian politics, taking as precedent the Italian “clean hands” investigation of the 1990s.

But the paradoxical outcome is the opposite. The president herself has not been implicated in the Petrobras scandal. The grounds for her impeachment are that she manipulated state funds ahead of the last election – not much more than a misdemeanour by Brazilian standards. But almost all those involved in impeaching her are suspected of corruption, including Eduardo Cunha, the speaker of the lower house.

Now many fear the anti-corruption campaign will fade away, apart from a final concentration of fire on Lula. Michel Temer, the vice-president will face the same problems that defeated Dilma Rousseff, and his chances of dealing with them effectively must be rated as low. A discredited opposition will be taking over from a discredited PT. It is hard to imagine a more gloomy landscape for Brazil.

ANEXO D - A VISÃO DO *THE GUARDIAN* NO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UMA TRAGÉDIA E UM ESCÂNDALO.

18 Abril 2016

Nada é claro na crise política obscura do Brasil, exceto que o país vai sofrer as consequências por um longo tempo.

Desde que Stefan Zweig, escreveu em 1941, apelidando de "o país do futuro", o Brasil tem sido criticado por não fazer jus à promessa de que o seu tamanho, seus recursos e seu isolamento das guerras e problemas que afligem outras partes do mundo parecem aguentar. Houve momentos em que a promessa parecia à beira de se tornar uma realidade, mas essas esperanças foram novamente e repetidamente frustradas. A mais recente veio com a ascensão ao poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Lula e seu Partido dos Trabalhadores, ou PT, trouxe novas ideias, novas energias e um novo estilo em uma política brasileira desfiguradas pela corrupção, clientelismo, e persistente procrastinação em face das questões urgentes da nação.

O PT foi um partido real com uma base de massa em todo o país, uma ideologia coerente, um aparentemente forte sentido moral - características que outras formações políticas em grande parte faltavam. As políticas sociais de Lula trouxeram a ele e ao PT imensa popularidade, a reeleição para um segundo mandato, e ajudou sua sucessora, Dilma Rousseff, a vitórias convincentes em 2010 e 2014. Desde então, a história se tornou mais e mais escura, até que chegou a um lúgubre nível no domingo, quando a Câmara dos Deputados votou pelo impeachment dela. E poderia ficar pior, porque o impeachment está longe de ajudar a resolver a polarização política e social do Brasil, ambas já exacerbadas.

A parede de aço erguida ao longo da Esplanada, um parque no centro de Brasília, para prevenir manifestantes contra e a favor de Dilma de confrontos físicos durante a votação do impeachment foi o símbolo do quão longe a polarização já chegou. O historiador José Murilo de Carvalho disse recentemente que a radicalização e a intolerância no país alcançaram um ponto muito perigoso.

Como é que as coisas vão tão errado? A resposta pode ser encontrada na mudança econômica global, a personalidade da presidente, o abraço do PT a um sistema corrupto de finanças, o escândalo que explodiu quando esse sistema foi exposto, e a relação disfuncional do executivo e legislativo brasileiro. A economia entrou em declínio quando os preços para as mercadorias que constituem as principais exportações do Brasil caíram acentuadamente. O crescimento retardado, depois parou, em seguida, inverteu-se; o sistema de emprego vacilou; os preços subiram e as disposições sociais que Lula tinha introduzido tornou-se mais difícil de financiar. O PT, uma vez o partido menos corrupto do país, escolheu resolver os seus problemas financeiros por meio de imersão em uma calha de dinheiro desviado da Petrobras, a empresa nacional de petróleo. Seus aliados da coalizão e outras partes, juntaram-se.

Finalmente, a Constituição do Brasil, que faz par a popularidade da presidenta eleita pelo povo com uma votação proporcional de lista aberta para os membros do Congresso, é uma receita para o conflito no melhor dos tempos. Uma líder teoricamente poderosa é como resultado confrontado com uma série de partidos que ele ou ela deve cortejar com trabalhos, ministérios e compromissos políticos se uma coalizão de apoio ao presidente é para ser colocado em conjunto no Congresso. O resultado é um poder executivo que perdeu metade da sua margem de manobra antes mesmo de começar a tentar governar. Lula era um mestre em gestão destas contradições. Presidenta Rousseff, ineficaz e inconsistente, não tinha suas habilidades.

Quando a promotoria pública e a Polícia Federal começaram a investigar o caso da Petrobras, e o juiz federal Sergio Moro em seguida pegou o caso, eles previram o dano que isso causaria? Provavelmente não: a intenção parecia ter sido a de purificar a política brasileira tendo como precedente a investigação italiana "mãos limpas" dos anos 1990.

Mas o resultado é paradoxal o oposto. A presidente não foi citada no escândalo da Petrobras. Os motivos para o seu impeachment são de que ela manipulou os fundos estatais antes da última eleição - não muito mais do que uma contravenção para os padrões brasileiros. Mas quase todos os envolvidos no impeachment dela são suspeitos de corrupção, incluindo Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados.

Agora, muitos temem que a campanha anticorrupção vá desaparecer, independentemente de uma concentração final de fogo contra Lula. Michel Temer, o vice-presidente terá de enfrentar os mesmos problemas que derrotaram Dilma Rousseff, e suas chances de lidar com eles de forma eficaz deve ser classificado como baixas. A oposição desacreditada vai assumir a partir de um PT desacreditado. É difícil imaginar um cenário mais sombrio para o Brasil.

ANEXO E - THE REAL REASON DILMA ROUSSEFF'S ENEMIES WANT HER IMPEACHED

David Miranda

Thursday 21 April 2016

Corruption is just the pretext for a wealthy elite who failed to defeat Brazil's president at the ballot box

The story of Brazil's political crisis, and the rapidly changing global perception of it, begins with its national media. The country's dominant broadcast and print outlets are owned by a tiny handful of Brazil's richest families, and are steadfastly conservative. For decades, those media outlets have been used to agitate for the Brazilian rich, ensuring that severe wealth inequality (and the political inequality that results) remains firmly in place.

Indeed, most of today's largest media outlets – that appear respectable to outsiders – supported the 1964 military coup that ushered in two decades of rightwing dictatorship and further enriched the nation's oligarchs. This key historical event still casts a shadow over the country's identity and politics. Those corporations – led by the multiple media arms of the Globo organisation – heralded that coup as a noble blow against a corrupt, democratically elected liberal government. Sound familiar?

For more than a year, those same media outlets have peddled a self-serving narrative: an angry citizenry, driven by fury over government corruption, rising against and demanding the overthrow of Brazil's first female president, Dilma Rousseff, and her Workers' party (PT). The world saw endless images of huge crowds of protesters in the streets, always an inspiring sight.

But what most outside Brazil did not see was that the country's plutocratic media had spent months inciting those protests (while pretending merely to "cover" them). The protesters were not remotely representative of Brazil's population. They were, instead, disproportionately white and wealthy: the very same people who have opposed the PT and its anti-poverty programmes for two decades.

Slowly, the outside world has begun to see past the pleasing, two-dimensional caricature manufactured by its domestic press, and to recognise who will be empowered once Rousseff is removed. It has now become clear that corruption is not the cause of the effort to oust Brazil's twice-elected president; rather, corruption is merely the pretext.

Rousseff's moderately leftwing party first gained the presidency in 2002, when her predecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, won a resounding victory. Due largely to his popularity and charisma, and bolstered by Brazil's booming economic growth under his presidency, the PT has won four straight presidential elections – including Rousseff's 2010 election victory and then, just 18 months ago, her re-election with 54 million votes.

The country's elite class and their media organs have failed, over and over, in their efforts to defeat the party at the ballot box. But plutocrats are not known for gently accepting defeat, nor for playing by the rules. What they have been unable to achieve democratically, they are now attempting to achieve anti-democratically: by having a bizarre mix of politicians – evangelical extremists, far-right supporters of a return to military rule, non-ideological backroom operatives – simply remove her from office.

Indeed, those leading the campaign for her impeachment and who are in line to take over – most notably the house speaker Eduardo Cunha – are far more implicated in scandals of personal corruption than she is. Cunha was caught last year with millions of dollars in bribes in secret Swiss bank accounts, after having falsely denied to Congress that he had any foreign bank accounts. Cunha also appears in the Panama Papers, working to stash his ill-gotten millions offshore to avoid detection and tax liability.

It is impossible to convincingly march behind a banner of "anti-corruption" and "democracy" when simultaneously working to install the country's most corruption-tainted and widely disliked political figures. Words cannot describe the surreality of watching the vote to send Rousseff's impeachment to the Senate, during which one glaringly corrupt member of Congress after the next stood to address Cunha, proclaiming with a straight face that they were voting to remove Rousseff due to their anger over corruption.

As the Guardian reported: "Yes, voted Paulo Maluf, who is on Interpol's red list for conspiracy. Yes, voted Nilton Capixaba, who is accused of money laundering. 'For the love of God, yes!' declared Silas Camara, who is under investigation for forging documents and misappropriating public funds."

But these politicians have overplayed their hand. Not even Brazil's Masters of the Universe can convince the world that Rousseff's impeachment is really about combating corruption – their scheme would empower politicians whose own scandals would be career-ending in any healthy democracy.

A New York Times article last week reported that “60% of the 594 members of Brazil’s Congress” – the ones voting to impeach Rousseff – “face serious charges like bribery, electoral fraud, illegal deforestation, kidnapping and homicide”. By contrast, said the article, Rousseff “is something of a rarity among Brazil’s major political figures: she has not been accused of stealing for herself”.

Last Sunday’s televised, raucous spectacle in the lower house received global attention because of some repellent (though revealing) remarks made by impeachment advocates. One of them, prominent rightwing congressman Jair Bolsonaro – widely expected to run for president and who a recent poll shows is the leading candidate among Brazil’s richest – said he was casting his vote in honour of a human-rights-abusing colonel in Brazil’s military dictatorship who was personally responsible for Rousseff’s torture. His son, Eduardo, proudly cast his vote in honour of “the military men of ’64” – the ones who led the coup.

Until now, Brazilians have had their attention exclusively directed towards Rousseff, who is deeply unpopular due to the country’s severe recession. Nobody knows how Brazilians, especially the poor and working classes, will react when they see their newly installed president: the pro-business, corruption-tainted nonentity of a vice-president who, polls show, most Brazilians want impeached.

Most volatile of all, many – including the prosecutors and investigators who have led the corruption probe – fear that the real plan behind Rousseff’s impeachment is to put an end to the ongoing investigation, thus protecting corruption, not punishing it. There is a real risk that once she is impeached, Brazil’s media will no longer be so focused on corruption, public interest will dissipate, and the newly empowered faction in Brasilia will be able to exploit its congressional majorities to cripple that investigation and protect themselves.

Ultimately, Brazil’s elite political and media classes are toying with the mechanics of democracy. That’s a dangerous, unpredictable game to play anywhere, but particularly so in a very young democracy with a recent history of political instability and tyranny, and where millions are furious over their economic deprivation.

ANEXO F - A RAZÃO REAL QUE OS INIMIGOS DE DILMA ROUSSEFF QUEREM SEU IMPEACHMENT

David Miranda

Thursday 21 April 2016

A história da crise política no Brasil, e a mudança rápida da perspectiva global em torno dela, começa pela sua mídia nacional. A imprensa e as emissoras de TV dominantes no país estão nas mãos de um pequeno grupo de famílias, entre as mais ricas do Brasil, e são claramente conservadoras. Por décadas, esses meios de comunicação têm sido usados em favor dos ricos brasileiros, assegurando que a grande desigualdade social (e a irregularidade política que a causa) permanecesse a mesma.

Aliás, a maioria dos grandes grupos de mídia atuais – que aparentam ser respeitáveis para quem é de fora – apoiaram o golpe militar de 1964 que trouxe duas décadas de uma ditadura de direita e enriqueceu ainda mais as oligarquias do país. Esse evento histórico chave ainda joga uma sombra sobre a identidade e política do país. Essas corporações – lideradas pelos múltiplos braços midiáticos das Organizações Globo – anunciaram o golpe como um ataque nobre à corrupção de um governo progressista democraticamente eleito. Soa familiar?

Por um ano, esses mesmos grupos midiáticos têm vendido uma narrativa atraente: uma população insatisfeita, impulsionada pela fúria contra um governo corrupto, se organiza e demanda a derrubada da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT). O mundo viu inúmeras imagens de grandes multidões protestando nas ruas, uma visão sempre inspiradora.

Mas o que muitos fora do Brasil não viram foi que a mídia plutocrática do país gastou meses incitando esses protestos (enquanto pretendia apenas “cobri-los”). Os manifestantes não representavam nem de longe a população do Brasil. Ao contrário, eles eram desproporcionalmente brancos e ricos: as mesmas pessoas que se opuseram ao PT e seus programas de combate à pobreza por duas décadas.

Aos poucos, o resto do mundo começou a ver além da caricatura simples e bidimensional criada pela imprensa local, e a reconhecer quem obterá o poder uma vez que Rousseff seja derrubada. Agora tornou-se claro que a corrupção não é a razão de todo o esforço para retirar do cargo a presidente reeleita do Brasil; na verdade, a corrupção é apenas o pretexto.

O partido de Dilma, de centro-esquerda, conseguiu a presidência pela primeira vez em 2002, quando seu antecessor, Lula da Silva, obteve uma vitória espetacular. Graças a sua popularidade e carisma, e reforçada pela grande expansão econômica do Brasil durante seu mandato na presidência, o PT ganhou quatro eleições presidenciais seguidas – incluindo a vitória de Dilma em 2010 e, apenas 18 meses atrás, sua reeleição com 54 milhões de votos.

A elite do país e seus grupos midiáticos fracassaram, várias vezes, em seus esforços para derrotar o partido nas urnas. Mas plutocratas não são conhecidos por aceitarem a derrota de forma gentil, ou por jogarem de acordo com as regras. O que foram incapazes de conseguir democraticamente, eles agora estão tentando alcançar de maneira antidemocrática: agrupando uma mistura bizarra de políticos – evangélicos extremistas, apoiadores da extrema direita que defendem a volta do regime militar, figuras dos bastidores sem ideologia alguma – para simplesmente derrubarem ela do cargo.

Inclusive, aqueles liderando a campanha pelo impeachment dela e os que estão na linha sucessória do poder – principalmente o inelegível Presidente da Câmara Eduardo Cunha – estão bem mais envolvidos em escândalos de corrupção do que ela. Cunha foi pego ano passado com milhões de dólares de subornos em contas secretas na Suíça, logo depois de ter mentido ao negar no Congresso que tivesse contas no exterior. Cunha também aparece no Panamá Papers, com provas de que agiu para esconder seus milhões ilícitos em paraísos fiscais para não ser detectado e evitar responsabilidades fiscais.

É impossível marchar de forma convincente atrás de um banner de “contra a corrupção” e “democracia” quando simultaneamente se trabalha para instalar no poder algumas das figuras políticas mais corruptas e antipáticas do país. Palavras não podem descrever o surrealismo de assistir a votação no Congresso do pedido de impeachment para o senado, enquanto um membro evidentemente corrupto após o outro se endereçava a Cunha, proclamando com uma expressão séria que votavam pela remoção de Dilma por causa da raiva que sentiam da corrupção.

Como o *The Guardian* reportou: “Sim, votou Paulo Maluf, que está na lista vermelha da Interpol por conspiração. Sim, votou Nilton Capixaba, que é acusado de lavagem de dinheiro. ‘Pelo amor de Deus, sim!’ declarou Silas Câmara, que está sob investigação por forjar documentos e por desvio de dinheiro público.”

Mas esses políticos abusaram da situação. Nem os mais poderosos do Brasil podem convencer o mundo de que o impeachment de Dilma é sobre combater a corrupção – seu esquema iria dar mais poder a políticos cujos escândalos próprios destruiriam qualquer carreira em uma democracia saudável.

Um artigo do New York Times da semana passada reportou que “60% dos 594 membros do Congresso brasileiro” – aqueles votando para a cassação de Dilma- “enfrentam sérias acusações como suborno, fraude eleitoral, desmatamento ilegal, sequestro e homicídio”. Por contraste, disse o artigo, Rousseff “é uma espécie rara entre as principais figuras políticas do Brasil: Ela não foi acusada de roubar para si mesma”.

O chocante espetáculo da Câmara dos Deputados televisionado domingo passado recebeu atenção mundial devido a algumas repulsivas (e reveladoras) afirmações dos defensores do impeachment. Um deles, o proeminente congressista de direita Jair Bolsonaro – que muitos esperam que concorra à presidência e em pesquisas recentes é o candidato líder entre os brasileiros mais ricos – disse que estava votando em homenagem a um coronel que violou os direitos humanos durante a ditadura militar e que foi um dos torturadores responsáveis por Dilma. Seu filho, Eduardo, orgulhosamente dedicou o voto aos “militares de 64” – aqueles que lideraram o golpe.

Até agora, os brasileiros têm direcionando sua atenção exclusivamente para Rousseff, que está profundamente impopular devido a grave recessão atual do país. Ninguém sabe como os brasileiros, especialmente as classes mais pobres e trabalhadoras, irão reagir quando verem seu novo chefe de estado recém-instalado: um vice-presidente pró-negócios, sem identidade e manchado de corrupção que, segundo as pesquisas mostram, a maioria dos brasileiros também querem que seja cassado.

O mais instável de tudo, é que muitos – incluindo os promotores e investigadores que tem promovido a varredura da corrupção – temem que o real plano por trás do impeachment de Rousseff é botar um fim nas investigações em andamento, assim protegendo a corrupção, invés de puni-la. Há um risco real de que uma vez que ela seja cassada, a mídia brasileira não irá mais se focar na corrupção, o interesse público irá se desmanchar, e as novas facções de Brasília no poder estarão hábeis para explorar o apoio da maioria do Congresso para paralisar as investigações e se protegerem.

Por fim, as elites políticas e a mídia do Brasil têm brincado com os mecanismos da democracia. Isso é um jogo imprevisível e perigoso para se jogar em qualquer lugar, porém mais ainda em uma democracia tão jovem com uma história recente de instabilidade política e tirania, e onde milhões estão furiosos com a crise econômica que enfrentam.